



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

PEDRO LUCAS OLIVEIRA HENRIQUES

A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA:  
Ascensão, conquistas e desafios do governo Hugo Chávez (1999-2013)

João Pessoa  
2024

PEDRO LUCAS OLIVEIRA HENRIQUES

A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA:  
Ascensão, conquistas e desafios do governo Hugo Chávez (1999-2013)

Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Graduação em Licenciatura plena em História.

Orientador: Prof. Dr. José Jonas D. da Costa

João Pessoa

2024

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

H519r Henriques, Pedro Lucas Oliveira.

A Revolução Bolivariana em perspectiva histórica :  
ascensão, conquistas e desafios do governo Hugo Chávez  
(1999-2013) / Pedro Lucas Oliveira Henriques. - João  
Pessoa, 2024.

103 f. : il.

Orientador : José Jonas Duarte da Costa.

TCC (Graduação) - Universidade Federal da  
Paraíba/Centro de Ciências Humanas , Letras e Artes,  
2024.

1. Chávez, Hugo. 2. Revolução Bolivariana. 3.  
Bolivarianismo. 4. Políticas públicas. I. Costa, José  
Jonas Duarte da. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 94(87)

PEDRO LUCAS OLIVEIRA HENRIQUES

A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA:  
Ascensão, conquistas e desafios do governo Hugo Chávez (1999-2013)

Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Graduação em Licenciatura plena em História.

João Pessoa, 04 de novembro de 2024

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. José Jonas Duarte da Costa (orientador) – nota: 10  
Departamento de História – UFPB

---

Prof. Dr. Lúcio Flávio Sá Leitão Peixoto de Vasconcelos – nota: 10  
Departamento de História – UFPB

---

Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira – nota: 10  
Departamento de História - UFPB

Dedico este trabalho ao bravo e forte povo latino-americano revolucionário.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à grande mulher que me moldou e ensinou valores fundamentais que carrego em minha essência: minha querida avó, Argentina Barbosa de Oliveira (*in memoriam*), minha primeira e maior inspiração para me tornar professor.

Agradeço à minha mãe, Rita de Cássia, que sempre fez de tudo por mim e por meu irmão Bruno Oliveira, muitas vezes renunciando a seus próprios desejos para nos atender. Com força e coragem, ela enfrentou muitos desafios em silêncio. Só nós dois sabemos o que tivemos que superar, e só nós dois compreendemos o que essa graduação representa para o nosso futuro. Dedico a ti não só esta conquista, mas também toda a minha vida, sabendo que ainda será pouco diante do que realmente mereces.

Agradeço à minha eterna "vovó do vestido roxinho", Vovó Selma Leal (*in memoriam*), que me adotou como neto e sempre me ajudou em tudo o que precisei. Durante anos, Vovó Selma pagou um plano de saúde para mim sem nunca questionar. Na minha infância, ela me mimava bastante, mas o significado de lealdade que sua amizade e a de voinha me ensinaram é o que mais guardo comigo. Agradeço também a uma grande mulher que nunca nos abandonou e dedicou anos à nossa família: Maria das Neves, minha "mamãe bebinha" ou, simplesmente, Neva. As melhores lembranças da minha infância existem porque Neva estava lá para proporcioná-las. Não sei o que teria sido de nós, especialmente de voinha, sem você. Obrigado por tantas risadas e reflexões sobre nossos patos e galinhas.

Agradeço aos meus tios e tias. Em primeiro lugar, à tia Vera, tia Marina, tia Lúcia, tia Bebé, tia Emília (*in memoriam*), tio Assis e tio Deusimar. Em segundo lugar, à tia Ana e ao José Manoel. Todos, de uma maneira ou de outra, influenciaram minha formação cidadã, social e humana. Poderia destacar momentos especiais com cada um, mas a monografia teria que mudar de tema, pois ocuparia todo o espaço, especialmente ao falar sobre tia Vera, tia Marina, tio Assis e a eterna tia Emília, que, sem dúvidas, estaria muito orgulhosa de mim neste momento.

Aos meus sobrinhos Anna Beatriz, Bruno Xavier, Breno Rafael e Bianca Vitória, dedico uma parte especial deste trabalho, pois a presença de vocês ilumina minha

caminhada e me lembra da importância dos laços familiares. Em especial Anna Beatriz, que está sempre ao meu lado, é, sem dúvida, uma companhia constante e muitas vezes inquietante. Guardo você no coração. Aos demais, que também têm seu espaço único no meu coração, minha gratidão.

Com uma família tão grande e secular como a minha, nomear todos os primos e primas seria um desafio tremendo. Porém, não posso deixar de destacar Jesyka Monteiro. Foi com Jesyka que tive as conversas mais profundas, que entrei no mercado de trabalho, e foi com ela que criei um dos meus pilares: a FUNDAB. Meus mais sinceros agradecimentos por tudo, Jesy.

Graças à franqueza e lucidez de minha mãe, desde cedo estive ciente do contexto em que nasci e da relação com minha família paterna. Mesmo à distância, aprendi muito com eles sobre diversos temas e não os apago deste momento, sem guardar ressentimentos. Por isso, estendo meus agradecimentos ao meu pai, que contribuiu como pôde para minha formação, sobretudo educacional, e ao meu tio MH, que me orgulha imensamente como pessoense.

Felizmente, sempre fui uma pessoa de riso fácil e com certa facilidade para fazer amigos. Hoje, mantenho amizades de longa data, que mencionarei a seguir, pois muitas vezes foram essas pessoas que me reergueram, me deram forças e me mostraram que valia a pena lutar. Por isso, minha eterna gratidão.

Começo com meu mais antigo amigo, William Gomes, grande músico, que sempre esteve ao meu lado, nos momentos bons e ruins. Sou imensamente grato pela sua amizade e pela acolhida sempre generosa da sua família, especialmente Carol, dona Penha e seu Paulo (*in memoriam*). Hoje, você compartilha sua vida com Hiza, também uma amiga que admiro muito.

Dudu e Bianca formam comigo um trio que já dura anos. Somos três personalidades distintas que, juntas, definem perfeitamente a harmonia. Nos conhecemos no 6º ano do ensino fundamental, nos aproximamos jogando Minecraft, e hoje continuamos cada vez mais unidos. Dona Cláudia e seu Luís, mãe e pai de Dudu, sempre me integraram como parte da família, e dona Miriam, mãe de Bianca, nunca deixou de me apoiar. Isso mostra como minha boa relação com seus filhos se refletiu também em suas famílias.

No ensino médio, firmei outra grande amizade que guardo no coração: Maria Alissa, Lilinda, dona da melhor gargalhada e das histórias mais engraçadas envolvendo feijão e molho de alho. Meus sinceros agradecimentos por tudo o que você representa em minha vida, minha amiga. Além disso, tive a honra de me tornar amigo de sua mãe, Fabíola Santos, uma companheira fiel, que sempre esteve ao meu lado e embarcou nos meus projetos. Foi também no ensino médio que decidi que queria ser professor graças às professoras Danniele Nascimento e Juliana Melo, professoras que hoje, com alegria, chamo-as de amigas. Gratidão por tanto!

No universo digital, tive a oportunidade de me conectar com pessoas de várias partes do Brasil, o que considero um dos principais benefícios da internet. Nesse vasto mundo, tive o prazer de conhecer, mesmo à distância, pessoas que considero verdadeiros e leais amigos. Por isso, agradeço em especial ao grupo "Clube do Couro", com Hell, Maísa e Karen, e à minha querida baiana Michelle Santana – ou "Milinda", como a conheci –, que, ao lado de sua mãe, Mirtys Santana, e sua avó, Carmosina Santos (*in memoriam*), sempre me acolheu e me deu todo o suporte que precisei, tornando a distância um mero detalhe.

Com o passar do tempo, tive a dádiva de ingressar em uma universidade federal e cursar aquilo que sempre desejei. Mas isso não seria suficiente sem as pessoas certas ao meu lado. A História trouxe para minha vida duas mulheres incríveis, às quais sou imensamente grato, e tudo que eu escrever ainda será pouco diante da grandiosidade que representam para mim: Ana Beatriz Quirino e Letícia Herculano. Não sei o que seria da minha vida sem vocês. Gratidão por tudo!

Agradeço também às "vice-diretoras" da FUNDAB, Nyllaine Rodrigues e Laís Helena, companheiras leais, que me acompanharam em muitas aventuras e sempre me estenderam a mão nos momentos mais difíceis. Sem contar as boas risadas que me proporcionaram, mesmo quando tudo parecia impossível de rir. São amizades improváveis, e justamente por isso, são as melhores. Juntos, somos imbatíveis.

Outra mulher que foi meu porto-seguro em muitos momentos foi a cantora Joelma. Sua musicalidade, essencialmente amazônica e latina, recarregou minha energia em dias difíceis.

Aos amigos especiais Dayseanne Dantas, Cláudio Kuievinny, Daniel Souza, Narely e minha querida Aléxia Santana: minha sincera admiração e profunda gratidão.

Sou grato por ter a oportunidade de trabalhar cercado por pessoas incríveis. Destaco o Projeto Direito de Sonhar, que só lembro que é um trabalho quando recebo meu salário no fim do mês, pois dona Aparecida, dona Irineide, Giulliana, Paula, Marlon e Maurivan tornam tudo tão leve e agradável que é fácil fazer o que faço. E à Fundação Argentina Barbosa (FUNDAB), que me proporciona o prazer de coordenar uma equipe tão dedicada e inspiradora, composta por voluntários que acreditam no poder transformador da educação, além, claro, dos mais de 300 estudantes que já passaram pela instituição, todos me moldaram de alguma maneira.

Um dos meus maiores desafios na graduação foi me encontrar como pesquisador, até conhecer o professor Jonas Duarte, uma figura quase paterna, um homem íntegro, humano, sensível, humilde e muito generoso. Durante as aulas de História da América, sob sua orientação, me familiarizei com Simón Bolívar e suas ideias, encontrando meu caminho como pesquisador comprometido com a luta anti-imperialista. A Universidade Federal da Paraíba é privilegiada por ter em seu corpo docente um professor como Jonas Duarte. A ele, minha imensa gratidão, não apenas pela orientação neste trabalho, mas também pela confiança e amizade.

Ao Departamento de História, que, sem dúvidas, é um dos mais potentes de toda a UFPB, expresso meus agradecimentos. Destaco os professores e professoras Ana Beatriz Ribeiro, Ana Veiga, Cláudia Lago, Cláudia Cury, Damião de Lima, Lúcio Flávio, Monique Cittadino, Mozart de Menezes, Paulo Giovani, Priscilla Leite, Raimundo Barroso, Tiago Bernardon, entre outros. E não poderia deixar de mencionar o senhor José Carlos, figura histórica do curso, responsável pelo melhor café do CCHLA.

Por fim, agradeço a Deus por colocar em minha vida pessoas tão especiais, que não me permitiram sequer cogitar a possibilidade de desistir.

"Viveremos e venceremos" (*Hugo Chávez*)

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a Revolução Bolivariana na Venezuela entre 1999 e 2013, período marcado pela liderança de Hugo Chávez. A investigação busca entender como as políticas públicas implementadas durante esse governo configuraram um processo revolucionário, a partir de uma análise metodológica materialista e uma perspectiva historiográfica crítica. O estudo parte da hipótese de que, apesar das contradições e limitações, as transformações sociais, políticas e econômicas promovidas pelo chavismo remodelaram a estrutura do Estado venezuelano e consolidaram uma nova forma de participação popular. A pesquisa aborda, ainda, o papel das Forças Armadas, a política externa anti-imperialista e as Missões Bolivarianas como elementos centrais para a consolidação da revolução. Conclui-se que a Revolução Bolivariana, mesmo diante de desafios como as pressões imperialistas e a oposição interna, representa um processo revolucionário emancipador que marcou profundamente a história da Venezuela e da América Latina. A morte de Chávez em 2013 deixou um legado de luta pela soberania e autodeterminação dos povos latino-americanos.

**Palavras-chave:** Revolução Bolivariana; Hugo Chávez; Bolivarianismo; Políticas públicas.

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar la Revolución Bolivariana en Venezuela entre 1999 y 2013, período marcado por el liderazgo de Hugo Chávez. La investigación busca comprender cómo las políticas públicas implementadas durante este gobierno configuraron un proceso revolucionario, a partir de un análisis metodológico materialista y una perspectiva historiográfica crítica. El estudio se basa en la hipótesis de que, a pesar de las contradicciones y limitaciones, las transformaciones sociales, políticas y económicas impulsadas por el chavismo remodelaron la estructura del Estado venezolano y consolidaron una nueva forma de participación popular. La investigación también aborda el papel de las Fuerzas Armadas, la política exterior antiimperialista y las Misiones Bolivarianas como elementos centrales para la consolidación de la revolución. Se concluye que la Revolución Bolivariana, incluso frente a desafíos como las presiones imperialistas y la oposición interna, representa un proceso revolucionario emancipador que marcó profundamente la historia de Venezuela y América Latina. La muerte de Chávez en 2013 dejó un legado de lucha por la soberanía y la autodeterminación de los pueblos latinoamericanos.

**Palabras clave:** Revolución Bolivariana; Hugo Chávez; Bolivarianismo; Políticas públicas.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Bandeira da Venezuela .....	56
Figura 2 — Brasão de Armas da Venezuela .....	57

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PDVSA	Petróleos de Venezuela S.A
PSUV	Partido Socialista Unido da Venezuela
FMI	Fundo Monetário Internacional
CANTV	Companhia Anônima Nacional Telefônos de Venezuela
AD	Ação Democrática
COPEI	Comitê de Organização Política Eleitoral Independente
CAP	Carlos Andrés Pérez
MBR-200	Movimento Bolivariano Revolucionário 200
MVR	Movimento V República
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
OPEP	Organização de Países Exportadores de Petróleo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
Fedecámaras	Federação Venezuelana de Câmaras de Comércio

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1 CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DA VENEZUELA PRÉ-BOLIVARIANA</b> .	19
<b>2 O ELEMENTO "CHÁVEZ": UMA ALTERNATIVA POLÍTICA</b> .....	34
<b>3 A REVOLUÇÃO: REFUNDAÇÃO DA REPÚBLICA NA VENEZUELA</b> .....	50
<b>3.1 O NOVO PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS</b> .....	59
<b>3.2 APROXIMAÇÕES, DISTANCIAMENTOS E INTEGRAÇÃO</b> .....	62
<b>3.2.1 AMÉRICA LATINA</b> .....	62
<b>3.2.2 ORIENTE MÉDIO</b> .....	67
<b>3.2.3 ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA</b> .....	70
<b>4 TRANSFORMAÇÕES PRÁTICAS E DESAFIOS DA REVOLUÇÃO</b> .....	72
<b>4.1 AS MISSÕES BOLIVARIANAS</b> .....	73
<b>4.1.1 EDUCAÇÃO</b> .....	74
<b>4.1.2 SAÚDE</b> .....	77
<b>4.1.3 ALIMENTAÇÃO E HABITAÇÃO</b> .....	81
<b>4.1.4 CULTURA E PRODUÇÃO</b> .....	84
<b>4.2 A REAÇÃO GOLPISTA DE 2002</b> .....	87
<b>4.3 UMA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E PROTAGÔNICA</b> .....	90
<b>4.4 "VIVEREMOS E VENCEREMOS": O PSUV E AS ELEIÇÕES DE 2012</b> .....	92
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	95
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	98

## INTRODUÇÃO

O fim do século XX na Venezuela foi marcado por profundas crises econômicas e sociais, refletindo o esgotamento de um modelo político que já não atendia às necessidades da população. O colapso do Pacto de *Punto Fijo* e o descontentamento crescente com a corrupção e as políticas neoliberais levaram ao aumento da desigualdade e ao desespero das classes populares. Foi nesse cenário de instabilidade que emergiu a figura de Hugo Chávez, um militar de carreira que, ao liderar uma insurreição fracassada em 1992 e, posteriormente, ao vencer as eleições de 1998, representou a esperança de mudança para muitos venezuelanos marginalizados pelo sistema vigente. A ascensão de Chávez ao poder inaugurou um novo capítulo na história da Venezuela e da América Latina, desencadeando o que ele mesmo denominou de "Revolução Bolivariana". Nesse sentido, a questão central que este trabalho busca investigar é: o que torna a Revolução Bolivariana factualmente um processo revolucionário?

Carr (1996, p. 42) enfatiza que os historiadores constroem narrativas históricas com base em evidências disponíveis, mas essas narrativas são moldadas por escolhas interpretativas e narrativas, sugerindo que não existe uma "verdade objetiva" na História, mas sim uma série de interpretações concorrentes e em constante mudança, rejeitando a noção de que a História pode ser objetiva e imparcial, argumentando que os historiadores inevitavelmente são influenciados por suas próprias visões de mundo, valores e ideologias. Já Bloch (2002, p. 46) observou que toda ciência, incluindo a história, é permeada por tendências divergentes que muitas vezes não podem ser resolvidas sem uma certa dose de especulação sobre o futuro. Essa compreensão ressalta a complexidade da pesquisa histórica e a necessidade de reconhecer as incertezas inerentes ao processo de investigação. Portanto, Bloch mostra que a prática da história é dinâmica e sujeita a mudanças, e que os historiadores devem estar preparados para lidar com a complexidade em sua busca pelo conhecimento histórico, indo em encontro a materialidade do fato, ou seja, o mais próximo de sua verdade.

Com isso, a partir de uma abordagem metodológica materialista e com base em um arcabouço teórico-historiográfico, esta monografia procura analisar o processo liderado por Hugo Chávez, destacando as políticas públicas

implementadas e os desafios enfrentados pelo governo bolivariano. O estudo pretende demonstrar, por meio de uma temporalização linear, como o fracasso do neoliberalismo, a ascensão de Chávez e as transformações promovidas pela Revolução Bolivariana constituíram um processo revolucionário, com ênfase na soberania nacional, no nacionalismo bolivariano e na autodeterminação dos povos, além de conceitos como "socialismo do século XXI" e "imperialismo".

Os objetivos centrais deste trabalho são, portanto, compreender se a Revolução Bolivariana pode ser classificada como uma revolução, a partir das políticas públicas implementadas e das transformações estruturais do Estado venezuelano. Além disso, busca-se explorar o papel de Chávez como uma figura histórica relevante, tanto para a Venezuela quanto para o restante da América Latina, e analisar os desafios impostos ao processo revolucionário, como o imperialismo e a sabotagem das elites políticas e econômicas internas. Este estudo busca contribuir para uma compreensão crítica, ampla, mais abrangente em consonância com as evidências e não a partir de narrativas, viciadas obedientes aos interesses imperialistas na região, destacando os desafios, conquistas e complexidades do período revolucionário bolivariano, seguindo a premissa de Bloch (2002, p. 108), que afirmou: "O historiador não estuda o presente com a esperança de nele descobrir a exata reprodução do passado. Busca nele simplesmente os meios de melhor compreender, de melhor senti-lo". Esta pesquisa visa não apenas preencher lacunas na historiografia sobre o tema, mas também oferecer importantes orientações para debates contemporâneos sobre política latino-americana e modelos de desenvolvimento socialista.

A justificativa para este estudo reside na necessidade de se compreender um dos processos políticos mais impactantes do século XXI na América Latina, não apenas pela figura de Chávez, mas pela intensa mudança de paradigmas que seu governo representou, particularmente no que diz respeito à redistribuição de riquezas, à participação popular e à luta contra o imperialismo. Em um cenário internacional marcado por tensões geopolíticas, compreender o chavismo à luz de uma perspectiva anti-imperialista torna-se não apenas uma necessidade acadêmica, mas também política.

Lenin (2011, p. 17) definiu o imperialismo como a "fase monopolista do capitalismo", caracterizada pela concentração de capital, pelo monopólio das

empresas transnacionais e pelo domínio dos grandes bancos e instituições financeiras sobre a economia mundial. Nessa visão, o imperialismo é uma forma de exploração e dominação exercida pelos países desenvolvidos sobre os países em desenvolvimento, visando garantir seus próprios interesses econômicos e geopolíticos. Galeano, por sua vez, concebe o imperialismo como uma relação de poder desigual entre nações, onde os países dominantes exercem controle sobre os recursos e o destino dos países dominados. Essa relação é marcada pela exploração econômica, pela intervenção política e pela imposição de uma ordem mundial injusta e desigual, que perpetua a marginalização e a opressão dos povos do Sul global:

A força do conjunto do sistema imperialista reside na necessária desigualdade das partes que o formam, e essa desigualdade assume magnitudes cada vez mais dramáticas. Os países opressores se tornam cada vez mais ricos em termos absolutos, pelo dinamismo da disparidade crescente. O capitalismo central pode dar-se ao luxo de criar seus próprios mitos e acreditar neles, mas mitos não se comem, bem sabem os países pobres que constituem o vasto capitalismo periférico (Galeano, 1975, p. 11).

Assim, tanto para Lenin quanto para Galeano, o imperialismo é entendido como uma forma de opressão e exploração que perpetua a desigualdade e a injustiça no mundo. No caso da Venezuela, o imperialismo representa uma ameaça constante à sua soberania e independência, exigindo uma resposta firme e determinada por parte dos líderes bolivarianos para proteger os interesses do país e do povo venezuelano.

Do ponto de vista metodológico, esta monografia baseia-se em uma abordagem materialista, priorizando uma análise crítica dos documentos, discursos e legislações produzidos ao longo do governo de Chávez. Utilizando fontes bibliográficas, documentais e estatísticas, o trabalho busca construir uma interpretação que dialogue com as concepções historiográficas que enxergam os processos históricos como dinâmicos e multifacetados. A análise será conduzida através de uma leitura qualitativa e cronológica, focada nos resultados práticos das políticas públicas implementadas pelo governo Chávez.

Busquei construir a estrutura do trabalho como uma linha temporal de uma revolução. Sendo assim, no primeiro capítulo será abordado o contexto histórico e político da Venezuela anterior ao chavismo, analisando o esgotamento do modelo

neoliberal e as crises sociais e econômicas que pavimentaram o terreno para a ascensão de Chávez. Já o segundo capítulo focará em Hugo Chávez como um novo elemento político, destacando sua ideologia bolivariana e como sua liderança representou uma alternativa ao *status quo* venezuelano.

No terceiro capítulo será discutido o processo revolucionário, com ênfase nas mudanças estruturais promovidas por Chávez. Será abordado a remodelação das Forças Armadas, que passou a ter uma função decisiva no processo revolucionário. Também será analisada a política externa revolucionária e seu impacto nas relações da Venezuela com diferentes regiões, subdividido em três seções: América Latina, Oriente Médio e os Estados Unidos da América, enfatizando a integração e os alinhamentos internacionais promovidos pelo governo Chávez.

O último capítulo, por sua vez, discutirá as conquistas e desafios da Revolução Bolivariana, começando destacando as principais políticas públicas - as Missões Bolivarianas - criadas para enfrentar os principais problemas sociais do país. Também será discutida as reações à Chávez e a consolidação de uma democracia participativa e protagônica. Por fim, refletiremos sobre a reta final da vida de Chávez, sua última eleição e a criação do PSUV como ferramenta política central da Revolução.

Assim, o trabalho será guiado por uma investigação que, além de compreender as características do bolivarianismo a partir de sua execução, examina criticamente seus êxitos e contradições dentro de um processo revolucionário que buscou transformar a realidade da Venezuela.

## 1 CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DA VENEZUELA PRÉ-BOLIVARIANA

A análise do processo político que culminou na Revolução Bolivariana e na ascensão de Hugo Chávez exige uma compreensão aprofundada do contexto histórico que precedeu seu governo. O cenário da Venezuela nas últimas décadas do século XX foi caracterizado por profundas transformações econômicas e sociais que configuraram a base sobre a qual o movimento bolivariano se ergueu.

Durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, a Venezuela foi palco de um intenso processo de liberalização econômica e privatização promovido pelas políticas neoliberais. Essas reformas se basearam nas orientações do Consenso de Washington (1989), um conjunto de diretrizes econômico-políticas promovidas pelos Estados Unidos e instituições financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial, voltadas para países em desenvolvimento, especialmente na América Latina. O Consenso de Washington defendia medidas como cortes nos gastos públicos, austeridade fiscal, controle da inflação e a promoção do superávit primário, com o objetivo de integrar economias nacionais ao mercado global. Contudo, a implementação dessas reformas não apenas aprofundou a desigualdade econômica e social, mas também resultou em um aumento significativo da pobreza e na erosão das redes de proteção social que antes mitigavam os impactos adversos das crises econômicas.

Paralelamente, a crise do Pacto de *Punto Fijo*, um acordo político que havia estruturado o sistema democrático venezuelano de 1958 a 1998, também contribuiu para a instabilidade política do período. Este pacto, inicialmente concebido para garantir a estabilidade política e promover a alternância pacífica no poder, gradualmente perdeu sua eficácia e legitimidade devido a acusações de corrupção, falta de representatividade e incapacidade de responder às crescentes demandas sociais.

O "*Caracazo*" de 1989, uma rebelião popular desencadeada por aumentos de tarifas de transporte e medidas de austeridade, exemplificou a profundidade da crise e o descontentamento generalizado com o governo. Esse evento não apenas evidenciou a fragilidade das estruturas políticas e sociais da Venezuela, mas também marcou um ponto de inflexão que preparou o terreno para a ascensão de novas forças políticas e a necessidade de um projeto alternativo.

Este capítulo se propõe a examinar como as políticas neoliberais e a crise do Pacto de *Punto Fijo* moldaram o contexto que possibilitou a emergência de Hugo Chávez e a Revolução Bolivariana. Ao explorar as consequências sociais e econômicas dessas transformações, buscaremos entender de que maneira esses fatores contribuíram para o surgimento de uma nova ordem política que prometia uma ruptura com o passado e uma reconfiguração radical do Estado venezuelano.

Para compreender o cenário que possibilitou a implementação das políticas neoliberais na Venezuela nas décadas de 1980 e 1990, é essencial analisar o contexto político e econômico que se formou após o fim da ditadura de Marcos Pérez Jiménez, particularmente o Pacto de *Punto Fijo*. Esse acordo político, assinado em 1958, estabeleceu a base para o modelo de governabilidade que dominou o país até o final dos anos 1990, e foi crucial para o desenvolvimento das políticas econômicas e sociais que mais tarde levariam à privatização e à desregulamentação sob regimes neoliberais.

O Pacto de *Punto Fijo* foi firmado entre três das principais forças políticas venezuelanas da época: *Acción Democrática* (AD), liderada por Rómulo Betancourt; o COPEI (*Comité de Organización Política Electoral Independiente*), liderado por Rafael Caldera; e a União Republicana Democrática (URD), representada por Jóvito Villalba. O pacto foi firmado em uma casa chamada "*Punto Fijo*", pertencente ao político Rafael Caldera, e seu objetivo central era garantir a estabilidade política e evitar os ciclos de golpes militares que haviam marcado a história recente do país e do continente. O acordo foi uma tentativa de estabelecer um sistema político democrático, mas sua natureza conservadora e seus compromissos explícitos com as elites econômicas e com interesses externos, especialmente com os Estados Unidos, gradualmente minaram sua credibilidade junto a amplos setores da sociedade:

Na reunião que celebrou o pacto entre os três partidos, ficou acertado aproximação ideológica em defesa da democracia liberal mediante o respeito às instituições e eleição direta para presidente. Também foi acordada elaboração de um programa comum defendido pelos partidos. O pacto previa partilha do poder entre as três agremiações independentemente de quem ganhasse a eleição presidencial (Vasconcelos, 2022, p. 53).

A assinatura do pacto se deu logo após a queda do ditador Marcos Pérez Jiménez, em janeiro de 1958, marcando o início de uma transição para a democracia. Contudo, ao invés de um sistema inclusivo, o Pacto de *Punto Fijo* consolidou um bipartidarismo excludente, onde o poder político ficava nas mãos da AD e do COPEI, partidos que se revezavam no controle do governo, excluindo outras forças políticas e movimentos populares que tinham papel relevante na sociedade venezuelana. De acordo com Vasconcelos (2022), os comunistas, por exemplo, foram excluídos do processo de partilha de poder durante a formação do pacto. Apesar de garantir certa estabilidade política durante seus primeiros anos, o pacto também bloqueou as demandas de amplos setores da população, especialmente dos trabalhadores e camponeses, que se viam alijados do processo político.

O compromisso com os Estados Unidos foi outro elemento-chave do pacto. Durante a Guerra Fria, a Venezuela, rica em petróleo, assumiu uma posição estratégica no cenário global, sendo um aliado de Washington em meio ao contexto de contenção do comunismo na América Latina. Em troca de apoio político e econômico, os governos venezuelanos sob o Pacto de *Punto Fijo* comprometeram-se a manter uma política externa alinhada com os interesses dos EUA e a abrir seu mercado para empresas e capital estrangeiros, especialmente no setor petrolífero. Esse alinhamento com os interesses norte-americanos trouxe consequências econômicas de longo prazo, incluindo uma crescente dependência do petróleo e a formação de uma elite econômica profundamente conectada ao capital internacional.

Além disso, o pacto garantia uma falsa ideia de progressismo. Embora seus promotores tivessem a intenção de estabelecer uma democracia funcional, o sistema político que emergiu foi profundamente excludente e elitista. As reformas agrárias, a redistribuição de terras e outras políticas que beneficiariam a população mais pobre foram negligenciadas ou implementadas de forma limitada, perpetuando a concentração de renda e de poder. A grande promessa de progresso social nunca se materializou plenamente, e a desigualdade social tornou-se um traço persistente da Venezuela durante o período do pacto. A estrutura política impedia que novos atores políticos, com propostas reformistas ou radicais, emergissem, pois os dois partidos dominantes monopolizavam o aparato estatal:

Avalia-se que cerca de 50% da população teria sido excluída do exercício do voto desde os anos 60. Como o registro eleitoral era facultativo e como as zonas de inscrição estavam situadas apenas nas zonas mais prósperas do país, a população mais pobre não participava, na prática, de quaisquer decisões eleitorais. Além disso, o federalismo venezuelano era profundamente autoritário. Cabia ao Presidente da República nomear todos os governadores e prefeitos biônicos (Zero, 2017, p. 2).

Com o tempo, a população começou a perceber a estrutura *puntofijista* como um sistema incapaz de representar seus interesses. A concentração de poder nas mãos de uma elite política e econômica, associada aos partidos AD e COPEI, tornou o pacto cada vez mais distante das necessidades e aspirações do povo venezuelano e revelou-se um mecanismo que, longe de promover uma verdadeira democracia, consolidou práticas de clientelismo, corrupção e alienação das classes populares. Esses elementos, interligados e mutuamente reforçados, foram fundamentais na gênese da crise política e social que o país enfrentou nas décadas subsequentes. Essa percepção de exclusão e marginalização política aumentou com a implementação de políticas mais intensamente liberais durante as décadas de 1980 e 1990, quando a situação econômica da maioria da população piorou drasticamente. A privatização de empresas estatais e os cortes nos programas sociais, defendidos por governos que operavam dentro da lógica oligárquica, exacerbaram ainda mais o sentimento de descontentamento popular.

De acordo com Carvalho (1997), "o clientelismo indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto". O clientelismo, enquanto prática política predominante durante o período do pacto, envolveu a troca de favores e benefícios por apoio eleitoral. Este sistema de troca, onde partidos políticos ofereciam cargos públicos, contratos e benefícios sociais a grupos específicos em troca de votos, transformou o aparato estatal em um instrumento de manutenção do poder. A alternância no poder entre AD e COPEI, que se revezavam no governo com base em acordos políticos, institucionalizou um modelo de clientelismo que distorceu o propósito original de uma administração pública eficaz e orientada para o bem-estar geral.

As práticas clientelistas não apenas enfraqueceram a legitimidade do sistema político, mas também fomentaram uma cultura de dependência e corrupção. A distribuição de recursos públicos e oportunidades econômicas tornou-se um meio de

assegurar apoio político, ao invés de ser utilizada para promover o desenvolvimento econômico e social do país. Essa dinâmica fez com que a eficiência administrativa fosse subordinada aos interesses políticos, criando um ciclo de favoritismo e desigualdade que exacerbou a marginalização das camadas populares.

A corrupção foi uma consequência inevitável desse clientelismo. A administração pública, frequentemente corrompida por práticas de favoritismo e troca de favores, tornou-se um campo fértil para o desvio de recursos e enriquecimento pessoal. O governo de Carlos Andrés Pérez, por exemplo, é amplamente lembrado por casos notórios de corrupção que incluíram desvio de fundos públicos e má gestão financeira. O impacto desses casos foi profundo, resultando não apenas em prejuízos econômicos significativos, mas também em uma erosão da confiança pública nas instituições governamentais. A percepção generalizada de corrupção corroeu a legitimidade dos partidos políticos e do sistema que o Pacto de Punto Fijo sustentava, alimentando um sentimento de desencanto e descrédito entre a população.

O Caso *Sierra Nevada* emergiu como um dos episódios mais emblemáticos de corrupção na Venezuela durante a primeira gestão de Carlos Andrés Pérez (CAP), que governou o país de 1974 a 1979. O caso envolveu um esquema de corrupção relacionado a contratos de construção e projetos de infraestrutura na região montanhosa de *Sierra Nevada*. A investigação revelou que a concessão de contratos para projetos na área foi marcada por irregularidades significativas, incluindo superfaturamento e desvio de fundos. A administração de CAP foi acusada de favorecer empresas e indivíduos ligados ao governo, resultando em uma série de contratos inflacionados e em projetos que não cumpriram os padrões de qualidade e eficiência esperados.

Lucca (2013) argumenta que o Caso *Sierra Nevada* exemplifica não apenas a falência dos mecanismos de controle e fiscalização, mas também a continuidade de práticas corruptas que haviam se tornado um traço distintivo do sistema político venezuelano e a corrupção não se tratava de um fenômeno isolado, mas uma característica profundamente enraizada nas práticas políticas e administrativas do país. O impacto do caso foi profundo, resultando em uma erosão significativa da confiança pública no governo e em um agravamento da crise política que já se desenhava. O escândalo não apenas manchou a imagem de CAP, mas também

evidenciou a falta de transparência e responsabilidade na administração pública, além de exemplificar a desconexão entre as promessas de progresso e a realidade vivida pelos venezuelanos, acentuando a percepção de que a gestão de CAP estava mais preocupada em consolidar seu poder e enriquecer aliados políticos do que em atender às necessidades da população.

Outro aspecto presente na configuração de forças políticas do Pacto de *Punto Fijo* é a alienação das classes populares no sistema político, revelando uma exclusão sistemática que se manifestava tanto no campo político quanto no econômico. Embora o discurso oficial promovesse a ideia de uma democracia representativa e de participação política para todos, a realidade para as massas trabalhadoras e marginalizadas era de constante subordinação aos interesses das elites. O pacto priorizava a estabilidade política e a manutenção de um sistema que favorecia as oligarquias e a classe dominante. Como resultado, as políticas públicas eram moldadas para preservar esses interesses, relegando as demandas populares a segundo plano.

Essa alienação pode ser compreendida à luz da reflexão de Karl Marx sobre o processo de alienação do trabalhador em um sistema que subordina as atividades humanas às funções econômicas que servem ao capital. Segundo Marx ([1844] 2004), o trabalhador se sente feliz nas funções animais – comer, beber, procriar – e nas funções físicas, no sono e etc., enquanto, como homem, sente-se apenas fora dessas funções. Essa inversão dos valores humanos no trabalho reflete-se na experiência venezuelana, onde as classes populares, submetidas a um sistema político e econômico que priorizava o capital e os interesses das elites, se viam desconectadas da participação ativa e significativa na sociedade, logo, alienadas. O sentimento de alienação não era apenas econômico, mas também político e social, exacerbado pela falta de oportunidades reais de inclusão no processo decisório e pela perpetuação de uma estrutura de poder que reforçava a desigualdade.

Sob o Pacto de *Punto Fijo*, essa dinâmica de alienação se intensificou, pois o sistema político se tornou uma ferramenta de manutenção do *status quo*. O projeto modernizador e progressista vendido pelas elites políticas fracassava em contemplar as necessidades das classes trabalhadoras e das comunidades marginalizadas, que continuavam a enfrentar dificuldades cotidianas enquanto as promessas de desenvolvimento eram apropriadas por uma minoria privilegiada. Assim, o

sentimento de desilusão e revolta entre a população crescia à medida que a realidade do pacto não correspondia às expectativas, o que contribuiu para o aumento das tensões sociais e a erosão da legitimidade das instituições políticas. Esse processo de alienação e exclusão, como observa Marx, revela a desconexão entre as funções humanas e as estruturas sociais, criando as bases para insurgências que visavam romper com o modelo hegemônico imposto.

Esse período, da ditadura de Pérez Jiménez a consolidação do Pacto de *Punto Fijo* e seus desdobramentos, marcou uma mudança significativa na orientação econômica do país, refletindo uma abordagem ocidental sob forte influência estadunidense durante a Guerra Fria que priorizava a redução da intervenção estatal na economia, a liberalização dos mercados e a promoção da iniciativa privada como motor de crescimento econômico. As políticas neoliberais foram introduzidas em resposta a uma série de desafios econômicos, incluindo a crise fiscal e a recessão global, e foram fortemente influenciadas pelas diretrizes de instituições financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

O cerne das reformas neoliberais na Venezuela foi a privatização de empresas estatais, uma estratégia destinada a diminuir o papel do governo na economia e a aumentar a eficiência dos setores anteriormente controlados pelo Estado. Essa privatização abrangeu diversos setores estratégicos, como telecomunicações, energia e petróleo, e buscou estimular o investimento privado e a competitividade. Ao mesmo tempo, o governo implementou uma série de cortes em programas sociais e investimentos públicos, na tentativa de equilibrar as finanças públicas e reduzir o déficit fiscal.

A década de 1970 foi marcada por um período de prosperidade econômica para a Venezuela, conhecido como o boom do petróleo<sup>1</sup>. O aumento acentuado dos preços do petróleo permitiu ao país acumular grandes receitas e financiar expansivos programas sociais e investimentos em infraestrutura. No entanto, a estabilidade econômica foi efêmera, e a década de 1980 trouxe desafios significativos para a economia venezuelana. Entretanto, a economia venezuelana sempre foi fortemente dependente da renda petroleira, o que condicionou o seu desenvolvimento a flutuações nos preços internacionais do petróleo. Desde a sua

---

<sup>1</sup>Hitner, 2012, p. 48

descoberta no início do século XX, o petróleo desempenhou um papel central na definição da estrutura econômica do país. O boom petrolífero dos anos 1970 proporcionou um rápido crescimento econômico, mas também incentivou a adoção de um modelo de crescimento baseado no endividamento e na dependência de um único recurso:

A imagem de saudosismo na Venezuela é originária da década de 70, quando se fez a nacionalização da indústria petrolífera e a explosão dos preços do produto. O governo que desfrutou com êxito desses resultados foi o de Carlos Andrés Pérez, membro da AD; contudo, sua administração resultou em um grande acúmulo da dívida externa devido ao descontrole financeiro em obras públicas (Martins; Moreira, 2021, p. 157).

De acordo com Hitner (2012), durante o governo de Carlos Andrés Pérez, entre 1974 e 1979, o país adotou uma política expansionista, utilizando os altos preços do petróleo para fomentar o crescimento econômico por meio do aumento da dívida externa. Tal estratégia foi recorrente em diversos países da América Latina naquele período, resultando em um aumento significativo da dívida externa venezuelana. Entretanto, a crise da dívida latino-americana, que teve início em 1982, revelou as fragilidades desse modelo de crescimento.

A crise da dívida latino-americana de 1982, que teve impacto devastador em países como o México, Brasil e Argentina, também afetou profundamente a Venezuela<sup>2</sup>. Com o colapso dos preços do petróleo e o aumento das taxas de juros internacionais, o país enfrentou sérios problemas de liquidez, levando à implementação de severos ajustes fiscais para atender às demandas de seus credores internacionais. A partir desse momento, o governo venezuelano foi forçado a negociar com instituições financeiras internacionais, como o FMI, adotando políticas de austeridade que comprometeram os avanços sociais obtidos durante os anos de bonança.

O "*Viernes Negro*" de 1983 foi um evento crucial que ilustrou a deterioração econômica do país. No dia 18 de fevereiro de 1983, o governo venezuelano anunciou a desvalorização da moeda nacional, o bolívar, em relação ao dólar americano, o que desencadeou uma crise cambial e inflação alta. Este episódio, conhecido como "*Viernes Negro*," marcou o início de um período de dificuldades

---

<sup>2</sup>Bresser-Pereira, 1993, p. 37

econômicas e aumento da dívida externa. O impacto da crise foi exacerbado pela queda nos preços do petróleo no mercado internacional, que reduziu drasticamente as receitas do governo, agravando ainda mais a situação econômica, como explicita Mendes (2012, p. 88):

Esse conjunto de medidas afetava toda a sociedade, ao reduzir o poder de consumo dos setores altos e médios e, o mais grave, diminuir a rede de programas sociais dos quais dependia a imensa maioria da população. [...] A chegada avassaladora da crise começou a gerar questionamentos que partiam de todos os setores da sociedade, que buscavam explicações para a falência de um modelo no qual se havia depositado tanta esperança. [...] Para a imprensa, empresários, classes médias e baixas, a corrupção e o inchaço das funções do Estado apareceram como únicas explicações razoáveis para aquela crise.

Sob a presidência de Carlos Andrés Pérez e posteriormente com Rafael Caldera, o governo venezuelano empreendeu um vasto programa de privatização que visava transformar a estrutura econômica do país a partir de uma "diminuição do Estado". Este processo foi impulsionado por diretrizes de instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI)<sup>3</sup> e o Banco Mundial, que recomendavam a venda de ativos estatais como uma solução para o déficit fiscal e uma maneira de estimular a eficiência econômica.

Em resposta à crise, o governo do presidente Carlos Andrés Pérez implementou o "*Gran Viraje*" ou "*Paquetazo Económico*" em 1989. Esta série de medidas de ajuste econômico visava estabilizar a economia, mas envolveu cortes substanciais em programas sociais e investimentos públicos. A estratégia de ajuste fiscal incluía a redução dos subsídios governamentais, a eliminação de benefícios sociais e a redução dos gastos em saúde, educação e bem-estar social. O objetivo era controlar o déficit fiscal e atender às exigências de ajuste impostas pelos credores internacionais, mas essas medidas tiveram consequências profundas e adversas para a população, mesmo modelo que se aplicou em toda a América Latina:

Em primeiro lugar, apareceu o compromisso de suspender o controle sobre o câmbio e, logo em seguida, eram apresentadas as mudanças que afetavam mais diretamente a maioria da população: a reestruturação do sistema de controle de preços, que passava a abranger 25 produtos e

---

<sup>3</sup>Mendes, 2012, p. 96

serviços essenciais, que incluíam alimentos, medicamentos e transporte. [...] Dessa cesta, 7 produtos teriam subsídios progressivamente eliminados até 1991. O valor do petróleo e no mercado interno seria continuamente aumentado até atingir os níveis praticados no exterior. De imediato foi aplicado um reajuste de quase 100%, que afetou os preços de seus derivados e, conseqüentemente, aumentou os custos do transporte (Mendes, 2012, p. 97).

Este processo de intensa liberalização econômica também envolveu a transferência de controle sobre diversos setores estratégicos da economia venezuelana para o setor privado. Entre os setores mais afetados estavam as telecomunicações, a energia elétrica e o petróleo. Empresas estatais como a CANTV (Companhia Anônima Nacional Telefones de Venezuela)<sup>4</sup>, a PDVSA (Petróleos de Venezuela S.A.) e outras entidades no setor de energia e infraestrutura foram privatizadas total ou parcialmente. A venda dessas empresas teve como objetivo principal reduzir o papel do Estado na economia, melhorar a eficiência operacional e aumentar a competitividade desses setores:

A mesma lógica era aplicada ao preço de mercadorias produzidas por empresas estatais, como alumínio, que sofreria um aumento de 40% no mercado interno até o final de 1989. Estava prevista privatização de empresas responsáveis pela coleta de lixo e distribuição de água. Os serviços oferecidos pelo Estado, como eletricidade telefonia, também sofreram ajustes de 50% até o final daquele ano (Mendes, 2012, p. 98).

O racional por trás da privatização era que o setor privado, sendo mais orientado para o lucro, poderia administrar esses ativos de maneira mais eficiente do que o governo, que muitas vezes era visto como ineficiente e propenso a corrupção. A privatização prometia também gerar receitas substanciais para o governo, que poderiam ser utilizadas para reduzir o déficit fiscal e financiar outras áreas da economia. Essas medidas foram acompanhadas pela liberalização econômica, que envolveu a abertura dos mercados venezuelanos para a competição internacional e a desregulamentação de diversos setores econômicos o que gerou, no início da

---

<sup>4</sup>Cantv fue la empresa pionera en materia de telecomunicaciones en el país: fundada en 1930 por el comerciante Félix Guerrero con autorización del Ministerio de Fomento. Desde 1950 el Estado venezolano compró la totalidad de las acciones de las empresas telefónicas particulares que conformaban la red de telefonía de Cantv, lo que derivó en el primer proceso de nacionalización de la empresa, el cual se concretó en 1973, durante la primera presidencia de Rafael Caldera. El rezago tecnológico y las debilidades técnicas llevaron a la privatización de la compañía en 1991 para su modernización." PODEROPEDIA, 2022.

década de 80, uma falsa sensação de desenvolvimento econômico e bem-estar social, como demonstra Wilhelm (2011, p. 257):

Sobre os dados, cabe realçar que, embora tenha ocorrido uma certa distribuição de renda e de benefícios sociais, como no campo educacional [...] assim mesmo a estrutura social permaneceu intacta, ou seja, esse resultado da distribuição de renda não colocou em risco o regime de acumulação, concentração e reprodução do capital.

No entanto, os resultados da privatização foram variados e, em muitos casos, controversos. Embora a transferência de empresas para o setor privado tenha gerado receitas significativas e contribuído para a redução do déficit fiscal, também levou a uma série de problemas. A concentração de ativos econômicos nas mãos de um pequeno grupo de empresários e conglomerados resultou em uma desigualdade crescente e no aumento do poder econômico de uma elite. Além disso, a privatização frequentemente resultou na deterioração dos serviços oferecidos à população. A busca por maximização dos lucros pelos novos proprietários muitas vezes levou a cortes em investimentos em manutenção e serviços, afetando a qualidade e acessibilidade dos serviços públicos essenciais.

Além disso, a privatização de setores estratégicos como o petróleo e a energia gerou preocupações sobre a perda de controle nacional sobre recursos vitais. O setor de petróleo, que havia sido um pilar fundamental da economia venezuelana, passou a operar sob uma lógica de mercado mais voltada para interesses privados, o que levantou questões sobre a soberania nacional e a gestão sustentável dos recursos naturais.

A austeridade imposta pelo "*Gran Viraje*" gerou um ambiente de insatisfação e descontentamento social. Os cortes em programas sociais resultaram em uma deterioração significativa das condições de vida para as camadas mais vulneráveis da população. O acesso a serviços essenciais, como saúde e educação, tornou-se mais limitado, e a redução de subsídios alimentares e benefícios sociais contribuiu para um aumento na pobreza e na exclusão social. Ou seja, embora as reformas visassem modernizar a economia e integrá-la mais efetivamente ao mercado global, elas também geraram consequências adversas, incluindo os já citados aumento da desigualdade social, o crescimento da pobreza e a deterioração dos serviços

públicos, mas também alimentaram o descontentamento que eventualmente contribuiu para a emergência de novos movimentos políticos na Venezuela.

A liberalização econômica foi acompanhada de uma expansão descontrolada do setor financeiro, que, sem uma regulação adequada, levou a um aumento da especulação. A liberalização do setor bancário, que permitiu maior liberdade para instituições financeiras, facilitou o fluxo de capitais, mas também gerou instabilidade financeira. O setor bancário, que havia sido fortemente regulamentado até então, tornou-se um dos principais motores da especulação e da instabilidade econômica, à medida que as instituições financeiras buscaram lucros rápidos em um ambiente de desregulamentação e liberalização.

O impacto dessas políticas sobre a população venezuelana foi severo. A redução das tarifas de importação e a consequente inundação de produtos estrangeiros afetaram negativamente a indústria local, que não conseguiu competir com as empresas multinacionais e os produtos mais baratos importados. Isso resultou no fechamento de várias empresas nacionais e em um aumento do desemprego. De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, "a taxa de desemprego urbano cresceu de forma constante até 1985, ano em que se registou o pico do desemprego de 14,3%" se mantendo em estável e elevado patamar na primeira metade dos anos 1990. (FAO, 1993)<sup>5</sup>.

A promessa de crescimento econômico e estabilidade, que era central ao discurso neoliberal, não se materializou. Pelo contrário, a liberalização econômica aprofundou as vulnerabilidades da economia venezuelana, aumentando a desigualdade social e deixando o país exposto às forças do mercado global. Essa conjuntura preparou o cenário para um crescente descontentamento social e político. Entretanto, é preciso voltar ao ano de 1989 para discutir uma importante manifestação de desordem popular que mudaria o cenário político venezuelano: o "*Caracazo*".

A reação popular a essas reformas encontrou seu ponto de ebulição em fevereiro de 1989, com o evento conhecido como "*Caracazo*", um marco na história recente da Venezuela e um dos episódios mais dramáticos de contestação ao

---

<sup>5</sup>Disponível em <https://www.fao.org/4/X5332s/x5332s0d.htm#19.%20venezuela>. Acesso em 12/09/2024

modelo neoliberal no país. A crise econômica, agravada pela implementação do "*Gran Viraje*" de Carlos Andrés Pérez, atingiu duramente a classe trabalhadora e a população mais pobre, que já sofria com o aumento do custo de vida e a redução dos subsídios estatais.

De acordo com Vargas-González (2021), o estopim para o *Caracazo* foi o anúncio, em 26 de fevereiro de 1989, de um novo aumento no preço dos combustíveis, parte das medidas de austeridade impostas pelo pacote de ajustes econômicos. Esse aumento provocou uma alta imediata nos preços do transporte público, afetando diretamente a população que dependia desse serviço para se deslocar. No dia seguinte, 27 de fevereiro, começaram os protestos na cidade de Guarenas, nas proximidades de Caracas, onde trabalhadores e usuários do transporte público tomaram as ruas em uma manifestação espontânea. A revolta rapidamente se espalhou para outras cidades, incluindo Caracas, e o que começou como uma série de manifestações contra o aumento do preço dos combustíveis transformou-se em uma explosão de descontentamento generalizado. Esse episódio deve ser compreendido como um ponto de inflexão na política venezuelana, evidenciando o colapso das promessas neoliberais de desenvolvimento econômico e prosperidade para as massas. Em vez disso, essas políticas aprofundaram as desigualdades sociais e geraram um aumento substancial da pobreza, o que culminou em uma resposta insurgente por parte do povo.

O *Caracazo*, portanto, foi a resposta popular a essa deterioração das condições de vida. Saques a supermercados e lojas, barricadas nas ruas e confrontos com as forças de segurança se tornaram uma forma de resistência da população marginalizada, que já não suportava mais o peso das políticas de ajuste estrutural. Os protestos não foram organizados por sindicatos ou partidos políticos, mas foram uma manifestação orgânica e intensa da classe trabalhadora, estudantes e populares, que se viam empurrados para a miséria.

É fundamental destacar que a resposta do Estado venezuelano ao *Caracazo* foi uma das mais brutais repressões militares da história do país. Sob ordens diretas de Carlos Andrés Pérez, foi decretado o estado de emergência, o que permitiu a mobilização das Forças Armadas e a suspensão das liberdades civis. As forças de segurança receberam carta branca para reprimir os protestos, e o resultado foi um massacre indiscriminado da população. Mendes (2012, p. 103) afirma que "de um

dia para o outro, uma democracia exemplar se havia convertido em numa feroz ditadura". A repressão foi marcada por uma violência desmedida, com as Forças Armadas disparando contra civis desarmados, invadindo bairros populares e prendendo manifestantes em massa. O número oficial de mortos ainda é contestado, mas estima-se que entre 300 e 3.000 pessoas perderam suas vidas durante os dias de repressão, com muitos desaparecidos e corpos enterrados em valas comuns:

Até hoje não se sabe exatamente quantas pessoas foram vítimas da repressão naqueles dias. O governo reconheceu 277 mortes em Caracas. Balanços realizados posteriormente, baseados nas listas do necrotério, contaram 396 vítimas. Organizações sociais acreditam que este número ainda está longe da realidade, pois muitos copos não passaram pelo necrotério e permanecem desaparecidos. Havia rumores de que centenas de vítimas foram secretamente sepultados em valas comuns, como uma encontrado no cemitério do Sul, em Caracas, com 68 corpos em sacos de lixo (CORONIL, 1997, apud MENDES, 2012, p. 107).

O *Caracazo* revelou a falência do Estado venezuelano em manter um pacto social minimamente aceitável. A população, esmagada pelas políticas neoliberais, encontrou na insurgência popular uma forma de demonstrar sua rejeição a um sistema que perpetuava a desigualdade e a exclusão. A partir desse momento, a separação entre as oligarquias que governavam o país, beneficiadas pelas privatizações e pela concentração de riqueza, e o povo, que sofria as consequências da liberalização econômica, tornou-se cada vez mais evidente. O Estado venezuelano, ao responder com repressão militar, deixou claro seu alinhamento com os interesses das elites econômicas e internacionais, em detrimento das demandas populares.

Essa insurgência deve ser compreendida à luz das contradições inerentes ao modelo neoliberal e sua incapacidade de responder às necessidades básicas da classe trabalhadora. Ao contrário do discurso hegemônico, que promovia o neoliberalismo como um caminho para o desenvolvimento e a modernização, a experiência venezuelana revelou que essas políticas intensificaram a dependência econômica externa, fragilizaram as estruturas de bem-estar social e exacerbaram as divisões de classe. Nesse sentido, o episódio pode ser visto como uma verdadeira virada de chave na política venezuelana, uma explosão popular que desafiou a ordem estabelecida e abriu caminho para novas alternativas políticas.

A repressão violenta ao *Caracazo* também evidencia o caráter coercitivo do Estado em um contexto de crise social. A repressão não foi apenas uma resposta a uma revolta momentânea, mas a expressão de um sistema político incapaz de oferecer soluções para as demandas sociais. O uso das Forças Armadas contra a população foi uma tentativa desesperada de manter a ordem neoliberal, mesmo que à custa de milhares de vidas. O massacre que se seguiu reforçou o sentimento de injustiça e exclusão entre as camadas populares, deixando cicatrizes profundas no imaginário coletivo venezuelano.

O *Caracazo* desvelou a fragilidade do modelo econômico imposto ao país e revelou a insustentabilidade de uma política que favorecia os interesses estrangeiros e da classe dominante em detrimento da maioria da população. As décadas de políticas de ajuste estrutural não conseguiram resolver os problemas econômicos do país e, ao contrário, aprofundaram as desigualdades e a precarização da vida. Ao mesmo tempo, o *Caracazo* é a primeira grande manifestação de um povo que, diante da exclusão e da pobreza, encontrou na insurgência popular uma forma de lutar contra as oligarquias e o imperialismo que sustentavam o modelo neoliberal.

A repressão não eliminou o desejo de mudança da população; ao contrário, lançou as bases para um novo ciclo de lutas que questionaria a legitimidade da ordem política e econômica vigente. A resposta definitiva veio em 2 de fevereiro de 1999, quase 10 anos após o trágico episódio, com a posse do então novo presidente da Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frías.

## 2 O ELEMENTO "CHÁVEZ": UMA ALTERNATIVA POLÍTICA

Esse cenário de crise dos anos 1980 abriu caminho para o surgimento de resistências organizadas dentro das próprias Forças Armadas. O Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200), fundado em 1982 por Hugo Chávez e outros oficiais militares, foi uma dessas respostas à alienação popular e ao colapso do sistema político venezuelano. O MBR-200 foi concebido como uma organização secreta dentro do Exército, com o objetivo de reformar o Estado venezuelano e pôr fim à dominação das oligarquias que se beneficiavam do pacto de *Punto Fijo*. Inspirado pelos ideais de Simón Bolívar, o movimento buscava promover uma revolução popular que resgatasse a soberania nacional, combatendo tanto as elites locais quanto a interferência imperialista dos Estados Unidos na política e na economia venezuelanas.

Um dos momentos fundacionais mais simbólicos desse movimento foi o Juramento de Samán de Guere, no qual Chávez e seus companheiros prometeram lutar pela libertação do povo venezuelano da dominação das elites e pela construção de uma nova república inspirada nos ideais de Simón Bolívar:

*Juro por el Dios de mis padres, juro por mi Patria, juro por mi Honor, que no daré tranquilidad a mi alma, ni descanso a mi brazo, hasta no ver rotas las cadenas que oprimen a mi pueblo por voluntad de los poderosos. Elección Popular, tierras y hombres libres. Horror a la Oligarquía* (CHÁVEZ et al., 1982, apud ROSAS; CARRILLO, 2011, p. 3).

Esse juramento se deu debaixo da árvore Samán de Guere, um local historicamente importante na cultura venezuelana, pois era onde Bolívar descansava durante as guerras de Independência da Venezuela:

Em 1982, alguns meses depois de [Chávez] se tornar capitão, prestam juramento na companhia de mais três companheiros de armas: Felipe Acosta Carlez, morto em 1989, Jesús Urdaneta Hernández e Raúl Isaías Baduel. O juramento ficou conhecido como juramento de Samán de Guere, local onde Simón Bolívar costumava descansar em meio às suas batalhas. Nele, os quatro companheiros prometiam lutar por mudanças dentro do Exército venezuelano e não só. Sob a árvore em que descansara Bolívar, iniciavam os quatro companheiros de farda - com solenidade - aquilo que se transformaria no movimento bolivariano e na própria Revolução Bolivariana (Almada, 2007, p. 47).

Além da escolha do lugar, o Juramento de Samán de Guere também tem um profundo paralelo com o famoso Juramento do Monte Sacro, realizado por Simón Bolívar em 1805. No Monte Sacro, em Roma, Bolívar jurou que não descansaria enquanto não visse a América livre do jugo espanhol, comprometendo-se à luta pela independência das colônias sul-americanas:

*Juro delante de usted; juro por el Dios de mis padres; juro por ellos; juro por mi honor, y juro por la Patria, que no daré descanso a mi brazo, ni reposo a mi alma, hasta que haya roto las cadenas que nos oprimen por voluntad del poder español* (BOLÍVAR, 1805, apud GONZÁLEZ, 1984, p. 297).

Ambos os juramentos carregam um simbolismo patriótico e revolucionário, fundindo a aspiração de liberdade com a responsabilidade de um líder que se compromete pessoalmente a transformar a realidade política e social do seu país.

O Juramento de Samán de Guere ecoa o Juramento do Monte Sacro em sua essência revolucionária e na busca pela emancipação. Enquanto Bolívar se voltava contra o colonialismo espanhol, Chávez e seus companheiros do MBR-200 visavam combater a dominação das elites nacionais e a influência imperialista que mantinham o país subjugado a interesses estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos. Ao jurar diante do Samán de Guere, Chávez reafirmava a continuidade da luta bolivariana, atualizando-a no contexto contemporâneo da Venezuela, marcado pela crise do neoliberalismo e pela alienação das massas populares.

O paralelo entre os dois juramentos não é apenas uma questão simbólica, mas também revela como o bolivarianismo de Chávez foi moldado por um forte nacionalismo e um compromisso com a soberania popular. Assim como Bolívar visava construir uma América Latina unida e independente, Chávez e o MBR-200 defendiam a refundação da república venezuelana com base nos princípios de justiça social, igualdade e autodeterminação. O bolivarianismo, dessa forma, torna-se uma ideologia que incorpora a luta contra a opressão externa e interna, mesclando os ideais de independência com uma crítica profunda às estruturas de poder que perpetuam a desigualdade dentro do país.

Esse juramento também representa o momento em que o nacionalismo bolivariano começa a se formalizar como a base ideológica do MBR-200. Enquanto o pacto de *Punto Fijo* representava a submissão da Venezuela aos ditames do capitalismo global e dos interesses imperialistas, o MBR-200 vislumbrava uma nova

ordem política que colocasse a soberania nacional e os interesses populares no centro do projeto de Estado. A simbologia de se reunir debaixo de uma árvore histórica, onde Bolívar também traçou estratégias para libertar a Venezuela, reforça o vínculo entre o passado glorioso da independência e a luta contemporânea contra a exploração, indicando que o novo projeto político era uma continuação da luta inacabada de Bolívar.

A fundação do MBR-200, quase uma década antes do *Caracazo*, foi uma reação inicial de jovens militares às contradições do sistema político venezuelano, mas a insurreição de 1989 deu nova urgência e relevância ao movimento. Após o *Caracazo*, o MBR-200 começou a ganhar força e apoio, não apenas dentro das Forças Armadas, mas também entre setores populares desiludidos com o fracasso das políticas neoliberais. O movimento, que já enxergava o esgotamento do pacto de *Punto Fijo*, agora via na crescente instabilidade política e social uma oportunidade de agir. O *Caracazo*, portanto, representou o ponto de inflexão que catalisou as ações do MBR-200, tornando claro que as instituições políticas vigentes não estavam dispostas, nem eram capazes, de promover as mudanças estruturais necessárias para melhorar a vida da maioria dos venezuelanos.

A constituição do MBR-200 como uma força de resistência interna dentro das Forças Armadas foi um processo gradual, que se consolidou à medida que a crise política e econômica da Venezuela se aprofundava. Os oficiais que fundaram o movimento compartilhavam uma visão crítica do papel das Forças Armadas no sistema político estabelecido pelo pacto de *Punto Fijo*. Para eles, o Exército havia se tornado um instrumento de repressão das classes populares, servindo aos interesses das elites em vez de defender a soberania nacional e os direitos do povo. O MBR-200, nesse sentido, representava uma tentativa de reconectar as Forças Armadas com as massas populares, promovendo uma revolução que, na visão dos fundadores do movimento, deveria ser conduzida em nome do povo, e não das elites.

A ideologia do MBR-200 foi profundamente influenciada pelos ideais de Bolívar, mas também pelas experiências revolucionárias de outros países latino-americanos. A revolução cubana, em particular, serviu como inspiração para muitos dos integrantes do movimento, que viam em Cuba um exemplo bem-sucedido de resistência ao imperialismo e de construção de um novo tipo de sociedade, baseado

na igualdade e na justiça social. Além disso, as leituras marxistas-leninistas não só exerceram influência sobre o pensamento dos líderes do MBR-200, como também foram reinterpretadas<sup>6</sup>.

O MBR-200, portanto, surge factualmente como uma resposta direta às tensões sociais e políticas desencadeadas após o *Caracazo*, propondo uma ruptura radical com o modelo político e econômico imposto pelo pacto de *Punto Fijo*. O movimento, que inicialmente operava na clandestinidade, tornou-se a principal força de oposição ao governo de CAP, organizando-se em torno da ideia de uma revolução popular e militar que devolveria ao povo venezuelano o controle de seu destino. Esse processo, que culminaria na tentativa de insurreição de 1992, foi a materialização das aspirações de uma parte das Forças Armadas e das classes populares por uma mudança estrutural no país, uma vez que as instituições vigentes se mostravam incapazes de oferecer qualquer solução para a profunda crise que se instalava na Venezuela.

O dia 4 de fevereiro de 1992 marca um ponto de virada na história contemporânea da Venezuela, quando Hugo Chávez, então tenente-coronel do Exército, liderou uma tentativa de derrubar o governo do presidente Carlos Andrés Pérez. O evento, amplamente referido como um golpe militar, é, no entanto, muito mais complexo em suas implicações e motivações, gerando debates sobre sua real natureza. A questão que se coloca, tanto do ponto de vista historiográfico quanto político, é se devemos considerar o episódio como um "golpe militar" ou como uma "insurreição". Esses dois termos carregam significados distintos, e a escolha entre eles reflete, em grande parte, a leitura que se faz do papel de Chávez e das forças que o apoiavam na tentativa de transformar o cenário político venezuelano:

No entanto, cabe ressaltar que a caracterização de um golpe de Estado como um fenômeno reacionário ou progressista em si pouco contribui para sua definição geral, tendo em vista que tais noções são relacionais e podem variar muito dependendo da conjuntura histórica que se toma como referência. Só faz sentido discutir caracterizar um golpe como progressista ou reacionário após o exame das classes sociais em luta e a comparação entre o conteúdo da política econômica e social que se deseja substituir e a que se pretende colocar no lugar. Caso contrário, a análise tende a cair numa visão formalista deste fenômeno e presa à problemática e que os golpes de Estado não passam de uma disputa entre correntes de opinião, tal como costuma pregar a visão liberal da cena política, ou de uma disputa

---

<sup>6</sup>Almada, 2007, p. 48

entre elites racionais, como sugere a teoria elitista, dissociando-se assim os conflitos políticos dos interesses de classe em presença numa dada conjuntura (Martuscelli, 2018, p. 3-4).

Baseado, ainda, em Martuscelli (2018), este tópico defende o uso do termo insurreição, destacando o caráter revolucionário do movimento, em contraposição ao termo "golpe", frequentemente associado a um rompimento antidemocrático:

[...] diríamos que uma revolução se inscreve no processo de transição social de um modo de produção a outro, enquanto que um golpe de Estado deve ser associado às contradições e conflitos presentes nos processos de reprodução social de um dado modo de produção. Assim, uma revolução está vinculada à substituição da velha classe dominante por uma nova, ou em termos poulantzianos, à substituição do velho bloco no poder por um novo. Já um golpe de Estado está relacionado aos conflitos internos às classes e frações dominantes pelo controle do processo decisório estatal. Ou seja, está ligado a um tipo particular de conflito que se estabelece no seio do bloco no poder.

A palavra "golpe" tradicionalmente remete a uma tomada abrupta do poder, muitas vezes promovida por militares ou grupos políticos, sem qualquer consulta popular ou base de apoio nas massas. Historicamente, golpes de Estado são executados com o objetivo de interromper a ordem constitucional, substituindo regimes democraticamente eleitos por ditaduras ou governos provisórios, como foi o caso de diversas intervenções militares na América Latina, especialmente durante a Guerra Fria. Contudo, a tentativa liderada por Chávez em 1992 difere substancialmente dessas dinâmicas. Longe de ser uma ação isolada e desprovida de conexão com os anseios populares, a insurreição de 4 de fevereiro emerge como resposta direta ao profundo descontentamento das classes populares com o pacto de *Punto Fijo*,

Para entender essa insurreição como algo mais legítimo do que um golpe de Estado tradicional, é preciso inseri-la no contexto da alienação e marginalização crescentes das classes populares, cujas demandas por justiça social, equidade e participação política foram sistematicamente ignoradas pela elite governante. A tentativa de tomada do poder por Chávez não foi simplesmente um ato militar, mas uma reação às condições intoleráveis impostas ao povo venezuelano pelo neoliberalismo. Assim, ao falar de insurreição, estamos tratando de um levante que

buscava atender aos interesses populares e reconfigurar a ordem política com base em novos princípios, evocando um projeto revolucionário de mudança estrutural:

O conceito de golpe de estado depende da realidade histórica - o contexto - em que o fenômeno ocorre. A despeito de, entre a Primeira Guerra Mundial e o fim da URSS, os golpes terem usualmente envolvido a tomada de poder por elementos das Forças Armadas, isso não significa que necessariamente todos os golpes assumirão a mesma forma. [...] Para análises atuais sobre o conceito, é necessário fazer uma análise que aproxime-se da de Lane e de Malaparte, em que a tomada do poder é analisada a partir de processos históricos e da mobilização e opinião popular em torno desta (Scherer, 2017, p. 3-4).

A tentativa de Chávez em 1992 também deve ser lida como o início de um processo revolucionário que, apesar de fracassado naquele momento, representou um marco inicial na luta pela transformação da Venezuela. Historicamente, processos revolucionários raramente se concretizam de maneira linear ou imediata, e muitos são caracterizados por tentativas frustradas que preparam o terreno para sucessos futuros. É o caso, por exemplo, da Revolução Cubana, que, antes de triunfar em 1959, sofreu reveses significativos, como o ataque fracassado ao quartel de Moncada em 1953:

A derrota fora tomada por [Fidel] como um revés tático, e isto não é sinônimo de derrota. A vitória naquela época teria sido fora de tempo e traria a desvantagem da correlação mundial de forças naquele instante. O imperialismo norte-americano era por demais poderoso, e a revolução tanto poderia sair vitoriosa como fracassar ou perecer e, sem dúvida, pereceria antes que erros fossem cometidos. Essas são alternativas imponderáveis e às vezes trágicas. Mas o importante, segundo Fidel, para abrir caminho para o futuro em determinadas circunstâncias é a vontade inquebrantável de luta e a própria ação revolucionária (Lopes, 2005, p. 5).

No caso da Revolução Russa, a primeira tentativa de tomada do poder pelos bolcheviques ocorreu em 1905, mas só em 1917, após uma série de crises políticas e econômicas, é que a revolução efetivamente triunfou, como reconheceu Trotsky (1922, p. 3):

Apesar dos doze anos transcorridos, essa análise foi completamente confirmada. A revolução russa não poderia culminar num regime democrático-burguês: tinha que entregar o poder à classe trabalhadora. Em 1905, a classe operária era ainda demasiado fraca para tomar o poder, mas os acontecimentos posteriores a obrigaram a ganhar força e maturidade, não no contexto de uma república democrática-burguesa, mas no

movimento tzarista de junho. O proletariado chegou ao poder em 1917 com a ajuda da experiência adquirida pela geração de 1905. Por isso, os jovens trabalhadores de hoje devem ter acesso àquela experiência e estudar, em consequência a história de 1905.

Assim como nas revoluções cubana e russa, a insurreição de 1992 pode ser vista como uma etapa inicial e necessária de um longo processo de mobilização e conscientização popular. A tentativa de Chávez de derrubar o governo em fevereiro de 1992, ainda que militarmente malsucedida, lançou as bases para a construção de uma nova força política no país, que culminaria, anos mais tarde, com sua ascensão ao poder por meios democráticos. O movimento de Chávez não apenas sobreviveu ao fracasso da insurreição, como cresceu em influência, com o próprio Chávez se tornando um símbolo de resistência e renovação, especialmente depois de sua prisão e da disseminação do lema "*por ahora*", uma frase que encapsulava a ideia de que, embora o levante não tivesse sucesso naquele momento, o processo revolucionário continuaria.

Ao fazer comparações com a Revolução Cubana e a Revolução Russa, podemos observar um ponto de comunhão nos processos revolucionários, que muitas vezes são precedidos por tentativas fracassadas de tomada do poder. Esses fracassos, no entanto, não significam o fim do movimento, mas sim um reagrupamento de forças, um fortalecimento da consciência política e uma preparação para novas tentativas, que acabam, em alguns casos, levando à vitória. Tanto na Rússia quanto em Cuba, as primeiras tentativas de revolução foram derrotadas, mas elas criaram as condições para que, anos mais tarde, os movimentos revolucionários triunfassem.

No caso da Venezuela, o 4 de fevereiro de 1992 deve ser visto sob essa mesma perspectiva. O levante liderado por Chávez foi o primeiro passo de um processo revolucionário que culminaria, não na vitória militar, mas na vitória política, com a chegada de Chávez ao poder por meio de eleições democráticas em 1998. Isso demonstra que a insurreição de 1992 não foi um ato isolado ou uma ruptura antidemocrática, mas sim uma expressão inicial de um movimento mais amplo, voltado para a transformação da sociedade venezuelana.

Dessa forma, ao escolher o termo insurreição, reconhecemos a legitimidade de um movimento que expressava as aspirações de mudanças profundas e que

estava alinhado com as demandas populares por justiça social e soberania. A insurreição de 1992 é, portanto, mais bem compreendida como o início de um processo revolucionário contínuo, uma tentativa inicial de transformar as estruturas políticas e econômicas da Venezuela que, embora malsucedida no curto prazo, preparou o caminho para a Revolução Bolivariana e a ascensão de Chávez ao poder em 1999.

Outro ponto crucial que diferencia a insurreição de 1992 de um golpe militar típico está na biogênese do Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200) que estabeleciam o pensamento ideário de Simón Bolívar e a tradição revolucionária venezuelana. O movimento de Chávez reivindicava uma reexecução dos princípios bolivarianos, ou seja, à defesa da soberania popular, da justiça social e da independência nacional frente à dominação estrangeira, particularmente dos Estados Unidos. Esse aspecto coloca a insurreição de 1992 em consonância com um projeto de longa duração que visava refundar a república venezuelana, rompendo com o *status quo* estabelecido pelo pacto de *Punto Fijo*, que havia assegurado a estabilidade política e econômica para as elites às custas das camadas populares.

Antes de avançarmos nos desdobramentos da insurreição de 4 de fevereiro de 1992, é fundamental traçar o perfil do líder deste movimento, Hugo Rafael Chávez Frías, para compreender não apenas as dinâmicas internas da tentativa de tomada de poder, mas também os caminhos políticos e ideológicos que levaram a Venezuela a uma transformação estrutural profunda. Tal abordagem não deve ser confundida com uma visão historiográfica tradicional que privilegia as figuras de poder ou as leituras hegemônicas sobre eventos históricos, pois o caso de Chávez é particularmente significativo como expressão dos anseios populares. Ao contrário de muitos líderes militares latino-americanos, Chávez encarnava, desde o início, as demandas do povo venezuelano por justiça social, soberania e democracia participativa. A prova cabal disso reside na célebre frase proferida após sua prisão: "*por ahora*", que sintetizou a continuidade do processo revolucionário e reafirmou a identificação do líder com as massas populares.

A biografia de Hugo Chávez é central para entender o contexto da Revolução Bolivariana, uma vez que sua trajetória pessoal reflete a convergência de múltiplos fatores políticos, ideológicos e sociais que moldaram sua visão de mundo e sua

prática política. Para Jones (2007), "Hugo Chávez tocou a alma dos pobres porque era um deles". Nascido em 28 de julho de 1954, na pequena cidade de Sabaneta, estado de Barinas, Chávez veio de uma família humilde, profundamente enraizada no interior rural da Venezuela. Seus pais, Hugo de los Reyes Chávez, professor e posteriormente governador de Barinas, e Elena Frías de Chávez, também professora, pertenciam à classe trabalhadora rural e, apesar de suas dificuldades financeiras, sempre valorizaram a educação e o serviço público. No entanto, foi a avó de Chávez, Rosa Inés Chávez<sup>7</sup>, quem o criou durante grande parte de sua infância. Ela se tornou uma figura de referência em sua vida, ensinando-o sobre os valores comunitários, a simplicidade e a espiritualidade popular venezuelana, além de despertar nele uma profunda sensibilidade para com os mais pobres e marginalizados<sup>8</sup>.

Essa origem modesta foi um elemento formador de sua identidade, pois, desde cedo, ele se identificou com as classes populares e com as dificuldades enfrentadas pelos venezuelanos mais pobres. Além disso, sua ligação com o campo e com a história do campesinato venezuelano o conectou com as lutas sociais de figuras como Ezequiel Zamora, cuja luta pela terra e pela igualdade no século XIX teria um impacto profundo na formação ideológica de Chávez:

Zamora era um revolucionário, um herdeiro menos conhecido do sonho de Simón Bolívar: sonho de construir uma sociedade mais justa. Ele ajudou a organizar, com os camponeses e escravos da região, um exército que nos decênios de 1850 e 1860 travou uma guerra civil contra as forças ligadas à oligarquia dos proprietários de terra. Zamora cultivava uma hostilidade ardente pelas elites e possuía uma opinião radical sobre como reformar a sociedade venezuelana. [...] Zamora defendeu a adoção de várias medidas, entre as quais a abolição da pena de morte, a total liberdade de expressão e o voto universal. Era favorável ao fim das restrições à livre movimentação dos trabalhadores, que à época poderiam ser presos e condenados a trabalhos forçados nas fazendas caso fossem considerados culpados de perambular pelas ruas. Ele até sugeriu a criação de um tipo de sistema de seguridade social capaz de ajudar as pessoas necessitadas por motivos "de incapacidade ou de privação generalizada". Também desejava que os grandes proprietários de terra fossem obrigados a fornecer dez vacas leiteiras, que seriam criadas em terras comunitárias e forneceriam "leite gratuito, todos os dias, para as casas pobres" (Jones, 2013, p. 66-67).

---

<sup>7</sup>JONES, 2007, p. 56

<sup>8</sup>JONES, 2007, p. 65

A entrada de Chávez nas Forças Armadas Venezuelanas<sup>9</sup>, em 1971, foi um marco importante em sua trajetória. Enquanto jovem cadete na Academia Militar de Venezuela, ele não apenas se destacou como um oficial brilhante, mas também começou a se expor às ideias que moldariam sua visão política. As Forças Armadas eram tradicionalmente vistas como uma instituição conservadora, alheia às demandas populares, mas Chávez, ao longo de sua formação, desenvolveu uma leitura crítica do papel das forças militares no contexto latino-americano. Influenciado pela obra de Simón Bolívar<sup>10</sup>, Chávez começou a vislumbrar um papel mais ativo para os militares na transformação social e política da Venezuela, acreditando que os soldados deveriam ser não apenas defensores da soberania nacional, mas também agentes de justiça social.

O bolivarianismo, como ideologia, foi o eixo central dessa formação política. Bolívar, o "Libertador", não era apenas uma figura histórica distante para Chávez, mas sim uma fonte viva de inspiração revolucionária. O bolivarianismo de Chávez, no entanto, foi reinterpretado à luz dos desafios contemporâneos, combinando os ideais de liberdade e soberania de Bolívar com uma crítica ferrenha ao imperialismo e às elites econômicas. Chávez também buscou resgatar a figura de Simón Rodríguez, mentor de Bolívar, cujas ideias educacionais e humanistas influenciaram profundamente o jovem militar. A pedagogia crítica de Rodríguez, que defendia a necessidade de educar as massas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, seria incorporada no projeto de Chávez para a Venezuela. Portanto, observa Mendes (2012, p. 133):

O bolivarianismo não se restringe, porém, ao debate ideológico no interior do exército: é anterior à consolidação dessa instituição e abrange a cultura política nacional em sua totalidade, desde o século XIX. Na história venezuelana, lembrar o nome e o programa do Libertador sempre foi uma forma de ampliar o apoio para um determinado projeto político.

Entretanto, a formação ideológica de Chávez não estava restrita ao pensamento bolivariano. Durante seus anos nas forças armadas, ele teve contato com as ideias marxistas<sup>11</sup>, especialmente com as análises de Karl Marx sobre a luta de classes, o papel do Estado e o imperialismo. Embora Chávez não se definisse

---

<sup>9</sup>JONES, 2007, p. 84

<sup>10</sup>JONES, 2007, p. 90

<sup>11</sup>JONES, 2007, p. 87

explicitamente como marxista neste período, ele incorporou elementos do marxismo-leninismo em sua leitura da realidade venezuelana e latino-americana. Para ele, a Venezuela era uma sociedade profundamente marcada por contradições de classe, em que uma minoria detinha o controle da riqueza e dos recursos naturais, enquanto a maioria vivia na pobreza. A exploração das riquezas petrolíferas pela oligarquia nacional e pelas corporações multinacionais era, em sua visão, uma manifestação clara do imperialismo, que, segundo a análise marxista, operava por meio de alianças entre elites locais e potências estrangeiras.

O compromisso de Chávez com a luta anti-imperialista também o aproximou de outras figuras revolucionárias da América Latina, como Fidel Castro e Che Guevara<sup>12</sup>. Ele admirava a Revolução Cubana e via em Cuba um exemplo de resistência contra o domínio dos Estados Unidos. Chávez também se inspirou no conceito de "pátria grande", defendido por Bolívar, que via a América Latina como uma unidade histórica e geopolítica a ser libertada do jugo imperialista. Esse ideal de integração latino-americana seria uma peça-chave da política externa de Chávez quando ele chegasse ao poder, buscando construir alianças com outros países da região em um esforço de resistência coletiva contra o imperialismo norte-americano.

Dessa forma, a formação ideológica de Chávez foi o resultado de uma combinação de influências bolivarianas, marxistas e humanistas. Sua trajetória pessoal, desde suas origens humildes até sua ascensão nas Forças Armadas, moldou seu compromisso com a luta contra a exploração e a opressão. Ao longo de sua carreira, ele manteve uma conexão profunda com o povo venezuelano, algo que se evidenciou em seu discurso após a insurreição de 1992.

Em suma, a biografia de Hugo Chávez e sua formação ideológica são essenciais para entender o movimento que ele liderou e as transformações que ele implementaria posteriormente. Seu compromisso com a justiça social, o anti-imperialismo e a soberania nacional eram a expressão de um projeto de longo prazo que transcendeu a insurreição de 1992 e culminou na Revolução Bolivariana. O estudo de sua trajetória e das influências que moldaram sua visão política revela a complexidade de um líder profundamente conectado com os anseios de seu povo e com os desafios históricos da Venezuela.

---

<sup>12</sup>JONES, 2007, p. 72

Após o fracasso da insurreição militar de 4 de fevereiro de 1992, Hugo Chávez, em uma breve aparição pública transmitida pela televisão, pronunciou a frase que se tornaria um dos marcos mais simbólicos de sua trajetória:

*"Compañeros, lamentablemente, por ahora, los objetivos que nos planteamos no fueron logrados en la ciudad capital. Es decir, nosotros acá en Caracas, no logramos controlar el poder. Ustedes lo hicieron muy bien por allá, pero ya es tiempo de evitar más derramamiento de sangre. Ya es tiempo de reflexionar y vendrán nuevas situaciones y el país tiene que enrumbarse definitivamente hacia un destino mejor. Así que oigan mi palabra. Oigan al Comandante Chávez quien les lanza este mensaje para que, por favor, reflexionen y depongan las armas porque ya, en verdad, los objetivos que nos hemos trazado a nivel nacional, es imposible que los logremos. Compañeros, oigan este mensaje solidario. Les agradezco su lealtad, les agradezco su valentía, su desprendimiento, y yo, ante el país y ante ustedes, asumo la responsabilidad de este Movimiento militar bolivariano. Muchas gracias" (Chávez, 1992).*

Embora derrotado militarmente, Chávez deixou claro que sua luta não havia terminado, insinuando a continuidade do projeto revolucionário e a promessa de um futuro em que a transformação política e social seria inevitável. Essa frase simples, mas carregada de significado, foi interpretada por amplos setores da sociedade venezuelana como uma mensagem de esperança. O "*por ahora*" reverberou entre as camadas populares, que viam na figura de Chávez um líder capaz de desafiar o *status quo* político e as elites que, até então, haviam governado o país sob o pacto de *Punto Fijo*.

A declaração de Chávez, ainda que curta, foi um ato de enorme impacto simbólico, que, ao contrário de encerrar o movimento insurgente, o recontextualizou e revitalizou. Ao afirmar que a insurreição militar de 1992 era apenas um capítulo de uma história ainda em construção, Chávez reafirmava a legitimidade de sua causa e transformava o fracasso imediato em uma vitória simbólica de longo prazo. A recepção popular dessa mensagem foi massiva. Em um país onde as condições de vida da maioria da população pioravam continuamente devido às políticas neoliberais e à corrupção das elites políticas, a figura de Chávez emergia como um símbolo de resistência e luta por justiça social.

O período em que Chávez permaneceu preso, a partir de 1992, foi crucial para consolidar sua imagem como líder popular. O isolamento físico da prisão não o afastou do povo, pelo contrário, fortaleceu sua conexão com as massas. O

encarceramento, longe de desmobilizar os apoiadores do movimento, deu a Chávez o tempo necessário para refletir e articular melhor suas ideias políticas. Nesse sentido, o "*por ahora*" tornou-se não apenas um lema de resistência, mas uma estratégia política que permitiu a Chávez transformar a derrota em uma ferramenta de longo prazo para a construção de um movimento mais organizado e articulado. Sobre a importância do discurso, Pinto (2006, p. 80) afirma:

O discurso existe porque ele é uma tentativa de dar sentido ao real, uma tentativa de fixar sentidos, precária, mas exitosa: precária enquanto não essencial e por isso, constantemente ameaçada de ser desconstruída; exitosa porque, no que pese a ameaça, contém uma continuidade histórica. Quando o tema é o discurso político, esta dinâmica é muito simples de ser observada: o que é um discurso político, se não uma repetida tentativa de fixar sentidos em um cenário de disputa? [...] Quando analisamos o discurso político, verifica-se que esta é uma tentativa de fixar sentidos, que têm a urgência como condição e durante as campanhas eleitorais esta urgência é ainda mais fácil de ser verificada.

O impacto do "*por ahora*" não foi apenas simbólico ou retórico; ele teve consequências políticas tangíveis. A sociedade venezuelana, já profundamente insatisfeita com as políticas de Carlos Andrés Pérez e com o colapso econômico que afetava diretamente a classe trabalhadora e os setores populares, passou a ver Chávez como uma alternativa viável ao sistema político vigente. A crescente pressão popular sobre o governo de CAP culminou, em 1993, no impeachment do presidente, que foi destituído do cargo em meio a um escândalo de corrupção. A queda de Pérez, no entanto, não foi apenas uma resposta às acusações de desvio de fundos públicos; foi também o reflexo de uma crise mais ampla de legitimidade que abalava o pacto de *Punto Fijo*.

O episódio foi um momento de virada na política venezuelana, pois expôs a fragilidade das elites políticas que até então dominavam o país. A eleição de Rafael Caldera, que havia sido presidente entre 1969 e 1974, marcou uma tentativa de reconfigurar o sistema político. Caldera, um dos fundadores do pacto de *Punto Fijo*, se apresentava como uma figura capaz de reconciliar o país, mas sua ascensão ao poder estava diretamente ligada à promessa de indultar Chávez. A campanha de Caldera, marcada pela retórica de pacificação e pela promessa de uma anistia para os envolvidos no levante de 1992, evidenciou a força política que Chávez havia adquirido mesmo estando na prisão:

Vitorioso nas urnas por uma pequena margem de votos, Rafael Caldera acenou ao país para uma pacificação política. Na perspectiva de angariar o apoio do MBR-200, que se tornara uma importante organização política no cenário nacional, o presidente Caldera aprovou uma anistia para os militares rebeldes, desde que eles deixassem as Forças Armadas (Vasconcelos, 2022, p. 111-112).

A eleição de Caldera em 1993 foi uma resposta às demandas populares por mudança, mas também refletiu o enfraquecimento das instituições políticas tradicionais. O indulto de Chávez, em 1994, não foi apenas um ato jurídico, mas um reconhecimento tácito de que o líder insurgente havia se tornado um ator central no cenário político venezuelano. A promessa de Caldera, ao garantir sua vitória eleitoral, mostrou que o pacto de *Punto Fijo* já não conseguia mais sustentar-se sem concessões às demandas emergentes das massas populares. O sistema bipartidário, que por décadas governou o país, agora enfrentava o desafio de lidar com uma nova força política, encarnada na figura de Chávez, que trazia consigo a promessa de uma refundação nacional.

Ao sair da prisão, Hugo Chávez ascendia como uma figura política influente, tanto na Venezuela quanto no cenário internacional. Sua libertação não marcou apenas o retorno à vida pública, mas também a consolidação de sua imagem como líder de um movimento que desafiava a ordem neoliberal. Em uma demonstração de sua crescente relevância, foi recebido em Cuba por Fidel Castro com pompas de chefe de Estado, um gesto que reforçava a conexão ideológica entre Chávez e as lideranças socialistas da América Latina, além de simbolizar seu papel na luta anti-imperialista:

Hugo Chávez desembarca em Havana, em 13 de dezembro de 1994. [...] O presidente Fidel Castro encontra-se ao pé do avião da Conviasa, companhia venezuelana, que aterrissara no aeroporto José Martí, de Havana, num voo normal. [...] Chávez diz que um frio lhe percorreu a espinha. Na sua condição de oficial expulso do Exército e mal saído da cadeia, jamais esperaria tal acolhida. [...] A partir dali os dois amarram uma relação - os cientistas políticos chamariam de simbiótica - que vai perpassar e levantar toda América Latina e muitos outros países pobres e emergentes do restante do mundo (Filho, 2012, p. 33).

Internamente, Chávez percorreu todo o território venezuelano, organizando os Círculos Bolivarianos<sup>13</sup>, estruturas populares que visavam engajar as massas em

---

<sup>13</sup>CÍCERO, 2012, p. 257

torno de seu projeto político. Esses círculos funcionavam como uma rede de mobilização, articulando comunidades em torno de uma nova proposta de participação política, que se tornaria fundamental na sua estratégia eleitoral. Através desses encontros, Chávez construiu uma sólida base de apoio, focada em setores historicamente excluídos pela elite política e econômica do país. Essa articulação direta com o povo foi crucial para sua ascensão nas eleições de 1998, nas quais sua mensagem de ruptura com o neoliberalismo e a promessa de refundar a república venezuelana encontraram forte ressonância.

Em 1997, ele fundou o Movimento Quinta República (MVR), partido que incorporava tanto sua visão revolucionária quanto sua promessa de romper com a ordem neoliberal estabelecida nas décadas anteriores. O nome "Quinta República" remetia à proposta de Chávez de refundar a república venezuelana, superando o que ele considerava os vícios e a corrupção da Quarta República, instaurada com o pacto de *Punto Fijo*. O MVR não era apenas um partido político tradicional; ele representava uma aliança entre diversos setores da sociedade venezuelana descontentes com o modelo neoliberal, como trabalhadores, camponeses, intelectuais de esquerda e parte da classe média que havia sido marginalizada pela crise econômica. É possível vislumbrar a síntese do MVR na "Proposta para Transformar a Venezuela, uma Revolução Democrática", onde Chávez (1996, p. 3) afirma:

*"Estamos en plena transición. Fuerzas desatadas la impulsan, la más de las veces sin control. Esa transición se inició a finales de los años 70, cuando la situación A (capitalismo de Estado-Pacto de Punto Fijo) comenzó a dar muestras de agotamiento. El reto hoy está en impulsar esta transición hacia una situación B deseada, preconcebida. Para impulsarla puede haber varios caminos. Se trata, entonces, de vislumbrar esos posibles caminos, y de orientar la transición por aquél o aquellos que ofrezcan mayor viabilidad."*

A campanha eleitoral de Chávez em 1998 foi marcada por um discurso inflamado, voltado contra as elites políticas e econômicas que haviam dominado o país por décadas. Ele prometia romper com o neoliberalismo, fortalecer o Estado e devolver ao povo o controle sobre os recursos naturais do país, particularmente o petróleo, que havia sido, nas décadas anteriores, privatizado e usado para beneficiar uma pequena elite. Chávez rejeitava explicitamente os programas de austeridade impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e prometia uma redistribuição

mais justa da riqueza nacional. Sua mensagem encontrou um terreno fértil em uma sociedade marcada pela desigualdade crescente e pela desilusão com os partidos tradicionais.

Em dezembro de 1998, Chávez foi eleito presidente com uma vitória expressiva, obtendo cerca de 56% dos votos<sup>14</sup>. Sua ascensão ao poder representou um rompimento definitivo com o modelo político anterior, podendo-se afirmar que o sucesso de Chávez foi uma resposta política às oligarquias, contrariando o suposto cenário "antipolítica" (Mendes, 2012) supostamente vigente na sociedade venezuelana. Os candidatos apoiados pela AD e COPEI foram rejeitados, mesmo com diversas tentativas desesperadas de conter o avanço eleitoral de Chávez (Vasconcelos, 2022).

Ao assumir o cargo, Hugo Chávez deu início ao processo de refundação da república com um gesto simbólico que marcou sua ruptura com a velha ordem. Durante sua posse, ao invés de jurar lealdade à Constituição de 1961, que ele considerava obsoleta e excludente, Chávez (1999) proclamou<sup>15</sup>:

*Juro delante de Dios, juro delante de la Patria, juro delante de mi pueblo que sobre esta moribunda Constitución impulsaré las transformaciones democráticas necesarias para que la República nueva tenga una Carta Magna adecuada a los nuevos tiempos. Lo juro.*

Chávez, então, rapidamente iniciou o processo de refundação da república, convocando uma Assembleia Nacional Constituinte para elaborar uma nova constituição que refletisse os valores e princípios de sua Revolução Bolivariana. A nova Constituição, aprovada em referendo em dezembro de 1999, representou um dos maiores legados do primeiro mandato de Chávez e tornou-se um marco da nova era política da Venezuela. A eleição de Chávez representou o fim do Pacto de *Punto Fijo* e a fundação da quinta república ou "República Bolivariana da Venezuela".

---

<sup>14</sup>De acordo com o Conselho Eleitoral da Venezuela (CNE), o candidato Hugo Chávez, do Movimento V República, obteve 3.673.685 votos que correspondem a 56,20% dos votos válidos.

<sup>15</sup>Disponível em: [https://youtu.be/xW-JDBerRt4?si=tPgb\\_IKvnK9G53PZ](https://youtu.be/xW-JDBerRt4?si=tPgb_IKvnK9G53PZ). Acesso em 24/09/2024

### 3 A REVOLUÇÃO: REFUNDAÇÃO DA REPÚBLICA NA VENEZUELA

Com a chegada de Chávez à presidência, urgiu a necessidade de estabelecer de imediato a convocação de uma Assembleia Constituinte<sup>16</sup> para a elaboração de uma nova constituição que rompesse com os paradigmas do Pacto de *Punto Fijo* e refundasse a República. A Constituição de 1999 foi, então, o primeiro grande marco da Revolução Bolivariana, simbolizando a transição de um regime que havia alienado grande parte da população para um novo modelo que visava a ampliação da participação popular e o fortalecimento da soberania nacional. A Constituição de 1999, fruto da constituinte convocada pelo próprio Chávez e apoiada amplamente pela população, representou uma ruptura tanto simbólica quanto estrutural com essa herança de exclusão e controle oligárquico.

O processo constituinte, diferentemente das práticas elitistas que caracterizaram a IV República, foi amplamente participativo, incluindo setores historicamente marginalizados<sup>17</sup>. A nova Constituição foi resultado de um diálogo que envolveu trabalhadores, movimentos sociais e as comunidades indígenas, refletindo a pluralidade de vozes que emergiam em busca de uma nova ordem social e política. Um dos aspectos mais inovadores da Constituição foi o aumento significativo dos mecanismos de participação popular, rompendo com a democracia meramente representativa que prevaleceu na IV República. A inclusão de instrumentos como referendos, plebiscitos, consultas populares e iniciativas legislativas cidadãos conferiu ao povo venezuelano um grau de participação direta sem precedentes. Esses mecanismos de democracia participativa foram pensados para devolver às massas o protagonismo político e permitir que elas pudessem interferir diretamente nas grandes decisões nacionais, exercendo um controle mais próximo sobre os poderes instituídos.

A promulgação da Constituição de 1999 marcou um divisor de águas na história política da Venezuela e estabeleceu os alicerces da chamada V República, diretamente vinculada ao processo revolucionário impulsionado por Hugo Chávez. A necessidade de uma nova constituição era defendida por Chávez desde a sua

---

<sup>16</sup>JONES, 2007, p. 31

<sup>17</sup>PESCADOR, 2004, p.5

campanha eleitoral em 1998, com o intuito de romper com as estruturas obsoletas da IV República, profundamente marcada pelo pacto de *Punto Fijo*.

Além disso, a nova Constituição ampliou e reafirmou os direitos sociais e econômicos, estabelecendo uma série de garantias que o Estado deveria assegurar para combater a desigualdade e promover o bem-estar social. Sob a égide da V República, o Estado assumiu um papel muito mais ativo na economia, rompendo com o modelo neoliberal que predominava na Venezuela até então. Essa alteração era uma resposta direta ao desmantelamento social causado pelas políticas de ajuste estrutural e privatizações promovidas pela IV República, especialmente durante o governo de Carlos Andrés Pérez. A Constituição de 1999 garantiu, por exemplo, o direito à educação gratuita e universal, o direito à saúde pública, o direito à habitação e uma série de outros direitos que reforçavam o compromisso com o bem-estar social. Esses direitos eram assegurados por um Estado que deveria atuar como promotor do desenvolvimento social e econômico, subvertendo a lógica de um mercado desregulado e impessoal. Nesse sentido, a constituição não só ampliava direitos, mas também alterava a função do Estado, atribuindo-lhe um papel central no combate à pobreza e na redistribuição de recursos, algo que ecoava as propostas de justiça social defendidas pelo próprio Simón Bolívar<sup>18</sup>.

A Constituição de 1999 também promoveu uma centralização do poder executivo, reforçando o papel do presidente dentro do sistema político venezuelano. Esse movimento foi, muitas vezes, alvo de críticas por parte da oposição, que acusava Chávez de estar caminhando em direção ao autoritarismo e minando as bases democráticas do país. No entanto, essa crítica se revela infundada ao considerarmos o contexto de profundas transformações sociais e políticas que a Venezuela vivia naquele momento. A centralização do poder executivo, longe de ser um capricho autoritário, respondia à necessidade de garantir a implementação das mudanças estruturais que a Revolução Bolivariana propunha, especialmente diante da resistência das elites tradicionais, que historicamente se beneficiavam do sistema oligárquico da IV República. O preâmbulo da Constituição Bolivariana expressa tal perspectiva:

---

<sup>18</sup>BOLÍVAR, 1819, p. 57.

*El pueblo de Venezuela, en ejercicio de sus poderes creadores e invocando la protección de Dios, el ejemplo histórico de nuestro Libertador Simón Bolívar y el heroísmo y sacrificio de nuestros antepasados aborígenes y de los precursores y forjadores de una patria libre y soberana; con el fin supremo de refundar la República para establecer una sociedad democrática, participativa y protagónica, multiétnica y pluricultural en un Estado de justicia, federal y descentralizado, que consolide los valores de la libertad, la independencia, la paz, la solidaridad, el bien común, la integridad territorial, la convivencia y el imperio de la ley para esta y las futuras generaciones; asegure el derecho a la vida, al trabajo, a la cultura, a la educación, a la justicia social y a la igualdad sin discriminación ni subordinación alguna (Venezuela, 1999, p. 1).*

O fortalecimento da figura presidencial não foi, portanto, um processo que concentrava poder em um indivíduo, mas sim em um líder que, em muitos aspectos, encarnava a vontade popular. Chávez, eleito democraticamente e com amplo apoio popular, representava os anseios das massas marginalizadas que haviam sido historicamente excluídas dos processos decisórios. Assim, a centralização do poder executivo não pode ser vista apenas como uma transferência de poder para Chávez, mas como a consolidação de um projeto no qual o poder era exercido em nome do povo e para o povo. A figura presidencial, nesse sentido, atuava como um mediador entre o Estado e as demandas populares, garantindo que as reformas propostas no âmbito da Revolução Bolivariana fossem levadas a cabo sem serem bloqueadas pelos mecanismos tradicionais de poder que ainda eram controlados por setores conservadores da sociedade.

Além disso, é importante destacar que essa centralização foi acompanhada de um aumento do controle popular sobre as instituições públicas. A Constituição de 1999 introduziu mecanismos de fiscalização e responsabilização, como a possibilidade de referendos revogatórios expostos no artigo 72 que estabelece o direito dos cidadãos de revogar o mandato de qualquer funcionário eleito por voto popular, incluindo o Presidente da República. De acordo com o artigo<sup>19</sup>, após a metade do mandato do cargo eletivo, se pelo menos 20% dos eleitores registrados solicitarem, pode ser convocado um referendo revocatório. Caso o número de votos a favor da revogação seja igual ou superior ao número de votos com os quais o funcionário foi eleito e participe mais de 25% dos eleitores registrados, o mandato será considerado revogado. Esse mecanismo foi utilizado em 2004, quando houve

---

<sup>19</sup>VENEZUELA, 1999, p. 14

um referendo para tentar revogar o mandato de Hugo Chávez, mas ele venceu com a maioria dos votos favoráveis à sua permanência no cargo. Esse mecanismo, que é uma inovação democrática importante, foi pensado justamente para impedir a perpetuação no poder de lideranças que traíssem os interesses populares, algo que Chávez propôs como um antídoto ao retorno do sistema oligárquico da IV República. Dessa forma, a centralização do poder não era um bloqueio à democracia, mas uma reconfiguração do poder em favor das massas populares, que agora possuíam novos instrumentos para controlar e exigir responsabilidade dos seus governantes.

A historiografia crítica<sup>20</sup> do período pós-Chávez frequentemente aponta o que considera ser um paradoxo: como um regime que se pretendia radicalmente democrático poderia concentrar tanto poder em uma única figura? Contudo, o argumento em favor dessa centralização é duplo. Por um lado, diante das elites profundamente resistentes às transformações propostas pelo chavismo, a concentração de poder foi necessária para garantir que as políticas bolivarianas fossem implementadas de maneira eficaz. As elites venezuelanas, que sempre haviam controlado os meios econômicos e políticos, utilizaram todo tipo de estratégia — desde campanhas de desestabilização até tentativas de golpe — para barrar as mudanças promovidas por Chávez. Portanto, sem um executivo forte, as reformas necessárias poderiam ter sido facilmente bloqueadas ou revertidas.

Por outro lado, essa centralização não pode ser entendida como uma simples personalização do poder na figura de Chávez. O presidente não era um líder autoritário que concentrava o poder em benefício próprio, mas, como seus apoiadores argumentavam, ele representava de fato a vontade do povo. Chávez sempre se viu como um "soldado do povo"<sup>21</sup>, um instrumento através do qual as massas excluídas poderiam finalmente tomar o poder e reverter o sistema de exploração que as havia oprimido por décadas. Assim, a centralização do poder foi, na realidade, a centralização do poder popular, a afirmação de um projeto de democracia direta no qual o presidente era o executor da vontade coletiva. Essa distinção é fundamental para compreender como a Revolução Bolivariana se

---

<sup>20</sup>JÚNIOR; AZEVEDO (Org.), 2022, p. 73-93.

<sup>21</sup>Em discurso pronunciado na comemoração da Independência da Venezuela em 05 de julho de 2012, Chávez afirmou: "Somos los hijos de Bolívar pues, somos por naturaleza soldados del pueblo y para el pueblo, somos pueblo en armas, somos soldados revolucionarios [...] Venezuela ha decidido ser libre y no depender de ningún centro de poder extranjero, de ningún centro hegemónico de poder".

distanciava materialmente de regimes autoritários tradicionais, já que a liderança de Chávez se fundamentava em um projeto político de inclusão, participação e justiça social, no qual o poder era redistribuído em favor dos setores marginalizados.

Gramsci (2017) define o autoritarismo como o comando pelo comando, no qual a responsabilidade do líder é meramente formal, sem levar em consideração os fins ou o bem coletivo, e onde há uma falta de colaboração efetiva com os subordinados. Chávez, no entanto, construía sua liderança não apenas como um ato de comando, mas como uma forma de empoderar as massas populares e garantir que elas estivessem ativamente envolvidas na construção de um novo modelo de sociedade. Nesse sentido, a centralização do poder em sua figura não era uma mera personalização do poder ou uma imposição autoritária, mas a centralização do poder popular, refletindo a vontade das massas anteriormente marginalizadas. No caderno oito, dos cadernos do cárcere de Gramsci, ele pontua que:

Na obediência, há um elemento de comando e, no comando, um elemento de obediência (autocomando e auto-obediência). [...] Deve-se obedecer sem compreender para onde a obediência conduz e a que fim visa? Obedece-se neste sentido de bom grado, ou seja, livremente, quando se compreende que se trata de força maior: mas, para que se esteja convencido da força maior, é preciso que exista colaboração efetiva quando a força maior não existe. Comandar por comandar é autoritarismo; mas comanda-se para que um fim seja alcançado, não só para resguardar as próprias responsabilidades jurídicas: “Eu dei a ordem: não sou responsável se ela não foi cumprida ou se foi mal cumprida, etc.; responsável é o executor, que falhou.” O comando do maestro: acordo prévio alcançado, colaboração, o comando como uma função distinta, não hierarquicamente imposta.

O trecho de Gramsci sobre o comando do maestro é particularmente relevante para compreender essa dinâmica. Chávez pode ser comparado a esse maestro que, em vez de impor ordens de maneira hierárquica, desempenha uma função de liderança que deriva de um acordo coletivo prévio — a saber, o compromisso com a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa. Em suas falas, Chávez se colocava como um servidor, deixando claro que sua autoridade não era uma expressão de poder individual, mas um reflexo da democracia direta que buscava implementar.

Além disso, Gramsci argumenta que a obediência cega só é aceitável quando se reconhece uma "força maior" que a justifique, mas, para ele, o verdadeiro

comando precisa ser compreendido e aceito por aqueles que obedecem, o que exige colaboração e entendimento mútuo. No caso de Chávez, sua liderança era amplamente legitimada por sua conexão direta com os movimentos populares, sua constante consulta ao povo e sua ênfase em programas de participação, como as Missões Bolivarianas, que foram projetadas para redistribuir o poder e os recursos. Isso refuta a ideia de que sua liderança era autoritária no sentido gramsciano, pois envolvia uma clara colaboração com as bases populares e o fortalecimento das instituições que permitiam essa participação.

A crítica à centralização do poder no governo Chávez, portanto, ignora que esse processo foi, na verdade, um mecanismo essencial para proteger o acesso participativo à democracia em curso. Diferente do pacto de *Punto Fijo*, que efetivamente cerceava a democracia ao consolidar o controle das elites sobre o poder político, a centralização sob Chávez visava garantir que as bases populares — e não as elites tradicionais — estivessem no comando das decisões políticas. O papel de Chávez foi o de um líder que representava um projeto popular ratificado, e a centralização do poder no Executivo serviu como uma estratégia para manter essa liderança alinhada com as demandas populares e enfrentar a resistência das elites, que historicamente haviam monopolizado o poder.

Com a consolidação da Constituição de 1999, a Assembleia Nacional Constituinte deu um passo crucial ao reforçar simbolicamente o bolivarianismo como a base ideológica do Estado, mudando oficialmente o nome do país para "República Bolivariana da Venezuela"<sup>22</sup>. Essa alteração não foi meramente cosmética; tratava-se de um reposicionamento político e ideológico que resgatava o legado de Simón Bolívar. Bolívar, para Chávez, representava não apenas uma grande referência histórica, mas também o emblema da luta contra o imperialismo e pela autodeterminação dos povos, valores centrais à Revolução Bolivariana. A nova nomenclatura buscava resgatar essa herança revolucionária e, ao mesmo tempo, traçar paralelos com a luta contemporânea contra o neoliberalismo e o imperialismo, agora sob a liderança venezuelana.

---

<sup>22</sup>Em matéria do "El Tiempo", Cristancho (1999) destacou: "Esto para nosotros es un proyecto revolucionario importante y es la bandera, quizás la más significativa de nuestro proyecto, dijo el constituyente Eliécer Otaiza, defensor de la propuesta del Presidente. Explicó que no se trata sólo de cambiar el nombre, sino que tiene que ver con una identidad política, con una práctica política y por eso es que se establece así."

Ao adotar "bolivariana" como parte oficial do nome do país, Chávez estava reafirmando a identidade nacional venezuelana dentro do contexto de uma América Latina que se erguia contra a hegemonia dos Estados Unidos e das instituições financeiras internacionais. Esse movimento foi, portanto, uma tentativa de redefinir a soberania venezuelana com base em uma herança revolucionária compartilhada, reaproximando o país de seus ideais fundadores, mas com uma nova roupagem: o socialismo do século XXI.

Simbolicamente, essa mudança também foi acompanhada de importantes modificações na bandeira nacional. O cavalo branco, que anteriormente galopava para a direita, passou a galopar para a esquerda. Essa alteração é extremamente significativa, pois simbolizava o rompimento com o passado e a adoção de uma nova orientação política. A adição da oitava estrela à bandeira venezuelana em 2006 foi uma correção histórica baseada em um decreto de Simón Bolívar, que data de 20 de novembro de 1817<sup>23</sup>. Durante a Campanha da Guayana, Bolívar reconheceu a importância estratégica dessa região para a causa patriota. Após a vitória na Batalha de San Félix, comandada por Manuel Piar, a Guayana foi libertada e integrada ao movimento de independência. Para simbolizar a incorporação dessa província, Bolívar decretou a adição de uma oitava estrela à bandeira, junto com as outras sete que representavam as províncias originais que declararam independência em 1810.

Figura 1 — Bandeira da Venezuela



Fonte: Domínio Público, VENEZUELA (2006, p. 7).

Contudo, o decreto não foi imediatamente implementado e, ao longo do século XIX e XX, a bandeira venezuelana continuou com sete estrelas. A omissão da oitava estrela representando Guayana permaneceu até que, em 2006, Hugo

---

<sup>23</sup>Artículo único - A las siete estrellas que lleva la bandera nacional de Venezuela se añadirá una, como emblema de la Provincia de Guayana, de modo que el número de estrellas será de ahora en adelante de ocho." (BOLÍVAR, 1817)

Chávez resgatou essa proposta como parte de sua agenda bolivariana de reconhecimento histórico e revalorização das lutas de libertação. A Assembleia Nacional aprovou a mudança, e a oitava estrela foi finalmente incorporada à bandeira, simbolizando o compromisso de Chávez em honrar o legado de Bolívar e reafirmar a soberania e a unidade nacional. Assim diz o Artigo 3 da Lei da Bandeira Nacional, Hino Nacional e Escudo de Armas da República Bolivariana da Venezuela:

*La Bandera Nacional se inspira en la que adoptó el Congreso de la República en 1811. Está formada por los colores amarillo, azul y rojo, en franjas unidas, iguales y horizontales en el orden que queda expresado, de superior a inferior y, en el medio del azul, ocho estrellas blancas de cinco puntas, colocadas en arco de círculo con la convexidad hacia arriba. La Bandera Nacional que usen la Presidencia de la República y la Fuerza Armada Nacional, así como la que se enarbole en los edificios públicos nacionales, estatales y municipales, deberá llevar el Escudo de Armas de la República Bolivariana de Venezuela en el extremo de la franja amarilla cercano al asta. La Bandera Nacional usada por la Marina Mercante sólo llevará las ocho estrellas (Venezuela, 2006).*

A inclusão de um facão, arco e flecha, e frutas tropicais adicionou elementos que remetiam diretamente ao povo venezuelano, em especial aos camponeses e indígenas. O facão, símbolo do trabalho agrícola, e o arco e flecha, tradicional entre as comunidades indígenas, reforçavam o compromisso da Revolução Bolivariana com as classes historicamente marginalizadas e oprimidas. Esses elementos buscavam resgatar a identidade nacional venezuelana em sua pluralidade, reconhecendo os grupos que haviam sido sistematicamente excluídos pelos regimes anteriores:

Figura 2 — Brasão de Armas da Venezuela



Fonte: Domínio Público, VENEZUELA (2006, p. 6).

A mudança no nome do país, na bandeira e no brasão de armas, portanto, não foi um mero capricho estético. Tratava-se de uma estratégia política profundamente enraizada na ideia de transformar a Venezuela em um bastião de resistência ao imperialismo e de construção de uma nova ordem social. Ao utilizar símbolos nacionais e históricos de maneira estratégica, Chávez foi capaz de legitimar seu governo tanto no plano doméstico quanto no plano internacional, ao se alinhar com outros movimentos progressistas na América Latina e no mundo.

Historicamente, essas mudanças representam um exemplo claro de como os símbolos nacionais podem ser utilizados para legitimar transformações políticas e sociais. Ao resgatar e modificar esses símbolos, Chávez buscava reafirmar o papel da Venezuela como um ator central na luta pela autodeterminação e soberania dos povos latino-americanos. Ele utilizou esses elementos como ferramentas para construir uma nova narrativa histórica que rompia com o passado oligárquico e neoliberal da Quarta República e colocava a Revolução Bolivariana como o ponto culminante de um processo histórico mais amplo de emancipação. Hobsbawm (1997) argumenta que a "invenção" de tradições ocorre frequentemente em contextos de transformação social rápida, quando as tradições existentes perdem sua relevância e não se adaptam às novas realidades sociais:

Provavelmente, não há lugar nem tempo investigados pelos historiadores onde não haja ocorrido a "invenção" de tradições neste sentido. Contudo, espera-se que ela ocorra com mais frequência: quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as "velhas" tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostra de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas. Em suma, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta (Hobsbawm; Ranger, 1997, p. 12-13).

Nesse sentido, essas mudanças representam uma invenção de tradições para consolidar a nova ordem política e social, alinhando-a a uma narrativa histórica de luta pela autodeterminação e soberania. Chávez não estava apenas fundando uma nova república, mas construindo uma continuidade com a luta de Simón Bolívar, utilizando símbolos para conectar o passado com a Revolução Bolivariana, apresentando essa transformação como uma continuidade histórica. Ao fazer isso,

Chávez rompeu simbolicamente com o passado neoliberal e oligárquico da Quarta República, sugerindo que a Revolução Bolivariana era o ponto culminante de um processo de emancipação popular que havia começado com Bolívar, mas que só agora se realizava plenamente. Esse uso de símbolos, como Hobsbawm analisa, é uma maneira de legitimar transformações políticas ao dar-lhes uma base histórica e culturalmente ressonante.

### 3.1 O NOVO PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS

A Revolução Bolivariana representou também uma reconfiguração significativa do papel das Forças Armadas, que passaram a ser encaradas como servidoras do povo<sup>24</sup> e da revolução, em oposição ao modelo anterior, onde eram meramente vistas como executoras dos interesses das elites. Essa mudança não foi apenas uma estratégia política, mas refletiu uma transformação profunda na composição social e nas ideologias presentes dentro das Forças Armadas venezuelanas. Historicamente, os militares no país provinham em sua maioria de classes populares, o que criava uma afinidade natural com as demandas e as lutas do povo. Este novo papel foi consolidado sob a liderança de Chávez, que buscou enraizar a instituição militar dentro dos princípios bolivarianos. Em entrevista para Almada (2007), o Governador de Táchira - na época estava como prefeito de Caracas -, Freddy Bernal afirmou:

"E aqui é preciso considerar que as nossas Forças Armadas têm uma característica: são populares, a maioria de seus componentes é de origem popular, humilde, não são pessoas da elite, das grandes famílias, não. Nossas Forças Armadas, como o comandante Chávez, é de gente humilde, que vem de bairros pobres, estudam e se tornam generais, ao contrário de outros países, onde muitos de seus componentes são de origem elitista, vindos das classes média e alta. Aqui na Venezuela, as Forças Armadas são de origem popular, mas estavam a serviço da oligarquia" (Bernal, 2007, apud Almada, 2007, p. 168 - 169).

Durante o período do Pacto de *Punto Fijo*, que se estendeu de 1958 a 1998, as Forças Armadas atuaram como instrumentos da elite política, servindo aos interesses dos presidentes e das classes dominantes. Nesse contexto, os militares eram frequentemente acionados para reprimir manifestações populares e garantir a

---

<sup>24</sup>ALMADA, 2007, p. 61

ordem social, como evidenciado nos eventos trágicos do *Caracazo* em 1989, quando as forças de segurança reprimiram violentamente protestos sociais, resultando em centenas de mortes. Essa abordagem reativa e repressiva perpetuava uma visão das Forças Armadas como guardiãs da elite, distantes das realidades vividas pela maioria da população. A insurreição de 4 de fevereiro de 1992, liderada por Chávez e outros oficiais, já prenunciava um novo paradigma. O envolvimento de Chávez com as classes populares e sua ascensão como líder popular serviram para ressignificar o papel dos militares na sociedade venezuelana, transformando-os de uma força repressora em um braço da soberania popular.

Com a chegada de Chávez ao poder, a nova visão das Forças Armadas foi amplamente promovida. O presidente militar, ao invés de operar como um autocrata, adotou uma perspectiva de que as Forças Armadas deveriam ser a vanguarda da Revolução Bolivariana, buscando ativamente o envolvimento em causas sociais e no desenvolvimento das comunidades. Essa mudança de enfoque implicou uma reorientação das prioridades militares, que passaram a incluir a promoção de programas sociais como parte de suas atribuições. As Forças Armadas se tornaram, assim, uma força organizadora e facilitadora em diversas iniciativas sociais, atuando em colaboração com o governo na implementação de missões sociais, como a Missão Barrio Adentro, que visava fornecer serviços de saúde a populações carentes, e a Missão Mercal, que buscava garantir o acesso à alimentação a preços acessíveis. Ao ser questionado sobre a integração do povo com as forças armadas, Bernal responde:

"Quando um militar vê ao seu lado um ancião de 80 anos que aprende a ler e escrever ou vendo um indigente que pode se alimentar, acompanhando médicos que chegaram a lugares aonde nunca outro médico chegara, estou seguro que isso começou a formar um conceito que se apresentava da seguinte maneira: 'Bom, se isso é a revolução, se é a isso que chamam de revolução, então estamos com a revolução'. E efetivamente podemos dizer agora que a grande maioria das Forças Armadas está com a Constituição, está com a Revolução Bolivariana, respeitadoras do Estado de direito, respeitadoras do estatuto jurídico vigente, envolvidas com os programas de governo, e sentem que ser um soldado não é só empunhar um fuzil, senão é defender o país, uma escola, um hospital, um escritório, defendendo pessoas na rua" (Bernal, 2007, apud Almada, 2007, p. 169).

Internacionalmente, a figura de Hugo Chávez como um ex-militar não apenas levantou desconfiança e preconceito, mas também gerou dúvidas significativas em

setores diversos, inclusive em segmentos da esquerda. A associação imediata entre militarismo e autoritarismo fez com que muitos críticos, tanto fora quanto dentro da Venezuela, questionassem a legitimidade de um líder militar à frente de um projeto político com pretensões revolucionárias. Setores da esquerda, habituados a desconfiar de líderes militares devido ao histórico de ditaduras na América Latina, viram com cautela o ascenso de Chávez. Muitos temiam que sua liderança acabasse se convertendo em mais uma forma de autoritarismo, mesmo que sua retórica e ações sugerissem o oposto: um compromisso profundo com a soberania popular e com profundas transformações sociais. Ao identificar essa questão, Almada pontua:

Era preciso dar a volta na imagem tradicional do gorilismo e mostrar que a partir dali, na pátria de Bolívar, passaria a existir uma nova Força Armada. Uma Força Armada que agora se confundiria com o povo e não o reprimiria, como era o costume. A própria esquerda latino-americana demorou a perceber isso (Almada, 2007, p. 72 - 73).

Mesmo após o início das reformas bolivarianas, essa desconfiança não desapareceu completamente. Até hoje, parte da esquerda internacional mantém uma postura hesitante em relação ao apoio à Revolução Bolivariana. Isso se deve, em parte, ao fato de que a revolução foi liderada por um militar, mas também pelas ambiguidades e desafios que o processo bolivariano enfrentou ao longo dos anos. No entanto, esse ceticismo é reforçado pela atuação constante de campanhas midiáticas, muitas delas promovidas por grandes corporações de comunicação com interesses econômicos na região, que difundem uma narrativa fortemente crítica e distorcida das conquistas bolivarianas.

Esses ataques midiáticos contribuem para um ambiente de desinformação, no qual as realizações sociais, como a redução da pobreza extrema, o aumento do acesso à educação e à saúde, e as iniciativas de integração latino-americana, são frequentemente minimizadas ou omitidas. A mídia internacional, muitas vezes alinhada com interesses imperialistas, busca deslegitimar o processo revolucionário, reforçando preconceitos e desconfianças antigas. Por isso, compreender o papel das forças armadas venezuelanas no contexto da Revolução Bolivariana requer não apenas uma análise detalhada das reformas internas, mas também um entendimento das forças externas que atuam para desacreditar esse projeto.

A formação militar na Venezuela, sob a influência de Chávez, enfatizou não apenas a disciplina militar, mas também a consciência social e política. O exército tornou-se um espaço onde muitos membros da classe baixa poderiam ascender socialmente, possibilitando que soldados e oficiais se identificassem com a luta do povo. A ideia de que as Forças Armadas deveriam servir ao povo, e não à elite, tornou-se uma diretriz central do governo de Chávez, criando um ambiente em que a proteção dos interesses populares era uma prioridade.

Por outro lado, ao traçar um paralelo com as Forças Armadas brasileiras, observa-se uma diferença significativa em suas estruturas e papéis. No Brasil, durante o regime militar (1964-1985), as Forças Armadas foram vistas como um pilar do estado autoritário, responsáveis pela repressão e pelo controle social, em defesa dos interesses elitistas e do *status quo*. A falta de representação das classes populares dentro das Forças Armadas brasileiras levou a um distanciamento entre os militares e a população<sup>25</sup>, perpetuando uma visão negativa da instituição.

As Forças Armadas brasileiras, historicamente associadas a práticas repressivas, frequentemente se distanciaram das demandas sociais. Ao contrário das Forças Armadas venezuelanas, que sob Chávez se transformaram em um instrumento de promoção da soberania popular, as forças militares no Brasil não foram vistas como defensoras dos direitos e das liberdades do povo. A memória das torturas e das violações de direitos humanos durante a ditadura militar brasileira ainda pesa sobre a percepção da sociedade civil em relação à instituição militar. As Forças Armadas venezuelanas, embora altamente politizadas e comprometidas com a constituição e com as lutas populares, continuam sendo alvos de campanhas que buscam vincular o governo bolivariano ao militarismo autoritário, ignorando as nuances do processo histórico. Em realidade, o envolvimento dos militares venezuelanos no projeto bolivariano reflete o compromisso com o povo e com os princípios estabelecidos na nova Constituição de 1999, reafirmando o caráter profundamente transformador dessa revolução.

### **3.2 APROXIMAÇÕES, DISTANCIAMENTOS E INTEGRAÇÃO**

#### **3.2.1 AMÉRICA LATINA**

---

<sup>25</sup>ALMADA, 2007, p. 23

Já a nível internacional, Chávez buscou uma grande aliança com o sul global visando consolidar seu processo revolucionário e, talvez, expandi-lo. A integração latino-americana sempre esteve no centro da política externa de Hugo Chávez, representando uma continuidade do grande projeto bolivariano de unificação e independência regional, iniciado por Simón Bolívar no século XIX<sup>26</sup>. Ao ascender ao poder em 1999, Chávez revitalizou essa visão, mas utilizando ferramentas políticas, econômicas e comunicativas do século XXI para aproximar os países da região e resistir à influência hegemônica dos Estados Unidos. A criação de diversas organizações e iniciativas como a ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América), a Petrocaribe e a Unasul (União de Nações Sul-Americanas) consolidaram a integração latino-americana como um dos pilares da Revolução Bolivariana. Este movimento se alicerçou na Onda Rosa, um fenômeno político que viu a ascensão de governos progressistas em toda a América Latina, fortalecendo o projeto de Chávez de integração regional e soberania popular.

Essa integração se manifestava em esforços concretos para criar alianças regionais com base na solidariedade, na cooperação econômica e na defesa da soberania, contrapondo-se ao modelo neoliberal promovido pelos Estados Unidos em todo o continente. Ao mesmo tempo, essas iniciativas buscavam reduzir a dependência dos países latino-americanos em relação a Washington, criando um bloco regional forte e autônomo. É nesse contexto que se insere a ALBA, criada em 2004 como resposta direta à proposta da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), iniciativa liderada pelos Estados Unidos. A ALBA, inicialmente composta por Venezuela e Cuba, foi concebida como uma aliança baseada na solidariedade e complementaridade, em oposição à lógica de mercado e competitividade exacerbada da ALCA. Ao longo dos anos, o bloco se expandiu, incluindo outros países como Bolívia, Nicarágua e várias nações do Caribe, fortalecendo a resistência ao imperialismo e promovendo um modelo de integração centrado no desenvolvimento social. Sobre a ALBA, Filho (2012) expõe:

Na sua ata de constituição, a ALBA afirma que não acolhe interesses egoístas relacionados a negócios ou benefício nacional em prejuízo de outros povos, pois se baseia na visão de um amplo latino-americanismo que

---

<sup>26</sup>Na famosa Carta da Jamaica, Bolívar (1815) expõe: "Eu desejo, mais do que qualquer outro, ver formar-se na América a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riquezas do que pela sua liberdade e glória." (BOLÍVAR, 2015, p.43)

reconhece o fato de ser impossível aos outros países se desenvolverem e serem realmente independentes no isolamento, mas serem capazes de alcançar aquilo que Bolívar chamava "a maior nação do mundo emergindo da América, não pela sua extensão e riqueza, mas por sua liberdade e glória" (Filho, 2012, p. 91).

A ALBA não apenas propôs um novo modelo de cooperação econômica, mas também lançou várias iniciativas sociais e culturais, como a Missão Milagre, que proporcionou tratamento oftalmológico gratuito a milhares de latino-americanos. Além disso, o Banco da ALBA<sup>27</sup> foi criado como uma alternativa ao FMI e ao Banco Mundial, instituições que historicamente impunham condições neoliberais draconianas em troca de ajuda financeira. Esse banco regional, por sua vez, financiava projetos sociais e infraestruturais, sem as exigências de austeridade fiscal impostas pelas instituições globais.

Outro aspecto crucial da estratégia de Chávez foi o uso da Petrocaribe<sup>28</sup>, criada em 2005 como uma plataforma de diplomacia energética. Por meio dela, a Venezuela fornecia petróleo a preços subsidiados para os países caribenhos e latino-americanos, facilitando o acesso à energia para economias menores e menos desenvolvidas. Em troca, esses países pagavam por meio de acordos flexíveis, muitas vezes utilizando bens e serviços, o que consolidava uma relação de interdependência e solidariedade. Através da Petrocaribe, a Venezuela posicionava-se como líder regional, ao mesmo tempo que desafiava a estrutura do mercado internacional de petróleo dominada pelas grandes corporações e pelos interesses do Norte global:

A Petrocaribe defende um modelo de cooperação energética orientado pela solidariedade e pelo tratamento especial e diferenciado, cuja base é a política da Venezuela de conceder preços subsidiados e desenvolver parcerias multilaterais para operar os mercados petrolíferos. Mas a Petrocaribe deve ser entendida como um instrumento de cooperação da ALBA que vai além das questões estritamente relacionados com a energia: de fato, no contexto da Petrocaribe, projetos para o desenvolvimento do transporte aéreo e marítimo na sub-região são um requisito essencial para a integração<sup>29</sup> (Borbón, 2009, p. 129).

---

<sup>27</sup>FREIRAS, 2011, p. 5

<sup>28</sup>FILHO, 2012, p. 76

<sup>29</sup>Tradução nossa

Para Leite (2012, p. 113), "a dominação sobre os povos periféricos não é apenas política e econômica, mas principalmente cultural". Nesse sentido, Chávez observou que a comunicação era um campo fundamental na luta contra o imperialismo, especialmente considerando o poder da mídia internacional em moldar narrativas favoráveis ao neoliberalismo e à intervenção estrangeira. Nesse sentido, a criação da Telesur, em 2005, foi um passo decisivo na construção de uma plataforma midiática alternativa. Financiada por vários países da América Latina, a Telesur visava não apenas combater a desinformação, mas também promover a integração cultural e política da região, difundindo perspectivas bolivarianas sobre o continente e das demais experiências progressistas latino-americanas. A Telesur representou uma verdadeira contramão à hegemonia midiática internacional, que frequentemente distorcia a realidade da América Latina e subestimava os avanços sociais promovidos pelos governos progressistas da região, sobretudo em relação à Venezuela bolivariana:

A Telesur é, sem dúvida, um projeto político e estratégico, ou pelo menos é o que afirma o seu diretor, Aram Aharonian, que explica que depois de décadas de progressivo esvaziamento - e privatização - dos Estados nacionais, estes estão agora a recuperar o seu papel e promover a construção de um meio audiovisual hemisférico, com a missão de divulgar uma versão real da diversidade social e cultural da América Latina e do Caribe, para oferecê-la ao mundo<sup>30</sup> (Calderón, 2005, p. 49).

Nesse cenário de crescente integração, a Unasul<sup>31</sup>, criada em 2008, emergiu como uma organização essencial para a cooperação regional sul-americana. Diferente de outras iniciativas que focavam predominantemente em questões econômicas, como o Mercosul, a Unasul tinha um caráter mais abrangente, englobando aspectos políticos, sociais e de defesa. A criação do Conselho Sul-Americano de Defesa foi um marco significativo, promovendo a cooperação entre as forças armadas da região sem a interferência de potências estrangeiras, principalmente os Estados Unidos. Esse esforço de colaboração militar visava garantir que a América do Sul se tornasse uma região de paz e que fosse capaz de resolver suas próprias questões de segurança sem a necessidade de intervenções externas.

---

<sup>30</sup>Tradução nossa

<sup>31</sup>FILHO, 2012, p. 96

A integração promovida por Chávez, no entanto, não pode ser compreendida de forma isolada. O fenômeno da "Onda Rosa"<sup>32</sup>, que caracterizou a ascensão de líderes de esquerda em toda a América Latina no início dos anos 2000, foi crucial para o sucesso das suas iniciativas. A eleição de líderes como Néstor Kirchner na Argentina, Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, Evo Morales na Bolívia e Rafael Correa no Equador criou um ambiente propício para a consolidação do projeto bolivariano de integração. Esses líderes compartilhavam a visão de Chávez de uma América Latina independente, livre das imposições do neoliberalismo e do imperialismo norte-americano. Além disso, as experiências desses governos progressistas, com foco em redistribuição de riqueza, combate à pobreza e fortalecimento da soberania nacional, serviram de base para a criação de uma identidade política comum na região.

Mas, sem dúvidas, o ponto alto da relação internacional da Venezuela foi com Cuba. As relações entre Venezuela e Cuba formaram o cerne da política externa de Hugo Chávez em termos de alianças com países socialistas, moldando não apenas a dinâmica bilateral entre as duas nações, mas também servindo como exemplo para a cooperação entre países do Sul global. O acordo de cooperação<sup>33</sup> entre esses dois países, iniciado em 2000, consolidou um intercâmbio mutuamente benéfico: a Venezuela fornecia petróleo subsidiado à ilha caribenha, enquanto Cuba, por sua vez, enviava médicos, professores e outros profissionais qualificados para colaborar em missões sociais na Venezuela. Esse pacto, profundamente enraizado nos princípios do internacionalismo socialista, foi uma extensão do modelo cubano de solidariedade e reforçou o papel das missões sociais como ferramentas centrais da Revolução Bolivariana.

O impacto dessa cooperação foi significativo: em um país onde grande parte da população tinha acesso limitado ou inexistente a serviços de saúde de qualidade, a presença de médicos cubanos possibilitou a expansão massiva de atendimento gratuito e integral. Mais de 20 mil médicos cubanos<sup>34</sup> chegaram à Venezuela nos primeiros anos do acordo, muitos deles trabalhando em locais anteriormente negligenciados pelo sistema de saúde venezuelano, onde profissionais locais não

---

<sup>32</sup>OSÓRIO; DAVID, 2024, p. 73

<sup>33</sup>FILHO, 2012, p. 31

<sup>34</sup>HENRIQUE et al, 2022, p. 310

estavam presentes. Essa presença massiva ajudou a popularizar as missões bolivarianas e demonstrou a eficácia do internacionalismo cubano e do socialismo bolivariano em enfrentar problemas sociais crônicos. Além do campo da saúde, a cooperação com Cuba também se estendeu à educação e à formação profissional. A Missão Robinson, por exemplo, que tinha como objetivo erradicar o analfabetismo, foi fortemente influenciada pelo método cubano de ensino, o "*Yo sí puedo*"<sup>35</sup>, que se mostrou extremamente eficaz para combater o analfabetismo em curto prazo. Este foi outro campo em que a aliança se concretizou, utilizando a expertise cubana em educação para fortalecer a inclusão social e a transformação da sociedade venezuelana.

A estratégia de integração latino-americana promovida por Chávez foi, portanto, multifacetada e ambiciosa, buscando transformar profundamente as relações entre os países da região e criar um bloco coeso e soberano. Mais do que uma resposta ao imperialismo norte-americano, essa política refletia uma verdadeira revolução nas relações internacionais da América Latina, onde a solidariedade, a cooperação e a justiça social eram priorizadas. O legado dessa política é visível até hoje, mesmo em meio aos desafios que surgiram com a guinada à direita em alguns países da região após a morte de Chávez.

### 3.2.2 ORIENTE MÉDIO

A reaproximação da Venezuela com o Oriente Médio durante o governo de Hugo Chávez foi uma parte significativa de sua estratégia de política externa, centrada na recuperação e revitalização da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). A OPEP, fundada em 1960 com a participação ativa da Venezuela, passou por um período de relativo enfraquecimento nas décadas de 1980 e 1990, quando muitos países membros enfrentaram dificuldades para coordenar políticas de preços e produção. Chávez, ao assumir a presidência da Venezuela em 1999, identificou a OPEP como um instrumento fundamental para fortalecer a soberania econômica dos países exportadores de petróleo e combater a influência das potências ocidentais, principalmente os Estados Unidos, sobre o mercado global de energia:

---

<sup>35</sup>FILHO, 2012, p. 91

No primeiro governo (1999-2001), a orientação da política externa não foi drasticamente diferente dos governos anteriores, buscando-se uma diplomacia mais independente, aprofundamento do diálogo com os países vizinhos e articulação com a OPEP e grandes produtores para a manutenção dos preços do petróleo. Eram os recursos advindos do petróleo que auxiliariam nas mudanças internas almejadas. Nesse sentido, também as relações comerciais com os Estados Unidos foram mantidas. [...] Foi com a tentativa de golpe e paralisação geral liderada pela PDVSA, em 2002, e a suspeita de envolvimento dos Estados Unidos nestes acontecimentos, que a política externa do governo Chávez começou a mudar mais significativamente. Surgia a necessidade de transformar a Venezuela em um país mais ativo no cenário internacional (Fontes; Renni, 2016, p. 69).

A revitalização da OPEP foi um dos primeiros passos de Chávez na política externa, culminando na realização da II Cúpula da OPEP, em Caracas, em setembro de 2000, a primeira do tipo em 25 anos. Esse evento não só simbolizou o retorno da Venezuela como uma potência dentro da organização, mas também marcou uma virada na estratégia da OPEP, que passou a adotar políticas de contenção de produção para garantir preços mais elevados e estáveis no mercado de petróleo. Essa política favorecia países produtores em desenvolvimento, que dependiam das receitas petrolíferas para implementar suas políticas sociais e econômicas internas. A defesa de preços justos para o petróleo, promovida por Chávez, visava garantir que esses países pudessem usar seus recursos naturais em prol de suas populações, em vez de serem forçados a aceitar preços baixos impostos pelos interesses das grandes corporações internacionais<sup>36</sup>.

A reaproximação da Venezuela com o Oriente Médio não se restringiu apenas ao âmbito da OPEP. Chávez também formou alianças estratégicas com líderes de regimes considerados anti-imperialistas na região, como Muammar Gaddafi, da Líbia, Saddam Hussein, do Iraque, e o governo do Irã. Essas parcerias foram importantes para o fortalecimento de uma agenda global contra-hegemônica, que desafiava o domínio econômico e político dos EUA e seus aliados sobre o Sul Global. A aliança com Gaddafi, em particular, foi emblemática da política externa de

---

<sup>36</sup>Em matéria no site do PSUV: "La II cumbre OPEP fue un acontecimiento trascendental para los intereses del pueblo venezolano y los pueblos árabes, el líder de la Revolución destacó que el objetivo fundamental de esta reunión será la deliberación y la discusión de estrategias que le permitan a los países productores 'lograr el equilibrio y precios justos, en defensa de nuestros intereses', además de consolidar la unión de la OPEP. El Comandante Chávez manifestó que no se trata de 'precios altos o bajos, porque eso es muy relativo' y aseguró que así lo está percibiendo el mundo. El primer mandatario agregó que antes de la creación de la OPEP se produjo una etapa de explotación petrolera 'absolutamente injusta, signada por un modelo de explotación colonial'."

Chávez. Gaddafi, que governava a Líbia desde 1969 e era um crítico ferrenho das intervenções ocidentais no Oriente Médio, encontrou em Chávez um aliado próximo. Ambos compartilhavam uma visão comum de um mundo multipolar, onde países em desenvolvimento pudessem exercer sua soberania sem interferência das grandes potências. A cooperação entre os dois países foi reforçada por visitas mútuas e pelo apoio que Chávez deu à Líbia em momentos de tensão internacional, como durante os ataques à Líbia em 2011:

*“No puedo decir que apoyo o estoy a favor de la decisión que tome cualquier amigo mío en cualquier parte del mundo, porque estamos a distancia; pero sí apoyamos al Gobierno de Libia y su independencia. Queremos la paz para ese país y de los pueblos del mundo. También nos tenemos que oponer rotundamente a las pretensiones intervencionistas”* (Chávez, 2011)<sup>37</sup>.

No caso do Iraque, a aproximação com Saddam Hussein foi vista com grande desconfiança por parte dos Estados Unidos e seus aliados, especialmente após o início das tensões que culminaram na invasão do Iraque em 2003. Chávez, no entanto, manteve sua postura de apoio ao governo iraquiano, criticando duramente as intervenções militares lideradas pelos EUA e condenando as políticas de sanções que afetavam a população iraquiana. Embora a relação entre Venezuela e Iraque tenha sido limitada pela instabilidade na região, a solidariedade demonstrada por Chávez a Saddam refletia seu compromisso com a defesa da soberania dos Estados nacionais contra a hegemonia imperialista<sup>38</sup>.

O posicionamento da Venezuela em relação ao conflito entre Israel e Palestina, especialmente sob o governo Chávez, foi marcado por uma firme defesa dos direitos do povo palestino e uma crítica contundente à ocupação israelense. Em seu programa "Alô, Presidente", no dia 2 de junho de 2009, Chávez expressou de forma veemente sua condenação às ações de Israel contra o povo palestino, colocando-se como um crítico fervoroso da política israelense. Chávez afirmou que os verdadeiros patrocinadores do terrorismo eram aqueles que apoiavam as práticas de Israel, denunciando o governo estadunidense por sua hipocrisia ao condenar o terrorismo apenas quando não envolvia seus aliados. Em suas palavras, Chávez

---

<sup>37</sup>Trecho retirado do site do PSUV. Disponível em <http://www.psuv.org.ve/>

<sup>38</sup>SERRANO, 2004, p. 48

amaldiçoou o Estado de Israel, chamando-o de "terrorista e assassino", enquanto exaltava a resistência palestina, gritando "Viva o povo palestino"<sup>39</sup>.

### 3.2.3 ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

A relação entre o governo de Hugo Chávez e os Estados Unidos foi marcada por um intenso confronto político, baseado na crítica feroz ao imperialismo norte-americano. Chávez, desde o início de sua presidência, apresentou-se como um opositor declarado da hegemonia dos EUA na América Latina, denunciando o histórico de intervenções e ingerências dos norte-americanos na região. Essa postura anti-imperialista foi uma pedra angular de sua política externa, tornando-se ainda mais radical após a tentativa de golpe de 2002 contra seu governo, na qual Chávez acusou abertamente os EUA de estarem envolvidos. Esse evento aprofundou as tensões entre Caracas e Washington, com o líder venezuelano referindo-se aos EUA como uma força desestabilizadora e imperialista na América Latina.

Um dos momentos mais emblemáticos desse confronto foi o discurso de Chávez na Assembleia Geral da ONU em 2006, onde ele chamou o então presidente dos EUA, George W. Bush, de "o diabo". Nessa ocasião, Chávez afirmou sentir o "cheiro de enxofre" ao referir-se à presença de Bush na tribuna um dia antes. Esse discurso ganhou destaque internacional e consolidou a retórica combativa de Chávez contra o que ele via como o imperialismo norte-americano. Além de críticas diretas aos presidentes estadunidenses, como Bush e Barack Obama, Chávez se opôs consistentemente às intervenções dos EUA em países como o Iraque e o Afeganistão, reafirmando sua solidariedade com as nações que resistiam à influência americana:

*"Seguimos advirtiendo al mundo sobre este peligro y llamando al pueblo de Estados Unidos y de todo el mundo a detener esta amenaza, que es como la espada de Damocles. [...] Ayer el Diablo estuvo aquí en este mismo lugar.*

---

<sup>39</sup>Chávez disse: "Nos acusan de patrocinar el terrorismo (cuando) son ellos los que patrocinan el terrorismo. Aprovecho para condenar de nuevo, desde el fondo de mi alma y de mis vísceras, al Estado de Israel. Maldito seas, Estado de Israel. Maldito seas, terrorista y asesino. Viva el pueblo palestino. [...] El gobierno de (el presidente estadounidense Barack) Obama condena el terrorismo siempre y cuando no sea cometido por ellos mismos o por sus aliados, Israel." Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ZuHadVqn5gQ> . Acesso em 06 de outubro de 2024.

*Huele a azufre todavía. Ayer, damas y caballeros, desde este podio vino aquí el Presidente de los Estados Unidos, a quien me refiero como el Diablo, hablando como si fuera dueño del mundo. Haría falta un psiquiatra para analizar el discurso que pronunció ayer. Como portavoz del imperialismo vino a darnos sus recetas para mantener el actual esquema de dominación: explotación y saqueo de los pueblos del mundo.*" (Trecho do discurso do presidente Hugo Chávez na 61ª Assembleia Geral da ONU em 20 de setembro de 2006)<sup>40</sup>.

O confronto entre Chávez e os EUA não foi apenas retórico, mas também prático. O governo venezuelano, durante a era Chávez, procurou diversificar suas alianças internacionais e reduzir sua dependência econômica dos EUA, especialmente no setor de exportações de petróleo. Essa política de "multipolaridade" buscava equilibrar o poder global e criar alternativas ao domínio unipolar norte-americano. O imperialismo estadunidense tentou, em várias ocasiões, desestabilizar o governo de Hugo Chávez, sendo o exemplo mais notório a tentativa de golpe de Estado em 2002, onde evidências sugerem o envolvimento dos EUA. Essa tensão marcou a relação entre os dois países ao longo da Revolução Bolivariana, com os Estados Unidos impondo uma série de sanções econômicas à Venezuela, particularmente após o início do governo de Nicolás Maduro, sucessor de Chávez. Apesar dos frequentes embates políticos e ideológicos, a economia venezuelana permaneceu profundamente conectada ao mercado norte-americano, com o petróleo, o principal produto de exportação venezuelano, continuando a ser destinado em grande parte aos EUA<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup>Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Flm6ZqPr2AQ>. Acesso em 06 de outubro de 2024.

<sup>41</sup>De acordo com o site Brasil de Fato, "A Venezuela se tornou, em março, o 6º país que mais vende petróleo para os Estados Unidos". Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/>. Acesso em 06 de outubro de 2024.

#### 4 TRANSFORMAÇÕES PRÁTICAS E DESAFIOS DA REVOLUÇÃO

A Revolução Bolivariana não se limitou a reformar nominalmente a estrutura do Estado venezuelano, mas a atender o que se foi proposto desde o início: criar mecanismos de emancipação popular. Nesse sentido, é pertinente resgatar o conceito de socialismo do século XXI, uma ideia central ao projeto bolivariano. Boron (2010), em sua análise crítica do capitalismo global e do papel do imperialismo estadunidense na América Latina, argumenta que o socialismo do século XXI não pode ser uma mera repetição dos modelos socialistas do passado, mas deve ser adaptado às condições contemporâneas, levando em conta as novas configurações do capitalismo globalizado e a correlação de forças políticas internas e externas. Segundo Boron (2010, p. 37), uma das maiores contribuições de Chávez foi a capacidade de integrar elementos do socialismo clássico – como a centralidade do Estado e a luta contra a exploração capitalista – com demandas contemporâneas por democracia participativa, autonomia popular e direitos sociais, formando, assim, uma proposta de socialismo que dialoga diretamente com a realidade latino-americana.

A proposta do socialismo do século XXI, conforme defendida por Boron, é uma resposta não apenas ao fracasso das políticas neoliberais impostas na América Latina nas décadas de 1980 e 1990, mas também uma crítica às limitações dos modelos socialistas anteriores, particularmente a experiência soviética, que, para Boron (2010, p. 47), falhou em criar um sistema verdadeiramente democrático e pluralista. No caso da Venezuela, o principal objetivo e desafio do chavismo foi justamente implementar esse novo tipo de socialismo, que colocaria o povo como protagonista da transformação social, ao invés de um simples receptor de políticas estatais. No entanto, essa proposta esbarra em uma série de desafios estruturais, tanto internos quanto externos, sendo o mais notório deles a resistência das elites venezuelanas e o crescente cerco imposto pelos Estados Unidos e seus aliados. As sanções econômicas, aplicadas especialmente a partir de 2015, não apenas impactaram diretamente a economia venezuelana, como também dificultaram a manutenção e a expansão das políticas sociais implementadas durante os anos de bonança, quando os altos preços do petróleo permitiram um fluxo de recursos considerável para os programas sociais.

Portanto, este capítulo não se limita a analisar as conquistas materiais da Revolução Bolivariana, mas busca entender como o chavismo construiu as bases de um novo sistema político e econômico, mesmo diante de adversidades consideráveis. Cada uma das missões foi desenhada para atacar problemas estruturais da sociedade venezuelana, como a exclusão social, o analfabetismo, a falta de acesso à saúde e à moradia, e a dependência econômica dos grandes monopólios capitalistas. No entanto, à medida que a revolução avançava, o governo Chávez teve de lidar com pressões internas e externas que ameaçavam o sucesso de seu projeto. As missões, que surgiram como uma resposta imediata às demandas sociais, se consolidaram como um dos principais pilares do socialismo bolivariano, enquanto o conceito de socialismo do século XXI forneceu o horizonte ideológico que orientou as ações do governo. No entanto, como será visto ao longo deste capítulo, a implementação desse modelo não foi isenta de dificuldades, e os desafios colocados pela oposição interna e pelas pressões internacionais foram determinantes para moldar o rumo da Revolução.

#### **4.1 AS MISSÕES BOLIVARIANAS**

As missões bolivarianas foram, sem dúvida, a pedra angular do projeto de transformação social promovido pelo governo de Hugo Chávez na Venezuela. Iniciadas em 2003, em meio à consolidação da Revolução Bolivariana, essas missões foram concebidas como uma resposta emergencial e estrutural às profundas desigualdades e exclusões herdadas dos governos neoliberais anteriores. Surgiram como políticas públicas de caráter extraordinário, mobilizando recursos do Estado e promovendo a participação popular para atacar diretamente problemas crônicos que o modelo econômico capitalista havia perpetuado. A implementação das missões ocorreu em um contexto de alta nos preços do petróleo, o que permitiu ao governo venezuelano financiar massivamente esses programas, utilizando a renda petrolífera para distribuir riqueza e ampliar o acesso da população a direitos fundamentais, como educação, saúde, moradia e alimentação. Chávez visava reverter séculos de marginalização estrutural, principalmente das camadas mais pobres da população, utilizando as missões como instrumentos não apenas de

inclusão social, mas de construção de um novo paradigma político e econômico baseado no socialismo do século XXI.

Essas missões não podem ser entendidas apenas como políticas setoriais de assistência social, mas como parte de um projeto mais amplo de transformação do Estado e da sociedade venezuelana. Inspiradas na tradição bolivariana de Simón Bolívar e no pensamento de intelectuais como Simón Rodríguez<sup>42</sup> e Ezequiel Zamora<sup>43</sup>, as missões tinham como objetivo empoderar os cidadãos marginalizados e transformar a Venezuela em uma sociedade mais justa, democrática e participativa. Dentro dessa perspectiva, elas foram desenhadas para atuar em áreas estratégicas: educação, saúde, moradia, alimentação, cultura e produção. A lógica subjacente era que, ao garantir esses direitos básicos, o governo Chávez estaria consolidando a base material necessária para que o povo venezuelano se tornasse protagonista de seu próprio destino, assumindo um papel central na condução do processo revolucionário. As missões, portanto, eram ao mesmo tempo um meio de atender às necessidades imediatas da população e um instrumento de conscientização política e organização popular, fomentando a criação de uma cidadania ativa.

#### 4.1.1 EDUCAÇÃO

As missões educacionais implementadas durante o governo de Hugo Chávez, em particular as Missões Robinson, Sucre e Ribas, constituíram pilares fundamentais no esforço de reconstrução social da Venezuela a partir de uma plataforma de inclusão e democratização do ensino. Essas missões surgiram com o objetivo explícito de combater a exclusão educacional que por décadas afetou as camadas mais pobres da população, agravando as desigualdades sociais e perpetuando um ciclo de marginalização estrutural. Essas iniciativas representaram não apenas uma resposta imediata às demandas de inclusão, mas também refletiram a visão ideológica do chavismo, que via na educação um instrumento de emancipação social e transformação política.

---

<sup>42</sup>GOSS, 2022, p. 2

<sup>43</sup>SOLA, 2009

A Missão Robinson, lançada em 2003, tinha como principal objetivo erradicar o analfabetismo no país. Inspirada no pedagogo venezuelano Simón Rodríguez<sup>44</sup>, mestre de Simón Bolívar, a missão adotou um enfoque inovador ao utilizar métodos adaptados às especificidades geográficas e sociais do país. Para alcançar as comunidades mais remotas, o governo contou com o apoio técnico e pedagógico de Cuba, que forneceu uma metodologia de ensino chamada “*Yo, Sí Puedo*”. Esse método permitia que indivíduos aprendessem a ler e a escrever em um curto período, o que foi decisivo para enfrentar o alto índice de analfabetismo que persistia entre as classes mais empobrecidas da Venezuela:

Chávez emprestou de Cuba o modelo de campanha de alfabetização, com algumas alterações para adaptá-lo à realidade venezuelana. O governo cubano enviou centenas de agentes de alfabetização para ensinar didática a 100 mil voluntários da Venezuela. E do mesmo modo que os cubanos, uma geração antes, haviam saído a campo armados de lápis e cadernos para ensinar as pessoas a ler, esses de agora usavam aparelhos de TV, aparelhos de videocassete e óculos de grau (Jones, 2007, p. 767-768).

Em 2005, a UNESCO reconheceu o sucesso da Missão Robinson, declarando a Venezuela um território livre do analfabetismo<sup>45</sup>. Este feito representou não apenas um marco histórico, mas também um triunfo simbólico do projeto bolivariano, consolidando o chavismo como um movimento comprometido com a universalização dos direitos sociais, especialmente a educação.

Paralelamente, a Missão Ribas, também lançada em 2003, foi criada para enfrentar outro grande desafio do sistema educacional venezuelano: a evasão escolar no nível secundário. Essa missão tinha como alvo adultos e jovens que, por diversas razões, haviam abandonado a escola antes de completar o ensino médio. Ao fornecer uma segunda oportunidade de concluir seus estudos, a Missão Ribas se tornou uma importante ferramenta para resgatar aqueles que estavam à margem do sistema educacional e, conseqüentemente, excluídos das oportunidades de emprego e ascensão social. O impacto dessa missão foi significativo, uma vez que milhões de venezuelanos retornaram aos estudos e puderam obter certificação de conclusão do ensino médio, abrindo portas para novos horizontes profissionais e acadêmicos. A missão não apenas reverteu o abandono escolar, mas também

---

<sup>44</sup>JONES, 2007, p. 768

<sup>45</sup>NOGUEIRA; RIZZOTTO, 2010, p. 5

introduziu um enfoque político-ideológico no currículo, que buscava conscientizar os estudantes sobre o processo revolucionário bolivariano e sua relação com a justiça social:

Tratava-se de um combate franco contra o uso neoliberal da educação para a manutenção do poder na sociedade, em atendimento aos interesses das classes dominantes. Assim, a análise das correntes pedagógicas faz-se em paralelo com a prática da política educacional da Venezuela, com o objetivo de buscar aferir os seus graus de eficácia teórica com a fidelidade presumida com os princípios tidos como fundamentos da educação bolivariana. Como variáveis decorrentes, indaga-se como um sistema de educação de jovens e adultos, que anulou o analfabetismo da Venezuela, pôde ser implementado num país mergulhado em grave crise político-social, em sua administração interna e no tabuleiro internacional (Campos et al, 2021, p. 128).

A Missão Sucre, por sua vez, foi uma iniciativa voltada para a educação superior, um nível que historicamente era inacessível para grande parte da população venezuelana devido a barreiras socioeconômicas. Lançada no mesmo ano que as outras duas missões, a Missão Sucre buscou democratizar o acesso às universidades, promovendo a criação de novas instituições de ensino superior em áreas periféricas e rurais e permitindo que jovens e adultos de origem humilde pudessem cursar uma graduação. O governo Chávez estabeleceu uma rede de universidades bolivarianas e expandiu o sistema público de educação superior, integrando novos cursos e programas voltados para as demandas sociais do país. Ao longo dos anos, a Missão Sucre formou milhares de profissionais, principalmente nas áreas de saúde, educação e engenharia, setores estratégicos para o desenvolvimento do país:

Diferentemente das outras duas missões que trabalham somente com vídeos e facilitadores, a Missão Sucre, no caso do Programa de Formação de Educadores e Educadoras, existe a presença do professor-assessor, que ministra todas as disciplinas e a presença do professor-tutor, que “acolhe” os alunos nas escolas, orientando-os na elaboração de projetos de intervenção, na própria escola, e na comunidade. Tais projetos visam à resolução dos problemas de natureza escolar-pedagógica da comunidade onde o aluno escolheu desenvolver suas atividades. Os projetos precisam comprovar sua pertinência social e, para isso, são discutidos em espaços de participação comunitária como os “conselhos comunais” (Nogueira; Rizzotto, 2010, p. 8).

Em conjunto, as Missões Robinson, Ribas e Sucre não apenas ampliaram o acesso à educação em todos os níveis, mas também redefiniram o papel da educação na sociedade venezuelana. Sob a lógica bolivariana, a educação não deveria ser um privilégio reservado a uma elite, mas um direito fundamental garantido pelo Estado a todos os cidadãos<sup>46</sup>. Além disso, essas missões estavam profundamente enraizadas no projeto ideológico do socialismo do século XXI, que via a educação como um meio de empoderar a população e promover a participação ativa nas decisões políticas e sociais do país. Ao incluir um componente ideológico claro em seus currículos, essas missões transformaram-se em ferramentas de mobilização política e de construção de uma consciência coletiva e soberana.

A renda petrolífera foi fundamental para financiar a expansão do sistema educacional e sustentar as missões de forma eficaz<sup>47</sup>. Todavia, com a queda dos preços do petróleo a partir de 2014 e a intensificação das sanções econômicas internacionais, especialmente por parte dos Estados Unidos e da União Europeia, a sustentabilidade dessas missões passou a ser questionada. A escassez de recursos, combinada com a crise econômica que afetou o país, trouxe desafios significativos à continuidade e à qualidade dos programas educacionais. A infraestrutura das escolas e universidades, bem como a remuneração dos professores e o fornecimento de materiais didáticos, foram severamente prejudicados, levando a uma deterioração dos serviços oferecidos pelas missões. No entanto, apesar das críticas, é inegável que essas missões tiveram um impacto profundo na sociedade venezuelana, especialmente na inclusão das classes mais desfavorecidas no sistema educacional e no acesso a oportunidades que antes lhes eram negadas.

#### 4.1.2 SAÚDE

---

<sup>46</sup>No artigo 3 da Constituição da República Bolivariana da Venezuela é expressado: "El Estado tiene como fines esenciales la defensa y el desarrollo de la persona y el respeto a su dignidad, el ejercicio democrático de la voluntad popular, la construcción de una sociedad justa y amante de la paz, la promoción de la prosperidad y bienestar del pueblo y la garantía del cumplimiento de los principios, derechos y deberes reconocidos y consagrados en esta Constitución. La educación y el trabajo son los procesos fundamentales para alcanzar dichos fines." (1999, p. 1-2)

<sup>47</sup>FILHO, 2012, p. 202

As missões de saúde e assistência social implementadas pelo governo Chávez desempenharam um papel crucial na transformação social da Venezuela, levando serviços básicos a regiões historicamente marginalizadas e promovendo um modelo de inclusão social sem precedentes. Entre essas iniciativas, a Missão Barrio Adentro (2003) destacou-se como a mais emblemática, com o objetivo de fornecer atendimento médico gratuito, especialmente em áreas periféricas e rurais. O sistema de saúde tradicional, concentrado nas áreas urbanas e nas classes mais privilegiadas, não atendia de forma equitativa a maioria da população venezuelana, deixando vastas regiões carentes de cuidados médicos essenciais. Nesse contexto, a Missão Barrio Adentro foi um marco, não apenas por oferecer serviços de saúde, mas também por promover uma nova concepção de saúde pública, baseada no princípio da justiça social. O sucesso da Missão Barrio Adentro foi possibilitado, em grande parte, pela colaboração entre a Venezuela e Cuba, um aspecto que reforçou o espírito de solidariedade latino-americana presente no projeto bolivariano:

A Venezuela aceitou fornecer a Cuba 53 mil barris de petróleo por dia a preços subsidiados. Cuba poderia pagar com uma mescla de dinheiro, produtos e serviços. O país já mantinha 450 médicos que moravam e trabalhavam na área do Estado de Vargas, atingida pelos deslizamentos de terra. O programa seria ampliado para abarcar todo o país, transformando-se em um dos símbolos da Presidência de Chávez, a Misión Barrio Adentro (Missão Bairro Adentro). Esse programa consistia em locar médicos dentro das favelas urbanas e vilarejos rurais, nos quais poucos médicos venezuelanos se arriscavam a entrar. Para muitos venezuelanos pobres, aquilo significava por si só uma revolução (Jones, 2007, p. 562-563).

O acordo entre os dois países permitiu o envio de milhares de médicos cubanos à Venezuela, profissionais que trabalhavam diretamente nas comunidades, residindo nas áreas mais remotas e vulneráveis. Os resultados imediatos da missão foram notáveis: a mortalidade infantil caiu significativamente, e a expectativa de vida da população aumentou<sup>48</sup>. A presença constante de médicos nas comunidades mais empobrecidas também ajudou a prevenir doenças evitáveis, melhorando substancialmente os indicadores de saúde pública no país<sup>49</sup>.

Outro aspecto crucial da Missão Barrio Adentro foi o fortalecimento da organização comunitária. Além de proporcionar atendimento médico, a missão

---

<sup>48</sup>LIMA, 2015, p. 4

<sup>49</sup>HENRIQUE et al, 2014, p. 320

fomentava a criação de conselhos de saúde e de comitês comunitários, nos quais os moradores participavam ativamente na gestão e no acompanhamento dos serviços de saúde. Esse processo de organização popular foi essencial para consolidar o apoio ao governo Chávez e à Revolução Bolivariana, reforçando a ideia de que o Estado, em parceria com a sociedade civil, era capaz de enfrentar os desafios históricos da exclusão social e construir um modelo alternativo ao neoliberalismo. No entanto, à medida que a crise econômica venezuelana se aprofundou, especialmente após a queda dos preços do petróleo em 2014 e o aumento das sanções internacionais, a Missão Barrio Adentro enfrentou graves dificuldades para manter sua infraestrutura e garantir a continuidade dos serviços.

Enquanto a Missão Barrio Adentro atuava diretamente no campo da saúde, a Missão Madres del Barrio, lançada em 2006, focava na assistência social, particularmente no amparo de mulheres em situação de vulnerabilidade. Esta missão tinha como objetivo central promover a inclusão social e econômica de mulheres chefes de família, especialmente aquelas que viviam em extrema pobreza e que eram as principais responsáveis pelo sustento de suas casas. Inspirada em princípios feministas e anticapitalistas, a Missão Madres del Barrio buscava proporcionar uma renda básica às mulheres marginalizadas, ao mesmo tempo em que promovia a sua organização comunitária e a sua participação em atividades produtivas e de formação política:

*Creada en 2006 por decreto presidencial, la MMB (Misión Madres del Barrio) tiene como objetivo general la superación de las situaciones de pobreza extrema, mediante una intervención dirigida a las mujeres madres de familia de los estratos más pobres. Por el papel de liderazgo que tiene la mujer en la familia, se piensa que el desarrollo de sus capacidades tendrá impactos en la generación de procesos de cambio. Pero también la Misión tiene como objetivo la inclusión de las mujeres en todos los ámbitos de la vida y el logro de la igualdad de géneros (Richer, 2008, p. 70).*

A missão não se limitava à distribuição de benefícios econômicos. Ela também visava transformar a realidade das mulheres pobres, promovendo a conscientização sobre seus direitos e a necessidade de se organizarem coletivamente para lutar contra as estruturas opressoras do patriarcado e do neoliberalismo:

*En su primer año de funcionamiento, hasta marzo de 2007, la Misión Madres del Barrio incorporó a más de 83.000 mujeres, organizadas en unos 2.700 comités. En marzo de 2008, la Misión tenía unas 90.000 beneficiarias de asignaciones económicas. Se habían creado más de 5.000 comités de Madres del Barrio, integrados por 113.000 mujeres en 64 municipios del país. 12.500 madres habían recibido créditos para el desarrollo de proyectos socio-productivos, individuales y colectivos (Richer, 2008, p. 71).*

Através dessa missão, o governo Chávez reforçou o papel das mulheres no processo revolucionário, considerando-as não apenas como receptoras de políticas públicas, mas como agentes ativas da transformação social. A Missão Madres del Barrio, portanto, foi uma ferramenta de empoderamento feminino em um contexto de profundas desigualdades de gênero, desafiando as concepções tradicionais de assistência social ao incorporar um enfoque explicitamente político.

No campo da saúde oftalmológica, a Missão Milagro, lançada em 2004, foi uma das missões mais internacionalizadas da Revolução Bolivariana. O objetivo dessa missão era tratar doenças oftalmológicas evitáveis, como a catarata e o pterígio, que causavam cegueira em milhares de venezuelanos, especialmente nas populações de baixa renda que não tinham acesso a tratamentos médicos adequados. A Missão Milagro foi resultado de uma parceria entre Venezuela e Cuba, que enviou médicos e equipamentos para realizar cirurgias gratuitas em pacientes venezuelanos e em cidadãos de outros países da América Latina, como Bolívia, Equador e Nicarágua<sup>50</sup>.

A lógica por trás da Missão Milagro estava enraizada na visão solidária e internacionalista, característica de nações socialistas, que via a saúde como um direito humano universal, não limitado pelas fronteiras nacionais ou pelas condições econômicas dos indivíduos. O impacto dessa missão foi significativo: milhares de pessoas recuperaram a visão graças às cirurgias oftalmológicas realizadas de forma gratuita, o que melhorou diretamente sua qualidade de vida e sua capacidade de participação ativa na sociedade. Além disso, a missão reforçou a relação de solidariedade entre a Venezuela e outros países latino-americanos, consolidando a imagem de Chávez como um líder regional comprometido com a integração e o apoio mútuo entre as nações do Sul Global:

---

<sup>50</sup>JONES, 2007, p. 764

Chávez acabou ampliando o programa, levando pacientes da Jamaica, da Bolívia e de outros países da América Latina para realizar cirurgias oftalmológicas em Cuba. Ele até aventou a hipótese de levar ao território cubano moradores da África e de comunidades pobres dos Estados Unidos. Cuba forneceria o *know-how* médico; a Venezuela, o dinheiro (Jones, 2007, p. 764).

Em suma, as missões de saúde e assistência social — Barrio Adentro, Madres del Barrio e Milagro — representaram uma das facetas mais emblemáticas do projeto bolivariano, ao buscar garantir a inclusão dos setores mais vulneráveis da sociedade venezuelana e conquistando destacáveis índices sociais:

As missões médicas exerceram um impacto enormemente positivo sobre os moradores dos *barrios*. Segundo algumas estimativas, em 2006, cerca de 14,5 milhões de pessoas – 54% da população – recebia tratamento médico de graça por meio do programa Barrio Adentro (Jones, 2007, p. 766).

No entanto, assim como ocorreu com a Missão Barrio Adentro, a Missão Milagro também enfrentou dificuldades à medida que a crise econômica venezuelana se aprofundou e os recursos do Estado se tornaram mais escassos. A interrupção de muitos dos programas médicos, devido à falta de financiamento e à escassez de medicamentos e equipamentos, comprometeu a continuidade da missão. A crise econômica, aliada às sanções internacionais, tornou cada vez mais difícil para o governo manter o nível de atendimento que havia caracterizado os primeiros anos da Revolução Bolivariana.

#### 4.1.3 ALIMENTAÇÃO E HABITAÇÃO

Já as missões de segurança alimentar e moradia lançadas durante o governo de Hugo Chávez, notadamente a Missão Mercal e a Missão Vivienda Venezuela, exemplificam o compromisso da Revolução Bolivariana com a redistribuição da riqueza petrolífera para garantir os direitos básicos da população venezuelana. Ambas as missões foram respostas diretas às demandas históricas da população por alimentação acessível e moradia digna, e se tornaram pilares das políticas públicas de inclusão social do bolivarianismo.

A Missão Mercal<sup>51</sup>, criada em 2003, foi um dos programas mais emblemáticos no âmbito da segurança alimentar, visando combater a fome e a má nutrição, problemas endêmicos em um país marcado por profundas desigualdades socioeconômicas. O projeto tinha como objetivo criar uma ampla rede de mercados populares que vendiam alimentos a preços subsidiados, tornando-os acessíveis às camadas mais empobrecidas da sociedade. O funcionamento da Missão Mercal baseava-se na ideia de que o Estado deveria intervir diretamente no setor de distribuição de alimentos para reduzir os custos e garantir o abastecimento de produtos de primeira necessidade, como arroz, farinha, feijão e óleo. Para muitos venezuelanos, especialmente os que viviam em áreas urbanas periféricas e rurais, a Mercal foi a única via de acesso a alimentos de qualidade a preços reduzidos, permitindo uma maior segurança alimentar.

O impacto social da Missão Mercal foi significativo nos seus primeiros anos, com a redução considerável da desnutrição infantil e a melhoria dos indicadores de saúde ligados à alimentação. Entre 2003 e 2008, milhões de venezuelanos foram beneficiados pela rede de mercados, que chegou a ser responsável por mais de 40% da distribuição de alimentos no país<sup>52</sup>. Além disso, a missão teve um caráter popular e de mobilização política, pois grande parte da gestão dos mercados populares envolvia conselhos comunitários e grupos organizados, reforçando a ideia de que a soberania alimentar era um componente fundamental do projeto bolivariano.

A crise de abastecimento que atingiu o país a partir de 2014 - associada às sanções imperialistas - afetou diretamente a capacidade do governo de manter os mercados abastecidos, resultando em escassez de alimentos, longas filas e o aumento da informalidade na distribuição de produtos básicos. A dependência estrutural da Venezuela da renda petrolífera tornou difícil sustentar o subsídio dos alimentos, e muitos mercados Mercal fecharam suas portas ou reduziram drasticamente suas operações.

Já a Missão Vivienda Venezuela, lançada em 2011, refletia a necessidade urgente de solucionar o déficit habitacional histórico do país, que havia sido exacerbado por décadas de negligência governamental e pelo crescimento

---

<sup>51</sup>REIS, 2010, p. 19-20

<sup>52</sup>Jones, 2007, p. 770-771

desordenado das cidades. O objetivo da missão era ambicioso: construir milhões de moradias populares para garantir o direito à habitação digna às famílias mais vulneráveis. Essa política foi especialmente importante em áreas afetadas por desastres naturais, como enchentes e deslizamentos, que forçaram muitas famílias a viverem em condições precárias:

*A principios del 2011, el Presidente Hugo Chávez, como jefe del Estado, tomó la decisión de llevar a cabo el plan de vivienda más ambicioso en la historia del país. Asumió personalmente el compromiso de construir 2 millones de viviendas entre los años 2011 y 2019 para que todas las familias venezolanas, independientemente de su condición social, habiten una vivienda digna. Así exactamente el 30 de abril de 2011, surgió la Gran Misión Vivienda Venezuela, una forma diferente de entender y responder a la histórica crisis habitacional venezolana (Venezuela, 2024).*

A Missão Vivienda Venezuela foi planejada para ser um programa massivo de construção de moradias, articulando a participação de empresas públicas e privadas, e coordenada com a mobilização das comunidades locais. O modelo implementado pelo governo bolivariano previa que as novas habitações seriam construídas em conjunto com os beneficiários, promovendo a integração social e a organização comunitária. Além disso, o programa envolveu a ocupação de terrenos ociosos nas áreas urbanas e a construção de complexos habitacionais modernos, dotados de infraestrutura básica como água, eletricidade e saneamento:

*La construcción del Número de vivienda previsto implica desarrollar y urbanizar grandes superficies de terreno. En total se estima la necesidad de 58.000 hectáreas para el cumplimiento de la meta fue necesario emitir nuevas leyes para garantizar el acceso por parte del Estado, de sus entes ejecutores y del pueblo a las tierras urbanas para la construcción de viviendas ya que las legislaciones anteriores eran insuficientes para atender y resolver el problema. Además no permitían actuar a corto plazo (Venezuela, 2024).*

Nos primeiros anos da missão, o governo venezuelano relatou a entrega de centenas de milhares de novas moradias, promovendo um discurso de vitória sobre o problema da habitação. Para muitas famílias, a Missão Vivienda representou a concretização de um sonho: o acesso a uma casa própria, com condições de segurança e dignidade que antes pareciam inalcançáveis. A missão foi amplamente divulgada pela propaganda oficial como um dos maiores triunfos do governo de Chávez, e continuou a ser uma prioridade sob o governo de Nicolás Maduro. De

acordo com dados do *Ministerio del Poder Popular para Hábitat y Vivienda*, foram entregues até agosto de 2024 mais de 5 milhões de casas desde o início da missão<sup>53</sup>.

Em resumo, tanto a Missão Mercal quanto a Missão Vivienda Venezuela refletem o esforço do governo de Hugo Chávez em reverter séculos de exclusão social por meio da redistribuição dos recursos da renda petrolífera. Ambas as missões tiveram impactos profundos e imediatos na vida dos venezuelanos, melhorando significativamente o acesso à alimentação e à moradia. No entanto, as limitações estruturais da economia venezuelana, agravadas pela crise econômica e pelas sanções internacionais, dificultam - apesar de não as parar - avanços. Enquanto símbolos de uma revolução social que buscava garantir direitos fundamentais, as missões revelam tanto o potencial quanto os limites do projeto bolivariano.

#### 4.1.4 CULTURA E PRODUÇÃO

A Missão Cultura Corazón Adentro, lançada em 2008, foi uma iniciativa cultural fundamental no contexto da Revolução Bolivariana, voltada para democratizar o acesso à cultura e fortalecer a identidade popular venezuelana. Inspirada pela ideia de que a cultura é um instrumento de transformação social, essa missão buscava resgatar e valorizar as expressões culturais autênticas das comunidades locais, promovendo oficinas, eventos e intercâmbios culturais entre artistas e a população de regiões periféricas. Com o apoio técnico e artístico de especialistas cubanos, o projeto também se inseriu no espírito de solidariedade internacional que caracterizava a aliança entre Venezuela e Cuba. A missão visava não apenas dar visibilidade às manifestações artísticas populares, como a música, a dança, o teatro e as artes plásticas, mas também reforçar o sentimento de pertença e identidade cultural de setores historicamente marginalizados. Assim, a Cultura Corazón Adentro era mais do que uma política cultural, era uma ferramenta de mobilização social que alinhava arte e ideologia, promovendo o chavismo como parte integrante da formação de uma cultura popular engajada e revolucionária:

---

<sup>53</sup>Disponível em <https://www.minhvi.gob.ve/>. Acesso em 18 de out. de 2024

*La Misión Cultura “Corazón Adentro”, en la hermana República Bolivariana de Venezuela, fue creada el 26 de abril del 2008, por el líder de la Revolución bolivariana Hugo Chávez, con el apoyo del líder de la Revolución cubana Fidel Castro, tenía y tiene el propósito de resaltar las raíces venezolanas, impulsar las ideas y el rescate de las costumbres, tradiciones y saberes. Potenciar la sinergia institucional para incentivar la participación comunitaria, garantizar el acceso masivo a la cultura y la creación de productos artísticos en los sectores populares y comunitarios, fortaleciendo la identidad cultural (Núñez, 2021, p. 60).*

No entanto, apesar dos êxitos iniciais em fomentar a produção cultural em diversas regiões, a Missão Cultura Corazón Adentro enfrentou dificuldades em se consolidar. A crise econômica afetou diretamente o financiamento de projetos culturais, resultando em uma diminuição das atividades e na perda de impacto de algumas das suas ações. A dificuldade de manter artistas e gestores culturais nas periferias devido às dificuldades econômicas também limitou o alcance da missão. Ainda assim, o legado do projeto se mantém presente, especialmente nas comunidades que foram beneficiadas, que continuam a valorizar as expressões culturais locais como parte da resistência ao processo de marginalização social e econômica. Em artigo no jornal *Tal Cual*, Rico (2019) pontua:

*Todos los números de la Misión Cultura Corazón Adentro son inmensos. Se supone que alcanzó los 335 municipios del país, e impactó en 14 millones 595 mil personas, no sólo con la formación cubana, sino también con sus eventos, producción editorial o formación universitaria.*

No campo da produção agrícola, duas missões de grande importância foram a Missão Agro-Venezuela e a Missão Vuelvan Caras, ambas voltadas para a promoção da soberania alimentar e a redução da dependência de importações. A Missão Agro-Venezuela, lançada em 2011, foi uma tentativa ambiciosa de revitalizar o setor agrícola venezuelano, historicamente negligenciado e altamente dependente de importações. O objetivo era aumentar a produção de alimentos por meio de subsídios estatais, fornecimento de insumos agrícolas e crédito rural a pequenos e médios produtores. A missão também fomentava a criação de cooperativas agrícolas, incentivando a organização coletiva do trabalho rural. A meta era tornar a Venezuela autossuficiente em produtos agrícolas estratégicos, como milho, arroz,

feijão e outros itens básicos, de modo a romper com o ciclo de dependência externa e garantir a segurança alimentar da população<sup>54</sup>.

No entanto, a Missão Agro-Venezuela não conseguiu alcançar plenamente seus objetivos. A produtividade agrícola continuou baixa, prejudicada por diversos fatores, como a falta de infraestrutura adequada, a má gestão de recursos, o controle de preços, a burocracia estatal e a fuga de capital humano do campo para as cidades. A agricultura venezuelana, historicamente desvalorizada pela economia petrolífera, enfrentou desafios sistêmicos que a Missão Agro-Venezuela, isoladamente, não foi capaz de superar. Além disso, a crise econômica e a hiperinflação dos anos seguintes agravaram a situação, reduzindo a capacidade de investimento do governo em projetos de longo prazo e minando a sustentabilidade da produção agrícola no país. Mesmo assim, em 2020 a missão foi reativada pelo presidente Nicolas Maduro<sup>55</sup>.

Por sua vez, a Missão Vuelvan Caras, lançada em 2004, foi uma política voltada para o fortalecimento das cooperativas e da economia popular, com o intuito de integrar camponeses e trabalhadores informais ao projeto produtivo nacional. A missão tinha como um de seus objetivos centrais capacitar trabalhadores e incentivá-los a participar de empreendimentos coletivos, como cooperativas e pequenas empresas produtivas:

*La Misión Vuelvan Caras es la participación del pueblo venezolano junto al gobierno revolucionario, en la transformación social y económica del país, mediante la educación y el trabajo, hasta lograr una calidad de vida digna para todos. La Misión "Vuelvan Caras", tiene como objetivo " transformar el modelo económico a un modelo real de economía social, incorporando a los ciudadanos, particularmente a los sectores excluidos en el desarrollo endógeno y sustentable, mediante la formación y el trabajo integral, hasta lograr una calidad de vida digna de todos" (Venezuela, 2004).*

Em conclusão, tanto a Missão Cultura Corazón Adentro quanto as missões Agro-Venezuela e Vuelvan Caras representam tentativas do governo Chávez de promover a inclusão social e a soberania produtiva da Venezuela. Essas missões demonstram o esforço do Estado em utilizar as receitas do petróleo para diversificar a economia, promover a autossuficiência agrícola e valorizar a cultura popular. Tais

---

<sup>54</sup>Disponível em <http://www.mppef.gob.ve/>. Acesso em 18 de out. de 2024.

<sup>55</sup>Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2016/08/>. Acesso em 18 de out. de 2024.

iniciativas permanecem como marcos importantes da Revolução Bolivariana e continuam a conduzir importantes discussões sobre o papel do Estado e da cultura na transformação social.

As missões bolivarianas constituíram o principal instrumento de transformação social durante o governo de Hugo Chávez, sendo fundamentais para a redução das desigualdades e para a ampliação dos direitos sociais na Venezuela. Essas iniciativas não apenas garantiram o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, alimentação e moradia, mas também impulsionaram a inclusão social de setores historicamente marginalizados, fortalecendo a base popular da Revolução Bolivariana. No entanto, as missões enfrentaram certas barreiras, principalmente em decorrência da crise econômica e das sanções internacionais, frequentemente associadas a fatores externos, como o imperialismo, e a sabotagens internas promovidas pela elite venezuelana. Apesar dessas dificuldades, a Revolução resistiu, e, com o apoio popular, as missões lograram êxito em transformar a vida de milhões de venezuelanos. Continuam, até hoje, sendo uma força motriz importante, reforçando os valores de soberania, justiça social e autodeterminação que marcaram o chavismo, e permanecem como símbolos do compromisso do Estado com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

#### **4.2 A REAÇÃO GOLPISTA DE 2002**

Mesmo com os avanços e gozando de alta popularidade, a Revolução Bolivariana precisou lidar com reações golpistas nos primeiros anos do governo Chávez. O golpe de Estado de abril de 2002 na Venezuela é um evento central para compreender a dinâmica política entre o governo de Hugo Chávez e a oposição, além de escancarar o envolvimento de atores estrangeiros, em especial os Estados Unidos, na desestabilização da Revolução Bolivariana. As origens do golpe remontam ao crescente descontentamento de setores da elite econômica e da classe média venezuelana com as políticas de redistribuição de riqueza e nacionalizações implementadas por Chávez<sup>56</sup>. O envolvimento direto da mídia privada venezuelana foi crucial, já que veículos como a RCTV, Venevisión e

---

<sup>56</sup>MAYA, 2002, p. 8

Globovisión atuaram de maneira coordenada para deslegitimar o governo, fomentando uma narrativa de caos e repressão<sup>57</sup>. Essa articulação midiática visava construir um consenso social de que a permanência de Chávez no poder representava uma ameaça à democracia venezuelana.

Além do papel da mídia, o envolvimento dos Estados Unidos, embora não oficialmente assumido, é amplamente documentado. Documentos revelados pelo *National Security Archive* confirmam que setores do governo dos EUA, em especial a CIA, estavam cientes dos preparativos do golpe e mantinham contatos próximos com líderes empresariais e militares que estavam por trás da tentativa de derrubar Chávez. Esse apoio não se limitava à diplomacia silenciosa, mas envolvia, segundo algumas fontes, apoio financeiro e logístico a grupos opositores:

O Departamento de Estado norte-americano teve intensa participação no golpe ocorrido em 11 de abril de 2002. Pedro Carmona, que passou a ocupar o Palácio em Miraflores no dia da detenção de Hugo Chávez, já se colocando na condição de presidente interino, recebeu para seu primeiro café da manhã, realizado no dia 13 de abril, Charles Shapiro, embaixador dos Estados Unidos. Documentos revelados posteriormente comprovam que a CIA, a agência norte-americana de inteligência, sabia da conspiração do golpe e havia participado ativamente das articulações. Logo depois do golpe, Ari Fleischer, porta-voz da Casa Branca, falou para a imprensa que “as ações provocadas pelo governo Chávez provocaram a crise”. Também o Fundo Monetário Internacional (FMI) agiu rapidamente em apoio ao grupo golpista anunciou a disponibilidade de recursos financeiros para o futuro governo (Vasconcelos, 2022, p. 153).

O golpe de 11 de abril de 2002 resultou na prisão temporária de Chávez e na instauração de um governo interino liderado por Pedro Carmona, presidente da Fedecámaras, a principal federação empresarial da Venezuela. O governo Carmona, em poucas horas, desmantelou as principais instituições democráticas, dissolveu a Assembleia Nacional, e reverteu várias das medidas populares adotadas pelo chavismo, como a Lei de Hidrocarbonetos, que nacionalizava parte da indústria petrolífera. No entanto, o sucesso do golpe foi efêmero. A mobilização popular nas ruas de Caracas, aliada à lealdade de setores militares que permaneciam fiéis a Chávez, culminou na retomada do poder pelo presidente no dia 13 de abril de 2002. O retorno de Chávez ao poder marcou um momento de virada para a Revolução

---

<sup>57</sup>FILHO, 2012, p. 140

Bolivariana, que, a partir de então, se consolidou ainda mais<sup>58</sup>. O golpe fracassado serviu como uma demonstração da capacidade de resistência do chavismo e evidenciou a profunda ligação entre Chávez e as camadas populares, que viam nele o único defensor de seus interesses contra a elite tradicional e o imperialismo norte-americano.

A guerra midiática contra Chávez, que culminou no golpe de 2002, foi um elemento estruturante da oposição ao governo bolivariano. Durante o golpe, a mídia privada não apenas propagou informações falsas, mas também foi acusada de omitir deliberadamente as manifestações populares em favor de Chávez, mostrando apenas os protestos oposicionistas. O programa televisivo “Alô, Presidente” foi uma ferramenta central de comunicação do governo Chávez e um veículo direto de educação política das massas. Transmitido semanalmente, o programa permitia a Chávez se comunicar sem intermediários com a população, respondendo diretamente a perguntas, discutindo políticas públicas e, sobretudo, explicando os objetivos da Revolução Bolivariana:

Trata-se, provavelmente, do único programa da América Latina e talvez do mundo para o qual cidadãos comuns podem telefonar e conversar com o líder da nação a respeito de seus problemas, ao vivo e diante de todo o país. Os programas estendem-se por horas, assim como vários de seus discursos. Na atração, o líder venezuelano canta músicas, conta piadas, recita poesia, lembra-se de sua infância, anuncia mudanças na composição do governo, lança novas políticas e cita várias pessoas, entre as quais Jesus Cristo, Simón Bolívar e John Kenneth Galbraith (Jones, 2007, p. 42).

O programa era mais do que uma simples ferramenta de governo; representava uma maneira de romper com o bloqueio informacional imposto pela mídia privada, que controlava boa parte do aparato de comunicação na Venezuela e que, desde o início do governo Chávez, se opunha ferrenhamente às suas políticas.

“Alô, Presidente”, nesse sentido, se consolidou como uma resposta estratégica a esse bloqueio, permitindo a Chávez não apenas divulgar suas ações, mas também apresentar sua versão dos fatos diretamente ao público. Isso reforçou a ideia de que o governo bolivariano representava a verdadeira voz do povo, em contraposição aos interesses da elite. O programa serviu como um espaço de resistência à hegemonia midiática da oposição, educando politicamente a população

---

<sup>58</sup>Vasconcelos, 2022, p. 158-159

e mobilizando-a em defesa da Revolução. A guerra midiática contra Chávez e a Revolução não terminou com o golpe fracassado de 2002, mas continuou sendo uma constante durante todo seu governo, à medida que a mídia privada mantinha sua campanha de desinformação e oposição sistemática<sup>59</sup>.

#### 4.3 UMA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E PROTAGÔNICA

A Revolução Bolivariana trouxe também uma transformação profunda na estrutura institucional da Venezuela, buscando criar um Estado que fosse, ao mesmo tempo, mais democrático e mais popular. Uma das mais marcantes dessas transformações foi a concepção de uma nova democracia protagônica, consagrada na Constituição de 1999. Essa nova forma de organização política tinha como princípio central a participação direta do povo nas decisões que afetavam o país, rompendo com os limites da democracia representativa tradicional do *Punto Fijo*. Ao mesmo tempo, a Constituição estabeleceu dois novos poderes estatais: o Poder Cidadão e o Poder Eleitoral, o que ampliou o escopo da governança pública e reforçou o papel da população na construção de um novo modelo político:

Para o presidente Hugo Chávez, a implantação do Estado comunal era estratégico para o processo de desenvolvimento do socialismo na Venezuela. Desde o início do seu governo, ele havia defendido que só mediante o empoderamento da sociedade através da organização das comunas e a prática permanente da democracia radical era que o chavismo poderia consolidar seu projeto de poder com amplo respaldo nas classes sociais menos favorecidas (Vasconcelos, 2022, p. 220-221).

O Poder Cidadão<sup>60</sup>, composto pelo Ministério Público, a Defensoria do Povo e a Controladoria Geral da República, foi concebido para atuar como uma ferramenta de vigilância moral e ética, garantindo a fiscalização das atividades do Estado e a defesa dos direitos do povo. Essa dimensão da nova democracia protagônica colocou o cidadão venezuelano como um agente ativo na construção do país, promovendo a ideia de que o poder político deveria ser exercido coletivamente, em

---

<sup>59</sup>CARROLL, 2013, p. 34-35

<sup>60</sup>No 5º artigo da Constituição da Venezuela é expresso: "La soberanía reside intransferiblemente en el pueblo, quien la ejerce directamente en la forma prevista en esta Constitución y en la ley, e indirectamente, mediante el sufragio, por los organos que ejercen el Poder Público."

consonância com os valores de justiça social e transparência. Já o Poder Eleitoral<sup>61</sup>, com a criação do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), trouxe um novo formato de organização dos processos eleitorais, permitindo que a população participasse não apenas de eleições, mas também de plebiscitos e referendos que legitimassem as grandes decisões políticas. Essa ampliação da participação direta reforçou o conceito de uma democracia verdadeiramente inclusiva e representativa dos anseios populares. O papel do Poder Eleitoral foi amplamente debatido e frequentemente alvo de críticas por parte da oposição, que o acusava de estar sob influência direta do governo. No entanto, o CNE foi um dos responsáveis por garantir a transparência de processos como o referendo revogatório de 2004, no qual Chávez reafirmou sua popularidade, e outros eventos eleitorais cruciais para o regime bolivariano.

Essa nova forma de organização democrática, entretanto, não se limitou ao âmbito institucional. A criação de conselhos comunais e, posteriormente, das comunas foi um passo ainda mais profundo na construção de um modelo de Estado proposto por Chávez. O Estado Comunal<sup>62</sup>, idealizado a partir de meados dos anos 2000, visava descentralizar o poder e transferir, de maneira mais efetiva, a gestão de recursos e serviços para as próprias comunidades. As comunas, que eram compostas por conselhos comunais organizados a partir das necessidades locais, serviam como uma forma de autogestão comunitária, onde os cidadãos decidiam diretamente sobre o uso dos recursos e a implementação de projetos que beneficiariam suas localidades.

A proposta das comunas estava diretamente ligada ao conceito de poder popular defendido por Chávez, no qual o povo não seria apenas um receptor passivo de políticas públicas, mas o principal protagonista na criação e gestão dessas políticas. Esse modelo de organização visava, ainda, a construção de uma economia mais diversificada e autossuficiente, reduzindo a dependência da Venezuela em relação ao petróleo, principal fonte de renda do país. As comunas, portanto, deveriam ser não apenas instâncias políticas, mas também espaços produtivos, onde a soberania alimentar e a autossuficiência fossem fomentadas. Ao transferir

---

<sup>61</sup>O artigo 292 da Constituição Bolivariana de 1999 explicita: "El Poder Electoral se ejerce por el Consejo Nacional Electoral como ente rector y, son organismos subordinados a éste, la Junta Electoral Nacional, la Comisión de Registro Civil y Electoral y la Comisión de Participación Política y Financiamiento, con la organización y el funcionamiento que establezca la ley orgánica respectiva."

<sup>62</sup>ALVAREZ, 2010, p. 29-31

poder para o povo e incentivar a participação popular em todos os níveis de decisão, Chávez conduziu uma revolução não apenas social, mas também profundamente política, criando um modelo de Estado em que a soberania popular era o princípio norteador. Assim, a Revolução Bolivariana se apresentou como uma revolução democrática e popular, onde o poder deixou de ser monopólio das elites e passou a ser exercido diretamente pelos cidadãos, em um esforço contínuo de construção de um novo projeto de sociedade.

#### 4.4 “VIVEREMOS E VENCEREMOS”: O PSUV E AS ELEIÇÕES DE 2012

O Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) foi fundado em 2007, a partir da necessidade de consolidar as forças políticas que apoiavam o processo revolucionário iniciado por Hugo Chávez. O PSUV surgiu como uma tentativa de unificar as diversas correntes progressistas que apoiavam a Revolução Bolivariana, formando uma base política sólida capaz de sustentar o projeto de transformação social e econômica em curso. Ao agregar partidos menores, movimentos sociais e lideranças comunitárias em uma estrutura centralizada, o PSUV se tornou o principal instrumento de mobilização política na Venezuela, permitindo que a revolução tivesse uma plataforma coesa para a implementação de suas políticas. No Estatuto do PSUV, o terceiro artigo exprime seus valores:

*El partido se constituye como partido socialista, afirma la sociedad socialista como única alternativa para superar el sistema capitalista. [...] Como partido pluriétnico y en pluridiversidad, nutre sus raíces de la afroindianidad legadas por Guaicaipuro y José Leonardo Chirino, todo ello inspirado en el liderazgo fundamental e ideas revolucionarias del Comandante Hugo Chávez, dirigidos a crear el hombre nuevo y la mujer nueva en un crisol de esperanzas y de sueños que hacen de nuestro socialismo un socialismo mestizo. [...] Asumimos la unidad cívico-militar como principio para garantizar la defensa y la soberanía nacional y popular (PSUV, 2010, p. 2).*

O papel do PSUV foi essencial para a articulação das políticas bolivarianas e para o fortalecimento do poder popular, conectando o governo com as massas e garantindo que os princípios da revolução fossem difundidos em todos os níveis da sociedade. Além de seu papel como força política eleitoral, o PSUV foi também um veículo de formação ideológica e de organização social, desempenhando um papel fundamental na consolidação do Estado Comunal e na promoção da participação

popular em todas as esferas da vida pública venezuelana. No entanto, o partido também enfrentou desafios, incluindo tensões internas e a necessidade de manter sua unidade em um contexto de crescentes crises econômicas e pressões externas.

A eleição presidencial de 2012 marcou um dos momentos mais simbólicos da Revolução Bolivariana. Hugo Chávez, já lutando contra o câncer diagnosticado no ano anterior, decidiu se candidatar novamente, adotando o slogan "Viveremos e Venceremos", uma demonstração de sua resiliência e compromisso com o processo revolucionário<sup>63</sup>. A campanha de 2012 foi carregada de emoção, com Chávez se posicionando como o líder incontestável do movimento bolivariano, mas também um homem visivelmente fragilizado pela doença. Mesmo com as limitações físicas impostas pela luta contra o câncer, Chávez obteve uma vitória expressiva, conquistando 55% dos votos<sup>64</sup> e reafirmando o apoio popular ao seu projeto de governo.

No entanto, essa seria a última vitória eleitoral de Hugo Chávez. Em dezembro de 2012, ele viajou para Cuba para mais um tratamento contra o câncer, deixando claro que seu vice-presidente, Nicolás Maduro, seria seu sucessor no caso de sua ausência:

*"Mi opinión firme, plena como la luna llena, irrevocable, absoluta, total, es que ustedes elijan a Nicolás Maduro, como presidente de la República Bolivariana de Venezuela. Yo se los pido desde mi corazón. Nosotros debemos garantizar la marcha de la Revolución Bolivariana. Hoy tenemos pueblo que nadie se equivoque. Hoy tenemos la patria más viva que nunca, ardiendo en llama sagrada, en fuego sagrado. ¡Hasta la Victoria Siempre! ¡Independencia y Patria Socialista! ¡Viviremos y venceremos! ¡Viva Venezuela!"* (Chávez, 2012).

A saúde de Chávez continuou a se deteriorar, e em março de 2013, ele faleceu, gerando um impacto profundo na sociedade venezuelana<sup>65</sup>. O luto coletivo que tomou conta do país, e de grande parte da América Latina, foi também um momento de profunda incerteza política, uma vez que Chávez havia se tornado o principal pilar de sustentação da Revolução Bolivariana e da chamada Onda Rosa na América Latina. A ausência de Chávez abriu uma nova fase na história

---

<sup>63</sup>VASCONCELOS, 2022, p. 240

<sup>64</sup>Dados disponíveis em [http://www.cne.gob.ve/resultado\\_presidencial\\_2012/r/1/reg\\_000000.html](http://www.cne.gob.ve/resultado_presidencial_2012/r/1/reg_000000.html). Acesso em 18 de out. 2024.

<sup>65</sup>VASCONCELOS, 2022, p. 259

venezuelana e latino-americana, marcada por desafios internos e externos. O impacto emocional e político de sua morte foi sentido em todas as camadas da sociedade, e o processo revolucionário iniciado por ele passou a enfrentar novas provas em um cenário de crescente polarização política e pressões internacionais com a ascensão de governos ultraliberais e fascistas no continente. O legado de Chávez, no entanto, continuou a influenciar as direções futuras da revolução, com o PSUV e suas bases populares se tornando os guardiões do projeto bolivariano. Como o próprio Chávez (2012) frisava em seus últimos discursos públicos: "Chávez já não sou eu, Chávez é um povo!".

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, procurou-se analisar e compreender o processo da Revolução Bolivariana, liderado por Hugo Chávez entre 1999 e 2013, como um evento transformador não apenas na história da Venezuela, mas em toda a América Latina. Desde o início, partiu-se da hipótese de que o que ocorreu na Venezuela foi, de fato, um processo revolucionário, configurado pelas profundas mudanças políticas, econômicas e sociais promovidas pelas políticas públicas implementadas por Chávez. Com base em uma linha metodológica materialista, foi possível delinear as principais conquistas da Revolução Bolivariana, ao mesmo tempo em que se reconhecem suas contradições e limitações.

Ao analisar o contexto histórico e político que precedeu a ascensão de Hugo Chávez ao poder, foi possível identificar as condições críticas da Venezuela na década de 1990, caracterizadas pela insatisfação popular com o modelo neoliberal, a crescente desigualdade e o colapso do sistema político tradicional. Nesse cenário, Chávez emerge como uma alternativa política para os setores marginalizados da sociedade, articulando um projeto nacionalista, anti-imperialista e com foco na soberania popular. A construção do chavismo, a partir do bolivarianismo e da participação popular, trouxe um novo paradigma para a política venezuelana, consolidado pela aprovação da nova Constituição em 1999, que institucionalizou a chamada "democracia participativa e protagônica".

O segundo grande eixo abordado foi a discussão sobre a natureza revolucionária das transformações implementadas pela Revolução Bolivariana, com ênfase na redefinição do papel do Estado, das Forças Armadas e na política externa. A pesquisa mostrou que o chavismo propôs uma nova forma de organização política com a criação das comunas e a construção do Estado Comunal, aprofundando o poder popular e fomentando a autogestão das comunidades. O uso das Forças Armadas, com um papel reformulado em direção ao apoio ao povo e à defesa da soberania nacional, marcou uma diferença importante em relação a outros países da região. No plano internacional, a Venezuela buscou se afastar da influência dos EUA, consolidando alianças estratégicas com países da América Latina e do Oriente Médio, o que fortaleceu o projeto bolivariano em termos de integração regional e oposição ao imperialismo.

A análise das Missões Bolivarianas, detalhada ao longo do trabalho, confirmou que essas políticas públicas foram essenciais para a construção de uma nova realidade social na Venezuela. Setores historicamente marginalizados passaram a ter acesso à educação, saúde, alimentação e habitação de maneira massiva, o que resultou em melhorias significativas nos indicadores sociais do país. No entanto, o trabalho também apontou que essas conquistas ocorreram em um contexto de profundas contradições e limitações econômicas, sobretudo a partir das sanções impostas ao país e da dependência estrutural do petróleo, que, em última instância, dificultaram a sustentabilidade a longo prazo das transformações sociais pretendidas.

Não obstante, como evidenciado ao longo dos capítulos, o processo revolucionário bolivariano enfrentou desafios significativos, tanto internos quanto externos. As sanções econômicas impostas por potências estrangeiras, especialmente pelos Estados Unidos, e a resistência da elite venezuelana formaram barreiras constantes à implementação e continuidade das políticas revolucionárias. Ainda assim, a força popular e a liderança carismática de Hugo Chávez permitiram que o processo revolucionário se consolidasse, mesmo diante dessas adversidades. O conceito de "Socialismo do Século XXI", com o qual Chávez pretendia reconfigurar o Estado e a economia venezuelana, trouxe consigo tanto sucessos notáveis quanto desafios persistentes. Se por um lado, a Revolução conseguiu elevar o padrão de vida das classes mais vulneráveis, por outro, a dependência estrutural do petróleo e a incapacidade de diversificar a economia ainda apresentaram limitações significativas.

A morte de Chávez em 2013, analisada ao final deste trabalho, marcou um ponto de inflexão na Revolução Bolivariana. Sua ausência gerou incertezas e abriu caminho para uma reconfiguração do cenário político venezuelano, levando à ascensão de novos desafios à continuidade da revolução. Porém, o legado de Chávez permanece inegável: ele criou as bases para uma nova Venezuela, moldada pela participação popular, pela justiça social e pela busca pela soberania nacional. Sua figura, assim como a Revolução que ele liderou, ainda ecoa no imaginário político da América Latina e em sua luta contra o imperialismo.

Em termos metodológicos, o uso de uma abordagem materialista permitiu um exame detalhado da linearidade histórica do processo bolivariano, considerando não

apenas as políticas implementadas, mas também o contexto de luta de classes e a resistência interna e externa ao projeto revolucionário. Essa abordagem foi crucial para entender os elementos que sustentam a tese de que o processo bolivariano não se limita a um conjunto de reformas pontuais, mas sim a uma revolução no sentido clássico, em que o Estado, a economia e as relações sociais são profundamente transformadas. A investigação documental e bibliográfica foi complementada por uma análise crítica dos desafios enfrentados pelo chavismo, como a sabotagem da elite venezuelana e as pressões internacionais.

Concluindo, é indiscutível que a Revolução Bolivariana remodelou a história da Venezuela e de todo o continente latino-americano, deixando marcas profundas em suas dinâmicas políticas e sociais. Apesar das contradições inerentes a qualquer processo revolucionário, a revolução liderada por Hugo Chávez reafirmou a importância da soberania nacional e da autodeterminação dos povos, destacando-se como um marco na luta contra o imperialismo na América Latina. A Revolução Bolivariana não apenas resistiu às adversidades, mas também provou que, mesmo em um contexto de pressões internas e externas, a emancipação popular é um caminho possível e necessário para a construção de uma nova sociedade.

## REFERÊNCIAS

ALMADA, Izaías. **Venezuela: povo e Forças Armadas**. 1 ed. São Paulo: Caros amigos, 2007.

ALVAREZ, Víctor . **Del Estado Burocrático al Estado Comunal: la transición al socialismo de la Revolución Bolivariana**. Caracas: Horizonte, 2010.

ARRÁIZ LUCCA, Rafael. **Historia Política de Venezuela: 1498 a nuestros días**. Editorial Universidad del Rosario, v. 1, f. 226, 2013, p. 369 - 373.

BLOCH, Marc. **Apologia da história: ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BOLÍVAR, Simon. **Independência e unidade latino-americana: escritos políticos de Simon Bolívar**. Tradução Coletivo Brigadas Populares e Marcha Patriótica. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

BORBÓN, Josette. El alba, Petrocaribe y Centroamérica: ¿intereses comunes?. **Nueva Sociedad**, p. 127-144, 2009.

BORON, Atílio. **O socialismo do século 21: Há vida após o neoliberalismo**. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Uma interpretação da América Latina: a crise do Estado. **Novos Estudos CEBRAP**, p. 37-57, nov. 1993.

CABELLO, Diosdado (Coord.). **Comandante Chávez: ¡Somos hijos de Bolívar, somos soldados del pueblo y para el pueblo!**. Con El Mazo Dando. Venezuela, 2019. Disponível em: <https://mazo4f.com/>. Acesso em: 4 out. 2024.

CALDERÓN, Carlos. ¿Qué es Telesur?. **Chasqui**, Equador, p. 44-51, dez. 2005.

CAMPOS, Alzira; BASEIO, Maria; OLIVEIRA, Deise. A Educação Popular na Venezuela: a Missão Ribas sob a Presidência de Hugo Chávez. **Educação & Linguagem**, v. 24, n. 1, p. 125-147, 2021. Disponível em: <https://revistas.metodista.br/>. Acesso em: 18 out. 2024.

Caracas. Plenária do I Congresso Extraordinário do PSUV. Estatuto Do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) . Registro em: 24 abr. 2010.

CARR, Edward Hallett. **Que é História?**. Grupo Planeta (GBS), 1996.

CARROLL, Rory. **Comandante: A Venezuela de Hugo Chávez**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2013.

CARVALHO, José Murilo. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Rio de Janeiro: Dados, 1997, p. 229-250.

CHÁVEZ, Hugo. **La propuesta para transformar a Venezuela: una revolución democrática**. Venezuela, 1996.

CON EL MAZO DANDO. **Hace 24 años el Comandante Chávez lideró la II Cumbre de la OPEP**. PSUV. Venezuela, 2024. Disponível em: <http://www.psuv.org.ve/>. Acesso em: 5 out. 2024.

CRISTANCHO, Maria. **Venezuela cambiará de nombre**. El tiempo. Colômbia, 1999. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/>. Acesso em: 4 out. 2024.

CÍCERO, Pedro Henrique. Círculos Bolivarianos e participação política nos primeiros anos da V República venezuelana. **Sociabilidades emergentes y movilizaciones sociales en América Latina**, Argentina, p. 249-268, set. 2012.

FILHO, FC Leite. **Quem tem medo de Hugo Chávez?: América Latina, integração pra valer**. São Paulo: Aquariana, 2012.

FONTES, Pablo; RENNI, Yasmin. Integração Regional e Petróleo: Um Panorama da Política Externa dos Governos Hugo Chávez (1999-2013). **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 61-72, 2016.

FREITAS, William. Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA): As Particularidades de um Projeto Inovador. **Atlântico Sul**, Belo Horizonte, 2011.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 1975.

GONZÁLEZ, Joaquín. El juramento de Simón Bolívar en el Monte Sacro. **Boletín de la Academia Nacional de la Historia**, Venezuela, v. 67, n. 266, p. 291 - 301, 1984. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/>. Acesso em: 22 set. 2024.

GOSS, Juliana. Simón Rodríguez, educador do século XIX: leitura histórica de uma experiência tecnocultural. **Comunicação & Educação**, São Paulo, 19 Ago. 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/>. Acesso em: 18 out. 2024.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere (Vol. 3)**: Maquiavel. Notas sobre o estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2017.

HENRIQUE, Flávia *et al.* Modelo de atenção primária à saúde na Venezuela, misión barrio adentro I. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 12, n. 2, p. 305-326, 2022.

HENRIQUE, Flávia *et al.* Modelo de atenção primária à saúde na Venezuela, misión barrio adentro I: 2003-2006. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 305-326, mai. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 18 out. 2024.

HITNER, Verena. O esgotamento do modelo puntofijista e a ascensão de Chávez. **Espaço Acadêmico**, n. 137, p. 45-54, out. 2012.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JONES, Bart. **Hugo Chávez: da origem simples ao ideário da revolução permanente**. Editora Novo Conceito, 2007.

JÚNIOR, Paulo Afonso Velasco; AZEVEDO, Pedro Rafael Pérez Rojas Mariano de. **A Venezuela e o Chavismo em Perspectiva: Análises e Depoimentos**. 1 ed. Curitiba: Editora Appris, 2022.

LENIN, V. I.. **Imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Campinas: Navegando, 2011.

LIMA, Rafael. **As Missões Sociais na Venezuela de Hugo Chávez e os desafios de Nicolás Maduro no campo social**. Santa Catarina: UFSC, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/>. Acesso em: 18 out. 2024.

LOPES, Fátima. A Revolução Cubana. **Revista de Ciências Humanas**, Rio Grande do Sul, v. 6, n. 6, 2005.

MARTINS, Fernanda Lahm; MOREIRA, Thaís de Campos. Deterioração do regime democrático na Venezuela: Estudo de caso do Governo Venezuelano (1960-2012). **Relações Internacionais Contemporâneas**, Rio Grande do Sul, p. 152 - 166, 2021.

MARTUSCELLI, Danilo. O golpe de Estado como fenômeno indissociável dos conflitos de classe. **Demarcaciones**, p. 1 - 15, 2018.

MARX, Karl. Trabalho estranhado e propriedade privada. *In*: MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 79-91.

MAYA, Margarita. El golpe de Estado del 11 de abril en Venezuela y sus causas. **Sociedad y Economía**, n. 3, p. 7-18, out. 2002.

MENDES, Flávio da Silva. **Hugo Chávez em seu Labirinto: O Movimento Bolivariano e a política na Venezuela.** São Paulo: Alameda, 2012.

NOGUEIRA, Francis; RIZZOTTO, Maria. **O processo de universalização da educação escolar na Venezuela: as missões Robinson, Ribas e Sucre.** São Paulo: Unicamp, 2010. Disponível em: <https://unicamp.br/>. Acesso em: 18 out. 2024.

NÚÑEZ, Orta. "Corazón Adentro", una Misión de Cultura en la República Bolivariana de Venezuela. **Horizonte Pedagógico**, Havana, v. 10, n. 3, p. 56-75, 2021.

OSÓRIO, Luiz; DAVID, Thomaz. Imperialismo na América Latina: Da onda rosa ao regresso conservador. **Tlatelolco**, v. 2, n. 2, p. 66-82, 2024.

PESCADOR, Luis Gustavo Pérez. **La Voz del Pueblo: La Participación Popular en la Asamblea Nacional Constituyente de 1999.** Luis Gustavo Pérez Pescador, v. 1, f. 29, 2004. 57 p.

PINTO, Céli. Elementos para uma análise de discurso político. **Barbarói**, Rio Grande do Sul, p. 78-109, 2006.

PODEROPEDIA. **Línea de tiempo CANTV: de privada a estatal y ¿viceversa?.** Poderopedia. Venezuela, 2022. Disponível em: <https://poderopediave.org/>. Acesso em: 9 set. 2024.

PSUV. **Venezuela condena doble rasero y cinismo de EEUU en el caso de Libia.** PSUV. Venezuela, 2011. Disponível em: <http://www.psuv.org.ve/>. Acesso em: 5 out. 2024.

REIS, Marcela. **Governos Chávez e Lula: Uma comparação de seus principais programas sociais..** Rio de Janeiro, 2010 Monografia (Economia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/>. Acesso em: 18 out. 2024.

RICHER , Madeleine. La Misión Madres del Barrio en Venezuela. *In:* RUBIO, Mario. **Manual de Buenas Prácticas de la Economía Social y el Empleo en América Latina.** Madrid: FUNDIBES, 2008, p. 69-75.

RICO, Rodolfo. **Misión Cultura: Corazón e ideología adentro.** Tal Cual. Caracas, 2019. Disponível em: <https://talcualdigital.com/mision-cultura-corazon-e-ideologia-adentro/>. Acesso em: 18 out. 2024.

ROSAS, David; CARRILLO, Gilberto. **4F Cuaderno para la formación ideológica: Por ahora.** Venezuela: Fondo Del Sur, 2011. Disponível em:

<https://fondodelsur.com/category/cuadernos-ideologicos-2/>. Acesso em: 22 set. 2024.

SCHERER, Caroline. Golpe de estado: uma atualização conceitual necessária. *In: I SEMINÁRIO DE SOCIOLOGIA DA UFSM*. 2017, Rio Grande do Sul: PPGCS.

SERRANO, Pascual. Los medios de comunicación españoles y Hugo Chávez: disparando contra Venezuela. **Filosofía, política y economía en el Laberinto**, n. 16, p. 39-50, 2004.

SOLA, Roberto. **El verdadero Ezequiel Zamora**. Analítica. Caracas, 2009. Disponível em: <https://www.analitica.com/>. Acesso em: 18 out. 2024.

TROTSKY, Leon. A Revolução de 1905: prefácio à edição russa. *In: TROTSKY, Leon. Nossa revolução*. 1 ed. Rússia, 1922, p. 1-6.

VARGAS-GONZÁLEZ, Livia Esmeralda . O Caracazo na Venezuela (1989): da crítica ao presentismo a uma perspectiva acontecimental da história. **Tempos Históricos**, v. 25, n. 1, p. 44-69, 2021.

VASCONCELOS, Lúcio Flávio. **O Enigma Chavista: Hugo Chávez e a Democracia Radical na Venezuela**. 1 ed. São Paulo: Lisbon International Press, 2022.

VENEZUELA. **Constituição**. CONSTITUCION DE LA REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. Caracas. Assembleia Nacional, 1999.

VENEZUELA. **La Gran Misión Vivienda Venezuela**. Ministerio del Poder Popular para Hábitat y Vivienda. Caracas, 2024. Disponível em: [https://www.minhvi.gob.ve/?page\\_id=157](https://www.minhvi.gob.ve/?page_id=157). Acesso em: 18 out. 2024.

VENEZUELA. **Misión Vuelvan Caras**. Foro Nacional. Caracas, 2004. Disponível em: <http://www.foronacional.gov.ve/vuelvancar/mision.html>. Acesso em: 18 out. 2024.

WILHELM, Vandiana. A Trajetória do Neoliberalismo na Venezuela e sua Conjuntura Atual A Trajetória do Neoliberalismo na Venezuela e sua Conjuntura Atual: uma análise das políticas governamentais desencadeadas a partir do ano de 1998. **REBELA**, v. 1, n. 2, p. 252 - 275, out. 2011.

ZERO, Marcelo. **Para entender a Venezuela**. Carta Capital. São Paulo, 2017. Disponível em: [ptnosenado.org.br](http://ptnosenado.org.br). Acesso em: 13 set. 2024.